São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Quarta-feira, 10 de abril de 2024 | Edição N º 1003

datamercantil.com.br

Lula assina MP para reduzir conta de luz e amplia pressão sobre tarifa no futuro

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou nesta terça-feira (9) uma MP com o objetivo de cortar as tarifas de luz no país. A iniciativa, porém, pode levar o consumidor a arcar com custo ainda maior no futuro.

O preço da energia, hoje, é uma das principais preocupações de Lula em meio à queda de popularidade identificada em pesquisas de opinião. A iniciativa foi lançada em cerimônia no Palácio do Planalto.

O texto permite a antecipação de recursos que seriam pagos no futuro pela Eletrobras, privatizada em 2022, à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que custeia subsídios a consumidores e geradores de energia.

A MP autoriza usar o dinheiro para baixar a conta de luz. O governo prevê uma queda entre 3,5% e 5%.

Apesar do alívio no curto prazo, a antecipação reduz o ingresso de recursos na CDE no futuro -o que, sem revisão no tamanho dos subsídios, gera pressão por reajustes mais salgados para bancar a fatura dos próximos anos. Por isso, a MP sofreu resistências dentro do governo.

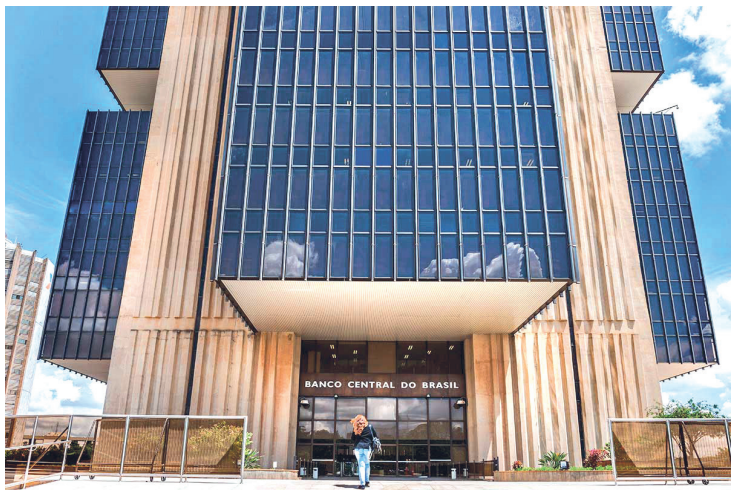
Uma ala dentro do Executivo alertou que a medida pode representar politicamente um "tiro no pé" diante do risco de um aumento na conta de luz nos próximos anos.

Usar os recursos da antecipação da Eletrobras de forma espaçada, para suavizar reajustes tarifários que estão por vir, faria mais sentido na visão de parte dos técnicos e ajudaria a minimizar o impacto sobre a inflação, variável-chave para que o Banco Central continue a cortar a taxa de juros.

Representantes do setor afirmam que a MP, da forma como foi concebida, é o mesmo que pegar um empréstimo para pagar a fatura estourada do cartão de crédito. Lá na frente, a dívida precisará ser quitada com juros.

O ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) reconheceu que será um desafio manter a tarifa mais baixa nos anos seguintes."É um desafio que nós não teremos trégua. Vocês [da imprensa] sempre demandando e nós sempre tentando dar respostas, buscando cada vez mais criatividade e vigor na busca de equilibrar", disse ele em entrevista, quando questionado sobre o risco de alta na conta de luz no futuro. Folhapress

Economia



BC premia instituições que mais acertaram previsões do Boletim Focus

Página - 03

Só 0,5% do orçamento da Aneel foi para a fiscalização em 2023

Página - 03

Gafisa vende subsidiárias imobiliárias por R$ 170 milhões

Página - 05

Natura e fundo conjunto Fable Investments investem na Eadem

Página - 05

Política

Em meio a adiamentos do "Voa Brasil", Lula reclama de preço de passagens: "Muito caras"

Página - 04

overno prepara mudança em MP da conta de luz para atender Congresso

Página - 04

10.04.24.indd 1 09/04/2024 21:41:39

No Mundo

Rússia e Cazaquistão retiram mais de 100 mil pessoas em meio às piores enchentes em 70 anos

A Rússia e o Cazaquistão ordenaram a retirada de mais de 100 mil pessoas nas últimas duas semanas depois que a neve derretida fez com que rios transbordassem rapidamente, anunciaram as autoridades de ambos os países na terça-feira (9). São as piores inundações nas regiões em pelo menos 70 anos.

As enchentes foram causadas por chuvas torrenciais e um rápido degelo devido ao aumento das temperaturas. As operações de resgate ocorreram no oeste e no norte do Cazaquistão.

Autoridades russas anunciaram 6.500 retiradas e mais de 10.550 casas inundadas em regiões nos Urais e na Sibéria. Em cinco regiões do Cazaquistão, a água inundou mais de 3.700 casas e os rios continuam a transbordar.

O presidente do Cazaquistão, Kassym Jomart Tokayev, alertou para um dos piores desastres naturais dos últimos 80 anos e acusou as autoridades locais de falta de preparação.

O dilúvio de água derretida sobrecarregou dezenas de assentamentos nos Montes Urais, na Sibéria e em áreas do Cazaquistão perto de rios como o Ural e o Tobol. Segundo as autoridades locais, foram os níveis mais altos já registrados nesses locais.

Na Rússia, a região de Orenburg é a mais afetada, devido às cheias do rio Ural, o terceiro mais longo da Europa que rompeu uma barragem na última sexta-feira (5). O prefeito da cidade homônima mencionou inundações "sem precedentes" que poderão atingir níveis máximos na quarta-feira (10).

Barragens e diques foram sendo reforçados na cidade de Orenburg, com mais de meio milhão de habitantes, à medida que o rio Ural subia até quase 10 metros de altura, os moradores remavam pelas estradas como se fossem rios.

Folhapress

Guerra Israel-Hamas registra recorde em mortes de trabalhadores humanitários

A morte de sete funcionários da organização humanitária World Central Kitchen (WCK) durante um bombardeio aéreo israelense na Faixa de Gaza no fim de março colocou em evidência os riscos enfrentados por aqueles que atuam com apoio a civis em zonas de conflito. A guerra entre Israel e o Hamas já deixou um saldo recorde de mortos entre trabalhadores que atuam com ajuda humanitária.

No total, foram 203 vítimas nos seis meses desde o 7 de Outubro, das quais 197 são palestinas e seis são estrangeiras --justamente os da WCK. Os dados são do Aid Worker Security Database (AWSD), uma compilação global de registros desde 1997 de incidentes de segurança que afetam trabalhadores humanitários.

Desde o início de 2023, 63% de todas as mortes de trabalhadores humanitários no mundo ocorreram nos territórios palestinos. Antes da guerra em Gaza, o ano com mais mortes havia sido 2013, quando 159 trabalhadores morreram em diferentes conflitos, especialmente na Nigéria, no Paquistão, no Afeganistão, na Somália e no Iêmen.

Somente nos primeiros três meses da guerra Israel-Hamas, 161 humanitários morreram na Faixa de Gaza.

"Trabalhar com ajuda humanitária é a profissão mais perigosa do mundo", diz a pesquisadora Abby Stoddard, sócia da consultoria Humanitarian Outcomes e coordenadora do AWSD. Segundo ela, além da Faixa de Gaza, os outros lugares mais arriscados para esses profissionais são o Sudão e o Sudão do Sul, mas a violência desses países está sendo ofuscada pelo conflito israelo-palestino. Daniel Buarque/Folhapress

Rússia prende suspeito de planejar atentados contra prédios públicos

Uma corte no oeste da Rússia determinou a prisão de um ex-funcionário do Ministério Público Militar do país que, de acordo com a Justiça, é suspeito de planejar um ataque contra dois prédios públicos locais, afirmou a agência estatal de notícias Ria Novosti, na terça-feira (9).

O Tribunal Distrital de Leninski, na cidade de Tambov, pediu a prisão preventiva do homem por dois meses --até o dia 6 de junho. Segundo informações das autoridades, ele tem 44 anos e mora na região.

Moscou está sob alerta após um atentado reivindicado pelo Estado Islâmico (EI) nos arredores da capital deixar pelo menos 144 mortos no final de março. O ataque aconteceu no Crocus City Hall, uma casa de concertos onde aconteceria um show e no qual os agressores abriram fogo.

O atentado foi o primeiro do tipo a ocorrer no país em mais de uma década e trouxe à memória uma série de ações de empreendidas por radicais islâmicos, insatisfeitos com o controle russo sobre as repúblicas muçulmanas do Cáucaso, no sul do país, após o desmembramento da União Soviética.

Após o incidente, autoridades dos Estados Unidos disseram ter notificado a Rússia sobre a iminência de um ataque e afirmaram ter informações que mostravam a participação do braço afegão do grupo, o Estado Islâmico Khorasan.

A reivindicação da autoria do atentado pelo EI, porém, não foi suficiente para dissipar a desconfiança do Kremlin em relação à Ucrânia, país com quem Moscou trava uma guerra desde 2022. A narrativa oficial tem insistido que combatentes islâmicos não seriam capazes de fazer o ataque sozinhos e que Kiev pode ter participado dele. A Ucrânia nega qualquer envolvimento.

No início da semana passada, o presidente russo, Vladimir Putin, disse que seu país vai descobrir quem esteve por trás do atentado. Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária *Fazemos parte da* abra legal

BC premia instituições que mais acertaram previsões do Boletim Focus

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse nessa terça-feira (9) que os membros do Banco Central utilizam, além do boletim Focus – divulgado semanalmente — outras informações internas para as decisões das políticas monetárias.

"Além do relatório Focus, o sistema pode calcular em tempo real as expectativas, gerando relatórios diários para diretoria colegiada do Banco Central", apontou o presidente da autarquia.

A declaração foi dada na abertura da premiação Top 5 do Focus, realizado em São Paulo. O evento premiou as instituições que obtiveram o primeiro lugar nos rankings anuais para diversos indicadores contidos na Pesquisa de Expectativas de Mercado (Focus).A entrega dos certificados foi seguida de debates sobre cenário internacional, cenário doméstico, inflação e política monetária.

Campos Neto lembrou que, inicialmente, cerca de 50 instituições financeiras e consultorias eram contatadas e o Banco Central obtinha as informações por meio de telefone, fax ou correiro eletrônico para as projeções anuais de algumas variáveis macroeconômicas, incluindo índices de preços e variações do PIB.

"Posteriormente, a pesquisa de expectativa de mercado sofisticou, tanto para o maior número de instituições pesquisadas quanto na incorporação de pesquisa de novas variáveis e diferente periodicidade".

Segundo ele, atualmente, o Banco Central coleta diariamente projeções de cerca de 170 instituições, entre bancos, gestores de recursos, empresas de setor real, distribuidoras, corretoras e consultorias.

"Esses dados são divulgados semanalmente do relatório Focus, um resumo das estatísticas calculadas com base nas informações prestadas nos 30 dias anteriores à data de referência", destacou.

Os rankings Top 5 classificam as instituições que participam da pesquisa de expectativa de mercado de acordo com a precisão de suas projeções. As instituições que concorrem são as que participam da pesquisa de expectativa de mercado e atende aos requisitos técnicos de inclusão no ra nking.

CNN

UBS vê bomba-relógio em renovação de concessões no setor de energia do Brasil

Tic tac boom. A frase, que reproduz o som de uma bomba-relógio, foi usada como título em um relatório do banco suíço UBS divulgado a investidores. O texto alerta para o aumento dos riscos regulatórios e políticos para as distribuidoras de energia no Brasil.

Há 34 empresas de energia listada na B3, a Bolsa brasileira, das quais sete são grupos que controlam distribuidoras e cujas ações constam de fundos que movimentam bilhões de reais. O relatório, que é distribuído em nível global, chamou a atenção do setor pelo tom crítico.

O texto enviado na segunda-feira (7) relembra que os investidores buscam ações de distribuidoras de energia porque têm fluxo de caixa estável e atuam em um segmento com estabilidade regulatória nos anos recentes. A avaliação, no entanto, é que o ambiente está se deteriorando rapidamente no Brasil.

"Na nossa opinião, o recente fluxo de notícias no setor dos serviços públicos levantou uma bandeira amarela", destaca o relatório. "Existe um maior risco de interferência política no setor."

O relatório aponta dois acontecimentos como sinalizadores da piora no ambiente doméstico: o congelamento da tarifa de energia do Amapá e o persistente movimento de aumento de subsídios na tarifa de energia promovido pelo Congresso.

No primeiro caso, o congelamento da tarifa foi ratificado por três votos contra dois em reunião que deliberou sobre o tema na Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A decisão por si só pegou de surpresa o mercado. O aumento previsto era de 44%. A área técnica a Aneel avaliou que poderia ficar em 35%. Ninguém esperava um reajuste zero.

Alexa Salomão/Folhapress

Só 0,5% do orçamento da Aneel foi para a fiscalização em 2023

Os problemas recorrentes de fornecimento de energia na cidade de São Paulo têm levantado discussões sobre a eficácia da regulação e da fiscalização do setor no Brasil, tarefas que nacionalmente ficam sob responsabilidade da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Levantamentos feitos ao longo dos últimos anos por órgãos como a CGU (Controladoria-Geral da União) apontam a necessidade de uma série de aperfeiçoamentos para que a capacidade do órgão seja fortalecida. Entre eles estão a melhora do orçamento, que em 2023 só destinou 0,5% dos recursos para fiscalização, e aumento no número de servidores que vem caindo de forma contínua desde 2014, de 730 naquele ano para 558 em 2024.

Um dos relatórios da CGU, feito em parceria com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (Unops) em 2020 e intitulado "Projeto de Avaliação da Capacidade Institucional para a Regulação", destaca ainda o orçamento da Aneel como um dos entraves para a fiscalização de empresas e o correto funcionamento do serviço de teleatendimento aos consumidores.

Em 2023, a agência teve um orçamento de quase R$ 5,1 bilhões. Desse total, R$ 1,9 bilhão foi para a Conta de Desenvolvimento Energético, R$ 1,8 bilhão para a compensação de uso de recursos hídricos e R$ 1,1 bilhão para o pagamento da cota-parte da compensação pela usina de Itaipu.

Ou seja, 92% do total representam pagamentos que não contribuem diretamente para as atividades de regulação da Aneel.

Dos R$ 329 milhões restantes, R$ 168 milhões vão para o pagamento dos salários dos servidores e R$ 54,9 milhões para gastos de administração da agência reguladora. Só R$ 23,6 milhões foram para a ação orçamentária de fiscalização do setor (ou 0,5% do total).

Enquanto isso, os autos de infração feitos pela agência têm caído desde 2021. Naquele ano foram 214, contra 157 em 2022 e 72 em 2023.

Lucas Marchesini/Folhapress

Política

Em meio a adiamentos do "Voa Brasil", Lula reclama de preço de passagens: "Muito caras"

Em meio a uma série de adiamentos do programa "Voa Brasil", o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse na terça-feira (9) que as passagens aéreas no Brasil estão "muito caras".

A declaração foi feita durante evento com prefeitos para anunciar uma parceria de R$ 730 milhões com os municípios para combater o desmatamento e incêndios florestais na Amazônia. A agenda ocorreu no Palácio do Planalto, em Brasília."Parabéns, prefeitos e prefeitas, pelo sacrifício de vocês saírem das cidades de vocês e virem para cá num tempo em que as passagens de avião estão muito caras, muito caras", afirmou.

O "Voa Brasil", programa de passagens mais baratas, foi anunciado pelo governo ainda em março de 2023, pelo então ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França.

Recebido com estranheza pelo setor — um dos mais regulados de qualquer economia — e pelo próprio governo, o programa que prometia passagens a R$ 200 foi adiado inúmeras vezes.

No mês de setembro de 2023, França deixou a pasta em uma reforma ministerial promovida pelo presidente Lula, ainda sem lançar o programa. Assumiu Silvio Costa Filho.

O lançamento estava previsto para janeiro de 2024, o que não aconteceu. Agora, a expectativa é que o programa seja oficializado ainda este mês.

Em um primeiro momento, serão atendidos pelo programa:

– 21 milhões de aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com renda de até dois salários-mínimos

– 700 mil alunos do Programa Universidade para Todos (ProUni)

O foco será as pessoas que nunca viajaram de avião ou que não tenham viajado nos últimos 12 meses.

De acordo com o Ministério, está prevista a emissão de cinco milhões de passagens. O valor também será de R$ 200.

Os beneficiários do Voa Brasil poderão adquirir as passagens ao longo de todo o ano. No entanto, poderá haver maior oferta dos bilhetes durante os meses de baixa temporada. CNN

Projeto para motoristas de aplicativo perde força na Câmara, e Marinho fica isolado

Líderes partidários da Câmara dos Deputados que integram a base aliada de Lula (PT) vão sugerir ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), retirar a urgência do projeto de lei do Executivo que regulamenta o trabalho de motoristas de aplicativos.

Com a urgência constitucional, os parlamentares precisam deliberar sobre a matéria em 45 dias. Caso contrário, ela travará a pauta da Câmara, ou seja, nenhum outro projeto poderá ser apreciado por deputados (salvo exceções) a pauta ficaria trancada partir do próximo dia 20.

A ideia, segundo o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), é estabelecer um calendário para votação do texto ainda na primeira quinzena de junho. A iniciativa contraria o que é defendido pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que defende a manutenção da urgência.

"Vamos negociar com o presidente Lira. O caminho é retirar a urgência e estabelecer um calendário. É preciso que ele defina o relator da matéria para que haja um debate com o país, com a sociedade", disse Guimarães, que defendeu um limite para votação até dia 15 de junho.

Guimarães diz que o governo tem interesse em aprovar outras matérias e que a pauta da Câmara não pode ficar travada pelo projeto dos motoristas de aplicativo. Mais cedo, ele participou de reunião com líderes partidários e vice-líderes do governo na Câmara com a presença de Marinho.

Após o encontro, Marinho defendeu a manutenção da urgência, afirmando que o debate da retirada "não está colocado".

De um lado, interlocutores de Marinho dizem que o ministro reluta em retirar a urgência, uma vez que ela dá celeridade à tramitação do texto. De outro, membros do próprio Palácio do Planalto avaliam que a proposta gerou um desgaste desnecessário ao Executivo promessa de campanha de Lula, o texto também representa um gesto do petista aos motoristas, classe mais ligada ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Folhapress

Governo prepara mudança em MP da conta de luz para atender Congresso

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prepara uma mudança de última hora na MP (medida provisória) elaborada para baixar a conta de luz. O objetivo é atender a interesses do Congresso.

A pedido de parlamentares, o governo deve suprimir dispositivos que autorizam o uso de dinheiro originalmente destinado à revitalização de rios e bacias hidrográficas para ajudar a reduzir a tarifa de energia elétrica nas áreas beneficiadas por essas verbas.

O artigo original havia sido idealizado para atender a uma demanda do Amapá, onde a conta de luz é a mais cara do país e ainda teria um reajuste de 44% aumento que está suspenso. Como mostrou o Painel S.A., o arranjo para equacionar os custos da distribuidora sem precisar do reajuste foi um acordo entre Lula, o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) e o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

O impasse com os parlamentares surgiu porque o governo também previu na MP uma autorização para usar, no abatimento das tarifas, investimentos inicialmente carimbados para outras duas áreas de interesse dos congressistas: a revitalização do rio São Francisco e das bacias hidrográficas na área dos reservatórios da usina de Furnas.

Segundo participantes das negociações, a mudança desagradou ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que é mineiro e já atuou em defesa da preservação de verbas para a região de Furnas em outros momentos.

Ainda que os artigos fossem autorizativos, fazendo com que o uso do dinheiro dependesse de aprovação de comitês, Pacheco transmitiu ao governo a mensagem de que a MP seria mal recebida no Senado se permitisse a redução dos recursos carimbados para investimentos.

A mensagem foi transmitida por Pacheco numa reunião com os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) na segunda-feira (8). A assinatura da MP pelo presidente Lula estava prevista para terça (9).

Diante da insatisfação manifestada por Pacheco e com o objetivo de evitar a derrota em votações no Senado, o governo discute um meio-termo. Folhapress

Natura e fundo conjunto Fable Investments investem na Eadem

O fundo de capital de risco Fable Investments, gerido pela Natura & Co., anunciou na quarta-feira, 3 de abril, que adquiriu uma participação na Eadem, uma empresa especializada em produtos de beleza para pessoas de peles mais escuras. Os termos da transação não foram divulgados.

"A Fable Investments tem o prazer de anunciar o nosso mais recente investimento na Eadem, uma marca de beleza desenvolvida pela comunidade e enraizada na herança. A Eadem concentra-se em capacitar a confiança de indivíduos com pele rica em melanina e fez uma estreia impressionante na Sephora dos EUA", disse a Fable Investments num post do LinkedIn.

Fundada em maio de 2021 por Marie Kouadio Amouzame e Alice (Lin) Glover, a Eadem vende soluções de cuidados para a pele adaptadas para atender às necessidades específicas das pessoas de peles mais escuras, concentrando-se especialmente em questões como a hiperpigmentação. A Eadem lançou o seu produto inaugural, o Milk Marvel Dark Spot Serum, nos EUA, antes de estender a sua oferta para incluir itens como o Cashmere Peel, um tónico que contém AHA e PHA esfoliantes, e o hidratante iluminador Cloud Cushion.

"Estamos entusiasmados com a parceria com Marie Kouadio Amouzame, com Alice (Lin) Glover e com a sua equipa inspiradora, que não só fornecem produtos excepcionais, mas também fazem um trabalho importante para o progresso da indústria da beleza", acrescentou a empresa de investimentos.

Em 2021, a Eadem passou a fazer parte do programa acelerador da Sephora.

A Fable Investments, que já tem participações nas marcas de beleza Loli Beauty e Maude, e na Perfumer H, normalmente investe em marcas com uma abordagem ecologicamente responsável, sob a responsabilidade da sua controladora Natura&Co.

Fashion Natwork

Gafisa vende subsidiárias imobiliárias por R$ 170 milhões

A Gafisa (GFSA3) anunciou em 8 de abril de 2024 que celebrou um contrato para vender a totalidade das quotas das subsidiárias Lampes Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Atriax Empreendimentos Imobiliários Ltda. para a NM JUNIOR PARTICIPAÇÕES S.A. O valor da transação foi de R$ 170 milhões, acrescido de 2% do Valor Geral de Vendas (VGV) líquido de um dos empreendimentos.

As duas empresas são proprietárias de imóveis situados no bairro Itaim Bibi, em São Paulo. O montante pago inclui a assunção de dívidas e passivos relacionados à aquisição dos imóveis pelas subsidiárias, dos quais a Gafisa era corresponsável ou garantidora. A compradora assumirá integralmente as garantias prestadas pela Gafisa e suas subsidiárias, isentando-a de qualquer responsabilidade por essas dívidas.

Apesar da venda das quotas, a Gafisa continuará atuando como realizadora, construtora e comercializadora dos empreendimentos imobiliários nos imóveis negociados, reafirmando sua estratégia de posicionamento de marca no segmento de alto padrão.

A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais, como a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a obtenção de waivers de terceiros. O negócio foi aprovado pelo Conselho de Administração da Gafisa em reunião realizada em 2 de abril de 2024.

Visno Invest

Matera compra a InfoTreasury e entra nos bancos de investimento

A Matera – uma empresa de software que fornece infraestrutura bancária digital aos clientes – acaba de comprar a InfoTreasury, um SaaS que faz operações de tesouraria mais complexas, como hedges, derivativos e COE. O valor do negócio não foi divulgado. A InfoTreasury, fundada em 2000, faturou R$ 12 milhões no ano passado e tem 12 colaboradores.

"Essa aquisição é um passaporte da alegria para nós, pois os bancos de investimento representavam um mercado em que não conseguíamos entrar," o fundador e CEO da Matera, Carlos Netto, conhecido no mercado por "TK", disse ao Brazil Journal. Fundada em 1987 nos corredores da Unicamp, a Matera vem se posicionando como uma das maiores empresas de SaaS para o mercado financeiro. No ano passado, faturou R$ 383 milhões, 30% a mais que em 2022. Um exemplo das ferramentas da companhia é a plataforma para rodar o Pix.

Somente no ano passado, o sistema da Matera realizou 4 bilhões de transações do Pix – 10% de todas as movimentações da modalidade de pagamento. Atualmente, empresas como o C6, Digio, Travelex Bank, Pefisa e Cielo possuem soluções da Matera. Em 2020, a empresa recebeu um investimento de R$ 100 milhões do fundo de private equity do Kinea.

O foco: acelerar os M&As e a expansão internacional. Desde então, a Matera comprou quatro empresas, todas geradoras de caixa. "Hoje nossa maior dificuldade é encontrar companhias saudáveis, que não queimem caixa, e que vão aderir ao nosso DNA," disse Ricardo Chisman, presidente da Matera. Chisman assumiu o cargo em 2021, quando TK percebeu a necessidade de dividir o comando. Combinaram que TK vai olhar mais para o longo prazo, enquanto Chisman será o responsável por estruturar a companhia. Este ano, a Matera espera crescer 30% organicamente e outros 10% com M&As.

Além disso, a empresa quer ampliar o seu mercado fora do Brasil. Depois de estrear nos Estados Unidos no fim de 2022, a empresa prevê ampliar sua participação com o Fed Now – o Pix americano – nos próximos anos. Brazil Journal

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Mina de Ouro 1 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.586.276/0001-79 – NIRE 35.300.582.586

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 1 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 37, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 44.586.276/0001-79, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.586, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“**Companhia**”), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas (“**Acionistas**”), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**LSA**”), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 09h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 37, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 (“**Assembleia**”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (“**Ordem do Dia**”): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 1 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 2 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.586.257/0001-42 – NIRE 35.300.582.578

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 2 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 38, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 44.586.257/0001-42, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.578, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“**Companhia**”), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas (“**Acionistas**”), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**LSA**”), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 10h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 38, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 (“**Assembleia**”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (“**Ordem do Dia**”): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 2 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 3 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.554.763/0001-50 – NIRE 35.300.582.276

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 3 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 39, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 44.554.763/0001-50, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.276, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“**Companhia**”), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas (“**Acionistas**”), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**LSA**”), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 11h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 39, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 (“**Assembleia**”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (“**Ordem do Dia**”): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 3 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 4 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.570.443/0001-93 – NIRE 35.300.582.381

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 4 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 40, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 44.570.443/0001-93, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.381, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“**Companhia**”), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas (“**Acionistas**”), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**LSA**”), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 12h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 40, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 (“**Assembleia**”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (“**Ordem do Dia**”): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 4 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 5 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.586.346/0001-99 – NIRE 35.300.582.608

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 5 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 41, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 44.586.346/0001-99, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.608, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“**Companhia**”), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas (“**Acionistas**”), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**LSA**”), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 13h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 41, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 (“**Assembleia**”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (“**Ordem do Dia**”): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 5 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 6 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.552.200/0001-22 – NIRE 35.300.582.233

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 6 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 42, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 44.552.200/0001-22, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.233, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“**Companhia**”), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas (“**Acionistas**”), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**LSA**”), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 14h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 42, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 (“**Assembleia**”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (“**Ordem do Dia**”): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 6 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 7 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.554.518/0001-42 – NIRE 35.300.582.292

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 7 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 43, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 44.554.518/0001-42, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.292, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“**Companhia**”), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas (“**Acionistas**”), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**LSA**”), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 15h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 43, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 (“**Assembleia**”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (“**Ordem do Dia**”): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 7 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

GET Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 31.557.781/0001-43 – NIRE 35.300.548.183

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da GET Comercializadora de Energia S.A.

A **GET Comercializadora de Energia S.A.**, sociedade anônima, constituída em 22 de agosto de 2018, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 15, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 31.557.781/0001-43, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.548.183, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“**Companhia**”), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas (“**Acionistas**”), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**LSA**”), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 18h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 15, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 (“**Assembleia**”), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (“**Ordem do Dia**”): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **GET Comercializadora de Energia S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa
Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Dólar cai 0,47% e fecha a R$ 5,0076 de olho em commodities e Treasuries

O dólar emendou na terça-feira, 9, a segunda sessão consecutiva de queda no mercado doméstico de câmbio e chegou a flertar com o rompimento do piso de R$ 5,00 ao longo do dia. A valorização do real é amparada pela recuperação dos preços do minério de ferro, que subiram mais de 5% hoje, e pelo o recuo das taxas dos Treasuries, na véspera da divulgação do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) nos EUA.

A sessão foi de oscilações modestas, com variação de pouco mais de dois centavos entre a máxima (R$ 5,0269) e a mínima (R$ 5,005). No fim do dia, a divisa recuava 0,47%, cotada a R$ 5,0076 – menor valor de fechamento desde 27 de março, a última vez em que a moeda encerrou abaixo do nível R$ 5,00. Em abril, o dólar ainda acumula valorização de 3,18%.

“Hoje, o mercado está bem tranquilo. O real aproveita a recuperação do preço do minério de ferro, que já tinha subindo bastante ontem e continuou a se valorizar hoje. Além disso, as taxas dos Treasuries caem”, afirma o head da tesouraria do Travelex Bank, Marcos Weigt. “Amanhã pode ser um dia de volatilidade. Se o CPI sair acima ou abaixo do esperado, vamos ter uma chacoalhada forte no mercado”.

A moeda americana perdeu força em relação à maioria das divisas emergentes e de exportadores de commodities. Uma das exceções foi o peso mexicano, que caiu cerca de 0,50% em relação ao dólar. Leitura inflação ao consumidor no México em março veio abaixo das expectativas, abrindo, em tese, espaço para continuidade de corte de juros pelo Banxico – até o momento o banco central mais conservador na América Latina.

IstoéDinheiro

Publicidade Legal

Bismut Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 29.854.266/0001-83 – NIRE 35.300.534.913

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Bismut Comercializadora de Energia S.A.

A **Bismut Comercializadora de Energia S.A.**, sociedade anônima, constituída em 18 de abril do ano de 2019, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 05, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 29.854.266/0001-83, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.534.913, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 11h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 05, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante; conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Bismut Comercializadora de Energia S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Matrix Energy Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.834.826/0001-84 | NIRE: 35.300.463.111

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Matrix Energy Participações S.A.

A **Matrix Energy Participações S.A.**, sociedade anônima, constituída em 17 de fevereiro do ano de 2014, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 03, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 19.834.826/0001-84, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.463.111, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 09h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 03, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 8 de abril de 2024. **Matrix Energy Participações S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho – *Diretor Presidente. (06, 09 e 10/04/2024)***

Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

CNPJ/MF nº 17.858.631/0001-49 | NIRE: 35.300.502.221

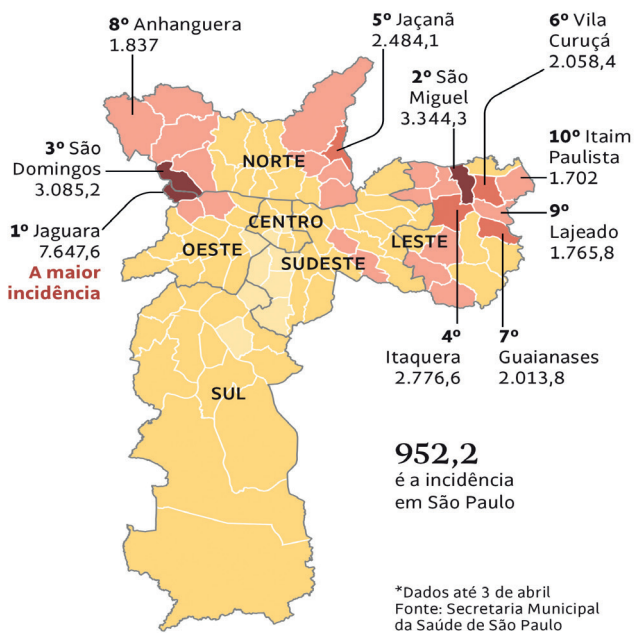
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

A **Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.**, sociedade anônima, constituída em 26 de março do ano de 2013, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 01, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 17.858.631/0001-49, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.502.221, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 10h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 01, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 12, parágrafo segundo do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 8 de abril de 2024. **Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho – *Diretor Presidente. (06, 09 e 10/04/2024)***

86 distritos da capital paulista têm incidência de dengue acima de 300

Incidência por 100 mil habitantes*

- Até 300
- 300 a 1.000
- 1.000 a 2.000
- 2.000 a 3.000
- Acima de 3.000



*Dados até 3 de abril
Fonte: Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo

Cedro Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 48.210.788/0001-97 – NIRE 35.300.602.153

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Cedro Energias Renováveis S.A.

A **Cedro Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de outubro de 2022, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 32, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 48.210.788/0001-97, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.602.153, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 16h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 32, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Cedro Energias Renováveis S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Azalea Participações S.A.

CNPJ/MF nº 36.178.458/0001-82 – NIRE 35.300.548.426

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Azalea Participações S.A.

A **Azalea Participações S.A.**, sociedade anônima, constituída em 22 de janeiro de 2020, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 35, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 36.178.458/0001-82, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.548.426, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 13h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 35, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Azalea Participações S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ/ME nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Nos termos do Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, convidamos os Senhores Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 22 de abril de 2024, às 9h, na sede da Companhia, na Av. Doutor Jose Artur Nova, 951, São Miguel Paulista, São Paulo/SP, com a seguinte Ordem do Dia: **(1)** Deliberar sobre as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras (DFs) referentes ao exercício social encerrado em 2023; **(2)** Deliberar sobre a proposta de constituição de reserva de incentivos fiscais à conta do saldo da Reserva de Investimento da Companhia ao final do exercício social de 2023; **(3)** Deliberar sobre a proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício social encerrado 2023; **(4)** Deliberar sobre o resultado apurado pela Diretoria a título de EBITDA da Companhia em 2023, nos termos do Estatuto Social; **(5)** Eleger os Membros do Conselho de Administração; **(6)** Fixar a Remuneração Global dos administradores da Companhia para o ano de 2024. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os documentos previstos no art. 133 da Lei 6.404/76. São Paulo, 04 de abril de 2024. **Companhia Nitro Química Brasileira.** Lucas Santos Rodas - Presidente do Conselho de Administração. **(09, 10 e 11/04/2024)**

Ventos Altos Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 40.586.962/0001-99 – NIRE 35.300.568.150

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Ventos Altos Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 27 de janeiro do ano de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 34, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 40.586.962/0001-99, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.568.150, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 12h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 34, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante; conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Ventos Altos Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Renovar Ambiental Participações S.A.

CNPJ/MF nº 00.280.334/0001-66 – NIRE 35.300.385.098

Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **Renovar Ambiental Participações S.A.** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do art. 123 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e da Cláusula 6ª de seu Estatuto Social, a se realizar no dia 22 de abril de 2024, às 10 horas, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, conj. 41, sala B, Vila Andrade, CEP.: 05727-900, a fim de deliberar sobre **(i)** a eleição dos membros da Diretoria da Companhia. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Jaime Bargallo Arnabat** – Diretor Presidente. (10, 11 e 12/04/2024)

Confira no nosso site as principais notícias do dia:
datamercantil.com.br

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,0074 / R$ 5,008 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,0039 / R$ 5,0059 *
Turismo - R$ 5,0384 / R$ 5,2184
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,49%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 0,80%
Pontos: 129.890
Volume financeiro: R$ 20,198 bilhões
Maiores altas: Vamos ON (5,47%), JBS ON (3,99%), Assai ON (3,82%)
Maiores baixas: CVC ON (-2,62%), CSN ON (-1,56%), Carrefour ON (-1,39%)
S&P 500 (Nova York): 0,14%
Dow Jones (Nova York): -0,02%
Nasdaq (Nova York): 0,32%
CAC 40 (Paris): -0,86%
Dax 30 (Frankfurt): -1,32%
Financial 100 (Londres): -0,11%
Nikkei 225 (Tóquio): 1,08%
Hang Seng (Hong Kong): 0,57%
Shanghai Composite (Xangai): 0,05%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,08%
Merval (Buenos Aires): 1,92%
IPC (México): -0,72%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Junho 2023: -0,08%
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%

Publicidade Legal

Brasceras S/A Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 04.535.453/0001-73

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	49.303	8.556	49.669	8.560
Contas a receber de clientes	42.117	46.274	41.758	45.391
Estoques	35.076	43.681	35.076	43.681
Impostos a recuperar	2.993	4.219	2.993	4.236
Despesas antecipadas	559	527	559	527
Outros créditos	277	251	1.006	250
Total do ativo circulante	**130.325**	**103.508**	**131.061**	**102.645**
Não circulante				
Aplicações financeiras e títulos de capital	–	1.155	–	1.155
Partes relacionadas	11.009	9.659	9.255	8.624
Depósitos judiciais	1.300	1.222	1.300	1.222
Impostos a recuperar	1.688	3.897	1.688	3.897
Impostos diferidos	834	416	834	416
Outros créditos	4	70	9	70
Imobilizado	15.740	15.881	15.740	15.881
Investimentos	10	5	5	5
Intangível	62	14	62	17
Total do ativo não circulante	**30.647**	**32.319**	**28.893**	**31.287**
Total do ativo	**160.972**	**135.827**	**159.954**	**133.932**

Passivo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Fornecedores	2.103	4.723	2.103	4.723
Empréstimos e financiamentos	11.524	9.622	11.524	9.622
Impostos a recolher	1.225	1.650	1.225	1.650
Salários e encargos a pagar	1.846	1.859	1.846	1.859
Adiantamento de clientes	494	400	494	417
Parcelamentos de impostos	594	592	594	592
Outros passivos	305	310	320	310
Total do passivo circulante	**18.091**	**19.156**	**18.106**	**19.173**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	10.957	6.641	10.957	6.641
Partes relacionadas	–	–	–	–
Provisão para passivo a descoberto em controladas	1.033	1.448	–	–
Parcelamentos de impostos	882	1.402	882	1.402
Provisão para contingências	701	701	701	701
Outros passivos	237	537	237	537
Total do passivo não circulante	**13.810**	**10.729**	**12.777**	**9.281**
Patrimônio líquido				
Capital social	32.449	32.449	32.449	32.449
Reserva de lucros	96.622	73.493	96.622	73.493
Participação dos acionistas não controladores	**–**	**–**	**–**	**(464)**
Total do patrimônio líquido	**129.071**	**105.942**	**129.071**	**105.478**
Total do passivo e patrimônio líquido	**160.972**	**135.827**	**159.954**	**133.932**

Demonstração dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida	**309.739**	**355.893**	309.739	**355.893**
(-) Custo dos produtos vendidos	(261.571)	(321.242)	(261.571)	(321.242)
Lucro bruto	**48.168**	**34.651**	**48.168**	**34.651**
Despesas operacionais, líquidas				
Despesas comerciais	(13.772)	(20.034)	(13.772)	(20.034)
Despesas administrativas	(19.584)	(15.629)	(19.615)	(15.629)
Outras receitas líquidas das despesas	30.217	26.570	30.201	26.571
Resultado de equivalência patrimonial	(50)	1	–	–
	44.979	**25.559**	**44.982**	**25.559**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	8.616	9.817	8.614	9.817
Despesas financeiras	(11.598)	(12.322)	(11.605)	(12.322)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**41.997**	**23.054**	**41.991**	**23.054**
Corrente	(3.742)	(347)	(3.742)	(347)
Diferido	418	(278)	424	(278)
Lucro líquido do exercício	**38.673**	**22.429**	**38.673**	**22.429**
Atribuíveis a:				
Acionistas controladores				22.429
Não controladores				(1)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

		Reserva de capital	Reserva de lucros					
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Resultados acumulados	CTA	Patrimônio líquido	Participação de minoritários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**32.449**	**45.418**	**6.490**	**3.209**	**273**	**87.839**	**(408)**	**87.431**
Resultado do exercício	–	–	–	22.429	–	22.429	(1)	22.428
Constituição de reserva	–	27.171	–	(27.171)	–	–	–	–
Dividendos	–	–	–	(4.033)	–	(4.033)	–	(4.033)
Outros impactos	–	–	–	–	–	–	(55)	(55)
Baixa de Investimento (Gewax).	–	–	–	(20)	(273)	(293)	–	(293)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**32.449**	**72.589**	**6.490**	**(5.586)**	**–**	**105.942**	**(464)**	**105.478**
Resultado do exercício	–	–	–	38.672	–	38.672	–	38.672
Constituição de reserva	–	28.897	–	(28.897)	–	–	–	–
Dividendos	–	(2.800)	–	(12.599)	–	(15.399)	–	(15.399)
Outros impactos	–	(88.686)	–	88.686	–	–	–	–
Variação cambial de conversão de operações no exterior	–	–	–	–	(144)	(144)	–	(144)
Baixa de Investimento	–	–	–	–	–	–	464	464
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**32.449**	**10.000**	**6.490**	**80.276**	**(144)**	**129.071**	**–**	**129.071**

Demonstração dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**38.673**	**22.429**	**38.673**	**22.429**
Ajuste de conversão	(144)	–	(144)	–
Participação de não controladores		–		–
Resultado abrangente do exercício	**38.529**	**22.429**	**38.529**	**22.429**

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**38.673**	**22.430**	**38.673**	**22.430**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	2.203	1.917	2.203	1.934
Aumento de imposto diferido	(418)	(278)	(418)	(285)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	17	46	17	46
Provisão (reversão) de contingências	–	(422)		(422)
Equivalência patrimonial	50	1		–
Juros incorridos e variação cambial sobre empréstimos	901	3.144	901	3.144
Baixa de investimentos	(443)	1.243	464	–
Incentivos fiscais	(28.897)	(27.171)	(28.897)	(27.171)
Baixa de ativo imobilizado	–	206	–	206
Ajuste de conversão	(144)	–	(144)	–
Outros	–	6		223
Redução ou aumento nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	4.140	(15.132)	3.616	(15.132)
Impostos a recuperar	3.435	(3.916)	3.452	(3.901)
Estoques	8.608	(4.684)	8.608	(4.684)
Outros créditos	32	(1.390)	(733)	(1.360)
Depósitos judiciais	(78)	(22)	(78)	(22)
Fornecedores	(2.620)	(600)	(2.620)	(600)
Impostos a recolher	31.359	27.279	31.346	27.279
Salários e encargos a pagar	(13)	132	21	132
Aumento em outros passivos	(211)	88	(228)	90
Partes relacionadas	(27)	(176)	(631)	(176)
Caixa gerado pelas (Aplicado nas) operações	**56.567**	**2.701**	**55.552**	**1.731**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.887)	(347)	(2.887)	(347)
Juros pagos sobre empréstimos	(2.176)	(3.182)	(2.176)	(3.182)
Caixa gerado pelas (Aplicado nas) atividades operacionais	**51.504**	**(828)**	**50.489**	**(1.798)**
Fluxo de caixa atualizado nas atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	(2.051)	(2.070)	(2.051)	(2.070)
Aquisição de ativo intangível	(60)	–	(60)	(10)
Novo investimento	(27)			
Empréstimos concedidos a coligadas	(1.350)	(1.956)		(1.942)
Resgate de aplicação financeira	1.155		1.155	
Investimentos	–			(5)
Caixa gerado pelas (Aplicado nas) atividades de investimentos	**(2.333)**	**(4.026)**	**(956)**	**(4.027)**
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	42.396	16.072	42.396	16.072
Amortização de empréstimos – Principal	(34.903)	(24.790)	(34.903)	(24.790)
Dividendos pagos	(15.399)	(4.033)	(15.399)	(4.033)
Parcelamentos (Líquido)	(518)	1.289	(518)	1.289
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(8.424**	**(11.462)**	**(8.424)**	**(11.462)**
Aumento de caixa e equivalente de caixa	**40.747**	**(16.316)**	**41.109**	**(17.287)**
Caixa e equivalente de caixa				
Saldo no início do exercício	8.556	24.872	8.560	25.847
Saldo no final do exercício	49.303	8.556	49.669	8.560
Aumento de caixa e equivalente de caixa	**40.747**	**(16.316)**	**41.109**	**(17.287)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Informações gerais – 1.1. Contexto operacional: A Brasceras é uma sociedade com sede na Avenida Copacabana, 238, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social: • Comércio de parafinas; • Entablamento de parafinas • Comércio de produtos químicos em geral; • Fabricação de produtos químicos próprios; • Fabricação e comercialização de emulsão de parafina; • Importação e exportação; • Transporte rodoviário de cargas, em veículos próprios ou de terceiros. Além disso, a Companhia possui participação societária na Cibravelas Indústria de Velas Ltda. ("Cibravelas"), com instalações industriais na cidade de Madre de Deus e na Colbrax Indústria e Comércio de Colas Ltda. ("Colbrax"), ambas operando na mesma linha de negócios da Companhia. Em 14 de dezembro de 2022, o sócio que detinha 49% da Cibravelas encerrou o CNPJ e cedeu sua participação para a Brasceras, sem custo, através de uma transferência de participação, conforme ato societário registrado na Junta Comercial de Salvador em 23 janeiro de 2023. **1.2. Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 08 de abril de 2024. **1.3. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2. Resumo das práticas contábeis – 2.1. Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da entidade controlada pela Companhia (sua controlada) elaboradas até 31 dezembro de cada exercício. O controle é obtido quando a Companhia: • tem poder sobre a investida; • está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida, e; • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as Empresas do Grupo ea Companhia são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo.

Kleber Reimberg Gutschow – Diretor Presidente

Andreia Zebellini - Contadora – CRC 1SP 159.233/O-8

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos administradores e acionistas

Brasceras S/A Indústria e Comércio – Barueri-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da **Brasceras S/A Indústria e Comércio** ("**Brasceras**" ou "Companhia") e suas controladas, identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individual e consolidada do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Partes relacionadas:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém volumes significativos de transações de mútuos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados destas operações, bem como sua posição patrimonial e financeira, podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras da Companhia ou atividades de seu negócio da Companhia e suas controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 08 de abril de 2024

Mazars Auditores Independentes – CRC 2SP 023.701/O-8

Danhiel Augusto Reis – Contador CRC 1SP 254.522/O-0

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:
www.datamercantil.com

Publicidade Legal

Cigla – Construtora Impregilo e Associados S.A.

CNPJ/MF nº 47.234.513/0001-20

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.
As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro *(Em milhares de reais (R$)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	390	808
Contas a receber	898	17.459
Impostos a recuperar	762	956
Conta corrente consórcios	709	747
Outros créditos	2	2
	2.761	**19.972**
Não circulante		
Depósitos judiciais	11	74
Cauções	–	6
Imobilizado	32	50
	43	**130**
Total do ativo	**2.804**	**20.102**

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	93	2
Obrigações trabalhistas	133	188
Tributos a recolher	1	1
Adiantamento de cliente	5.164	5.164
Partes relacionadas	22.411	20.804
Conta corrente consórcios	2.505	2.502
Outras obrigações	–	6
	30.307	**28.667**
Não circulante		
Partes relacionadas	36.539	35.578
Provisão para contingências	3.150	3.287
Provisão para rescisões	–	27
	38.892	**38.892**
Patrimônio líquido		
Capital social	7.641	7.641
Reserva de capital	18	18
Prejuízos acumulados	(74.851)	(55.116)
	(67.192)	**(47.457)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.804**	**20.102**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais (R$)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(19.735)	(21.133)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(19.735)**	**(21.133)**

Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais (R$)

	2023	2022
Receita líquida	(16.532)	(20.297)
Custos dos serviços prestados	(24)	(48)
Prejuízo bruto	**(16.556)**	**(20.345)**
(Despesas) Receitas operacionais		
Despesas com pessoal	(627)	(1.123)
Despesas gerais e administrativas	(1.052)	(4.228)
Despesas tributárias	(160)	(109)
Outras receitas, líquidas	164	196
	(1.675)	**(5.264)**
Prejuízo antes do resultado financeiro	**(18.231)**	**(25.609)**
Resultado financeiro	(1.504)	4.476
Prejuízo do exercício	**(19.735)**	**(21.133)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais (R$)*

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**7.641**	**18**	**(33.983)**	**(26.324)**
Prejuízo do exercício	–	–	(21.133)	(21.133)
Saldos em 31/12/2022	**7.641**	**18**	**(55.116)**	**(47.457)**
Prejuízo do exercício	–	–	(19.735)	(19.735)
Saldos em 31/12/2023	**7.641**	**18**	**(74.851)**	**(67.192)**

Demonstrações os Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais (R$)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(19.735)	(21.133)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais		
(Reversão) Provisão para contingências	(137)	2.948
(Reversão) Provisão para rescisões	(27)	15
Juros e variação cambial sobre partes relacionadas	1.560	(4.526)
Depreciação	18	13
	(18.321)	**(22.683)**
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	16.561	20.321
Adiantamentos	–	2
Impostos a recuperar	194	200
Depósitos judiciais	63	2
Cauções	6	–
Fornecedores	91	(40)
Tributos a recolher	–	(2)
Obrigações trabalhistas	(55)	62
Conta corrente consórcios	41	(230)
Outras obrigações	(6)	(148)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(1.246)**	**(2.516)**
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento		
Captação de mútuo com partes relacionadas	1.008	2.612
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	**1.008**	**2.612**
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**(418)**	**96**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	808	712
no final do exercício	390	808
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**(418)**	**96**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Cigla Construtora Impregilo e Associados S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, com sede na Avenida Ibirapuera, nº 2144, conjunto 21, na cidade de São Paulo – Brasil e tem por objetivo social a execução de obras civis de usinas hidrelétricas, barragens, portos, diques e obras correlatas, execução de obras de engenharia em geral, locação de equipamentos, prestação de serviços técnicos, importação de equipamentos e peças correlatas, exportação de bens e serviços, participação em outras sociedades de qualquer natureza como sócia quotista ou acionista e outras atividades afins. A Companhia assinou em 21 de dezembro de 2016 um novo Contrato para o desenvolvimentos de 4 lotes das obras do Contorno de Florianópolis para a Concessionária Auto Pista Litoral Sul, para a execução das obras, constituiu um Consórcio em 2 de fevereiro de 2017, com participação de 40%, com início das obras no dia 5 de janeiro de 2017. O contrato posteriormente fora aditado em 30 de outubro 2017, com a aquisição de novo lote, passando o prazo final para conclusão em 32 meses. O "Consórcio Construtor Salini Impregilo – Cigla" ("Consórcio") foi constituído pelas Companhias: Webuild S.P.A. (anteriormente denominada Salini Impregilo S.p.A.), com participação de 60%; e pela Cigla Construtora Impregilo e Associados S.A., com participação de 40%. O Consórcio, constituído em 2 de fevereiro de 2017, tem como objetivo a construção dos Lotes das obras do Contorno de Florianópolis. O escopo original do contrato era a construção dos Lotes C, 2, 2N e B, no entanto foi aditado em 30 de outubro de 2017 para a adição dos Lotes B2 e Intermediário 4 do mesmo projeto. O início das obras ocorreu em 5 de janeiro de 2017 com prazo de 32 meses para a sua conclusão. Em meados de junho de 2018 o Consórcio apresentou ao cliente um Pleito visando a recuperação do equilíbrio econômico do contrato devido à custos adicionais incorridos em função da Inequação do Projeto Executivo para a região, negado pelo cliente. O pleito deverá ser discutido em Comissão de Arbitragem. Maiores detalhes sobre o tema constam na Nota Explicativa nº 17. Em decorrência das tratativas de adequar o projeto executivo, vista a impossibilidade de continuidade do projeto pelo Consórcio sem as alterações, a Auto Pista Litoral Sul resolveu, unilateralmente, romper o contrato com o consórcio em 10 de janeiro de 2019, ensejando o Consórcio a também ingressar na justiça com ações para recuperação de prejuízos bem como para o bloqueio da execução de quaisquer garantias contratuais, tendo êxito na obtenção de liminares garantindo tais bloqueios. Em decorrência do rompimento contratual, o consórcio negociou, com êxito, junto aos seus fornecedores o pagamento dos saldos em aberto em seis parcelas. Os pagamentos foram suportados com apoio financeiro da Webuild S.P.A.. A Companhia trabalha visando o desenvolvimento de novos projetos de infraestrutura nas áreas pública e privada. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras – 2.1. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de continuidade da Companhia às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 26 de março de 2024.

Maurício Malins Kuchembuck – Diretor Administrativo **Walther Bottaro** – Contador CRC 1SP 244.423/O-9

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas. O Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 26 de março de 2024, pela **Crowe Macro Auditores Independentes**., inscrita no CRC sob o nº CRC 2SP 033.508/O-1, sem ressalvas, está sendo apresentado na íntegra, na versão completa destas demonstrações financeiras, que estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

MSA Brasil Autocenter Ltda.

CNPJ/MF nº 08.695.882/0001-69 – NIRE 35.221.177.018

Distrato Social

Pelo presente instrumento: **a) Mesa S.p.A.**, CNPJ/MF nº 08.964.606/0001-59, representada por Sr. **André Luis Fonseca Sergio**, RG nº 28.595.663-2 (SSP-SP), CPF/MF nº 274.257.588-06; e **b) Mobivia SA** (anteriormente denominada "**Mobivia Groupe**"), CNPJ/MF nº 16.696.447/0001-87, representada por Sr. **André Luis Fonseca Sergio**, acima qualificado. Na qualidade de únicas representantes da totalidade do capital social desta sociedade ("Sociedade"), resolvem, de comum acordo, encerrar as atividades da Sociedade, conforme termos abaixo, uma vez que não mais interessa às sócias a continuidade de tais atividades. **1º:** As sócias da Sociedade resolvem, nesta data, dissolver, liquidar e extinguir a Sociedade, uma vez que não há mais interesse econômico em manter as atividades da Sociedade e desenvolver seu objeto social. As sócias da Sociedade serão responsáveis pelas obrigações da Sociedade para todos os efeitos, na proporção das quotas detidas por cada uma delas no capital social da Sociedade. **2º:** As sócias nomeiam neste ato, como liquidante da Sociedade, o Sr. **André Luis Fonseca Sergio**, acima qualificado ("Liquidante"), para os fins estabelecidos nos artigos 1.102 e seguintes do Código Civil, o qual, por meio deste Instrumento, aceita de maneira irrevogável e irretratável tal cargo, confirmando que ficará responsável pela guarda e conservação dos documentos e livros da Sociedade, para todos os fins e pelo tempo que a lei exigir. **3º:** O Liquidante ora nomeado declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a função de Liquidante da Sociedade, seja por determinação de lei especial ou em virtude de condenação criminal ou, ainda, por se encontrar sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **4º:** O Liquidante declara, ainda, que não há qualquer débito pendente da Sociedade com relação às autoridades fiscais ou perante quaisquer terceiros. **5º:** As sócias, neste ato, aceitam e aprovam, por unanimidade e sem reservas, o balanço de encerramento e as contas finais apresentadas pelo Liquidante. Ato contínuo, decidem as sócias que os valores disponíveis (se aplicável) no caixa da Sociedade serão utilizados para quitação das despesas incorridas com o registro do presente Distrato Social, incluindo, mas não se limitando a honorários de advogados e contadores, bem como outras despesas, sendo que eventual valor remanescente será integralmente devolvido às sócias da Sociedade, na proporção das quotas detidas por cada uma delas no capital social da Sociedade. **6º:** Estando o passivo da Sociedade totalmente liquidado e não havendo mais obrigações a serem cumpridas e, ainda, devido ao encerramento das atividades da Sociedade, as sócias declaram extinta a Sociedade a partir desta data. **7º:** As sócias desde já garantem que serão responsáveis por eventuais débitos da Sociedade posteriores à presente dissolução, obrigando-se a indenizar o Liquidante caso este venha a ser demandado extrajudicialmente ou judicialmente por qualquer obrigação da Sociedade. **8º:** As sócias terão direito e serão consideradas responsáveis pelo recebimento de quaisquer pagamentos oriundos de créditos contra as autoridades fiscais brasileiras. **9º:** Em vista das deliberações acima, as atividades da Sociedade estão definitivamente encerradas e a Sociedade está, consequentemente, dissolvida, liquidada e extinta, para todos os efeitos e fins de direito. São Paulo, 20/03/2024. JUCESP – Registrado sob o nº 130.868/24-3 em 01/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Linha Universidade Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 35.310.646/0001-50 – NIRE 35.300.543.823

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2024

Data, Hora e Local: Aos 23/02/2024, às 10h00, na sede da Companhia, na Rua Olimpíadas, nº 134, conjunto 72, sala I, 7º andar, Condomínio Alpha Tower, São Paulo-SP. **Presenças:** Representantes de 100% do capital social, dispensada a convocação. **Mesa:** Presidente: Juan Antonio Santos Paz; e Secretário: Fernando Minguez Llorente. **Ordem do Dia: (i)** o aumento do capital social, com a emissão de novas ações preferenciais e ordinárias; e **(ii)** a alteração do art. 5º do Estatuto Social. **Deliberações aprovadas por unanimidade:** (a) Aprovar o aumento do capital, no valor de R$ 133.026.096,24, mediante a emissão de 4 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 33.256.524,06 por ação, fixado com base na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia. A totalidade das ações preferenciais emitidas em decorrência do aumento do capital ora aprovado foi subscrita pela acionista Acciona Concesiones S.L., com a expressa anuência da acionista Transdev LATAM, a qual renunciou ao seu direito de preferência. Em virtude do aumento ora deliberado, a acionista Transdev LATAM subscreve e integraliza 1 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, mediante o exercício do Bônus de Subscrição nº 01 de que é titular, ao preço de emissão de R$1,00 por ação. Em decorrência do aumento de capital ora aprovado, o capital social da Companhia passou de R$ 26.597.654,76 para R$ 159.623.752,00, dividido em 120 ações, sendo (a) 104 ações ordinárias; e (b) 16 ações preferenciais. **(b)** a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social aprovado no item (a) da ordem do dia, de maneira que o referido dispositivo passe a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º –*** *O capital social é de R$ 159.623.752,00, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, dividido em 120 ações, todas nominativas e sem valor nominal, das quais (a) 104 são ações ordinárias, e (b) 16 são ações preferenciais."* **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: Juan Antonio Santos Paz; Secretário: Fernando Minguez Llorente. Acionistas: Acciona Concesiones S.L.; Transdev LATAM. Certifico e dou fé que esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 23/02/2024. Mesa: **Juan Antonio Santos Paz** – Presidente; **Fernando Minguez Llorente** – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 139.658/24-5 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

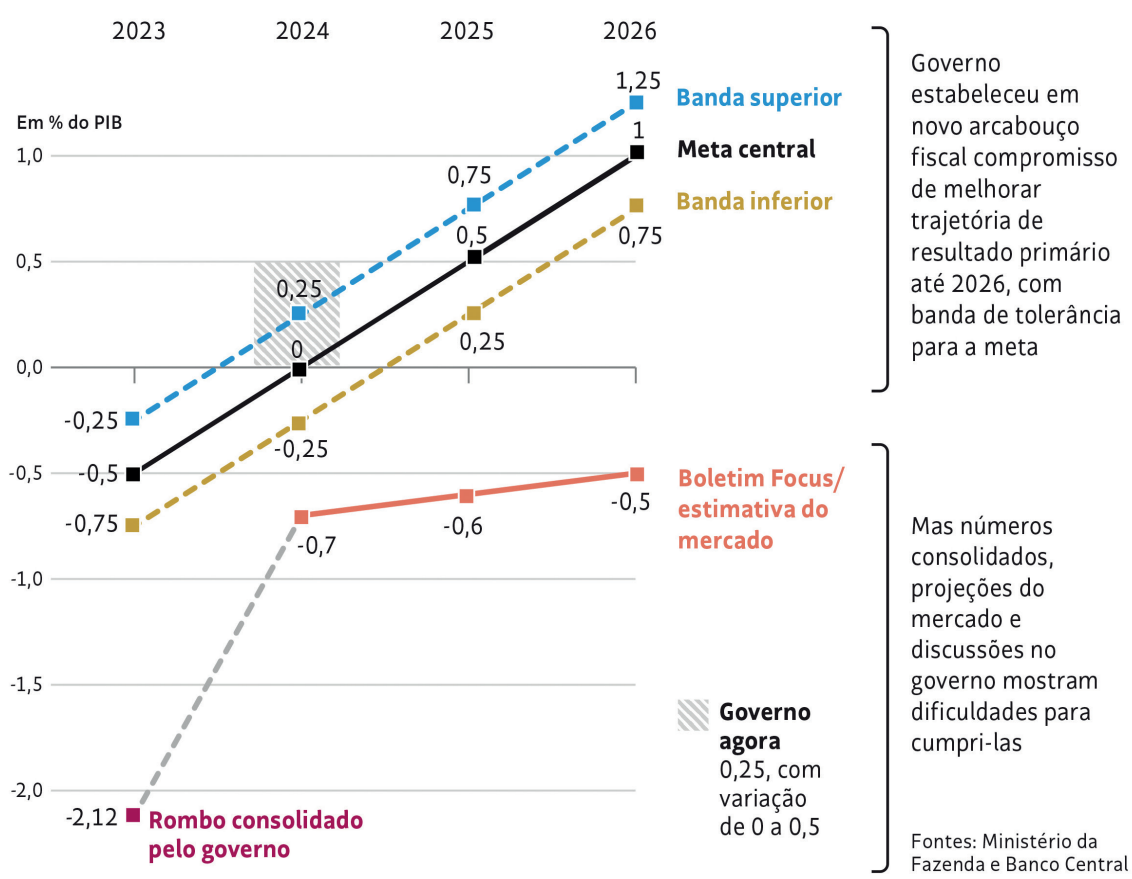
Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 08 horas do dia 17 de abril de 2024, na sede da Companhia localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** autorizar a diretoria executiva a contratar financiamento para operação de ACC perante a Instituição Financeira que dispor das melhores condições, no valor de até USD 10.000.000 (dez milhões de dólares americanos; (ii) autorização da Diretoria Executiva para adotar as providências necessárias relacionadas o referido contrato, bem como a ratificação de todos os atos praticados inerentes à referida operação. Ribeirão Pires, 08 de abril de 2024. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Diretor Presidente; **Sandro Morais Nogueira** – Diretor Administrativo e Financeiro. (09, 10 e 11/04/2024)

Metas apresentadas pelo governo



Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4739
Dólar (EUA) - 5,008
Franco (Suíça) - 5,5453
Iene (Japão) - 0,03301
Libra (Inglaterra) - 6,3471
Peso (Argentina) - 0,005793
Peso (Chile) - 0,00532
Peso (México) - 0,3061
Peso (Uruguai) - 0,1291
Yuan (China) - 0,6925
Rublo (Rússia) - 0,05391
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,4367

Publicidade Legal

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

CNPJ/MF nº 30.262.440/0001-88

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	73.060.485	20.741.514	76.833.364	21.617.952
Contas a receber clientes	816.432	2.013.089	971.004	2.022.483
Tributos a recuperar	1.898.941	814.467	2.001.925	822.146
Adiantamentos	53.180.823	7.657.630	55.622.009	7.657.630
Dividendos a receber	194.671	194.671	-	-
Outras contas a receber	232.618	113.189	232.618	113.189
Despesas antecipadas	3.456.697	553.257	3.456.697	553.257
	132.840.667	**32.087.817**	**139.117.617**	**32.786.657**
Não circulante				
Partes relacionadas	916.725	-	-	-
Imposto diferido	40.013.288	25.105.146	47.797.648	25.105.146
Bloqueios e depósitos judiciais	87.463	-	87.463	-
Despesas antecipadas	6.268.018	1.777.245	6.268.018	1.777.245
Investimento	9.803	641.963	-	-
Imobilizado	253.587	6.597.737	253.587	6.597.737
Intangível	552.979.192	256.401.160	552.979.192	256.401.160
Direito de Uso	38.533.092	-	50.506.918	-
	639.061.168	**290.523.251**	**657.892.827**	**289.881.289**
Total do ativo	**771.901.835**	**322.611.068**	**797.010.444**	**322.667.946**
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	29.537.656	4.699.829	29.537.656	4.712.856
Empréstimos, financiamentos e debêntures	98.993.453	13.077.969	124.691.891	13.077.969
Arrendamento	1.008.360	-	4.048.305	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	13.156.065	6.868.051	13.194.945	6.996.015
Provisões trabalhistas e encargos sociais	108.711	78.768	108.711	78.768
Adiantamentos	23.858.472	3.188.261	23.993.155	3.203.677
Concessões e serviços públicos a pagar	4.742.372	4.465.525	4.742.372	4.465.525
Outras contas a pagar	2.457.581	177.497	3.217.581	177.497
	173.862.670	**32.555.900**	**203.534.616**	**32.712.307**
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	328.273.676	157.857.143	351.124.570	157.857.143
Arrendamento	34.986.150	-	44.849.618	-
Concessões e serviços públicos a pagar	38.024.744	41.596.579	38.024.744	41.596.579
Partes relacionadas	251.137.283	115.405.488	228.442.675	115.305.488
Provisão para perda de investimento	14.411.547	-	-	-
Provisão para demandas judiciais	1.270.549	1.265.477	1.270.549	1.265.477
	668.103.949	**316.124.687**	**663.712.156**	**316.024.687**
Patrimônio líquido				
Capital social	22.000.000	22.000.000	22.000.000	22.000.000
Prejuízos acumulados	(92.064.784)	(48.069.520)	(92.064.784)	(48.069.520)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	**(70.064.784)**	**(26.069.520)**	**(70.064.784)**	**(26.069.520)**
Participação dos acionistas não controladores	**-**	**-**	**(171.544)**	**472**
	(70.064.784)	**(26.069.520)**	**(70.236.328)**	**(26.069.047)**
Total do passivo e PL	**771.901.835**	**322.611.068**	**797.010.444**	**322.667.946**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita líquida	3.597.060	4.788.500	7.395.889	5.712.564
Custo dos serviços prestados	(2.582.963)	(10.885.895)	(6.086.674)	(10.885.895)
Lucro/prejuízo bruto	**1.014.097**	**(6.097.395)**	**1.309.215**	**(5.173.331)**
Receitas (despesas) operacionais:				
Despesas gerais e administrativas	(14.871.639)	(14.179.033)	(30.278.964)	(14.178.988)
Resultado de Equivalência	(15.053.707)	819.651	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.582.077)	876.219	(1.392.666)	876.219
	(31.507.423)	**(12.483.163)**	**(31.671.630)**	**(13.302.769)**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	1.301.511	902.024	1.316.918	902.024
Despesas financeiras	(29.711.591)	(12.625.083)	(37.776.115)	(12.625.678)
	(28.410.080)	**(11.723.059)**	**(36.459.197)**	**(11.723.654)**
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	**(58.903.406)**	**(30.303.616)**	**(66.821.612)**	**(30.199.754)**
IRPJ e CSLL corrente	-	**-**	(38.171)	(103.151)
IRPJ e CSLL diferido	14.908.142	10.532.781	22.692.502	10.532.781
Prejuízo do exercício	**(43.995.264)**	**(19.770.835)**	**(44.167.282)**	**(19.770.122)**
Prejuízo do exercício atribuído aos controladores	(43.995.264)	(19.770.835)	(43.821.538)	(19.771.546)
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos não controladores	-	-	(173.726)	712
Prejuízo do exercício	**(43.995.264)**	**(19.770.835)**	**(43.995.264)**	**(19.770.835)**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Prejuízo do exercício	(43.995.264)	(19.770.835)	(44.167.282)	(19.770.122)
Total do resultado abrangente do exercício	**(43.995.264)**	**(19.770.835)**	**(44.167.282)**	**(19.770.122)**
Total do resultado abrangente atribuível a				
Acionistas da Companhia	(43.995.264)	(19.770.835)	(43.821.538)	(19.771.546)
Não controladores	-	-	(173.726)	712
	(43.995.264)	**(19.770.835)**	**(43.995.264)**	**(19.770.835)**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total	Participação de não Controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 31/12/21	**22.000.000**	**(28.298.685)**	**(6.298.685)**	**-**	**(6.298.685)**
Prejuízo do exercício	-	(19.770.835)	(19.770.835)	472	(19.770.363)
Saldo em 31/12/22	**22.000.000**	**(48.069.520)**	**(26.069.520)**	**472**	**(26.069.048)**
Prejuízo do exercício	-	(43.995.264)	(43.995.264)	(172.016)	(44.167.280)
Saldo em 31/12/23	**22.000.000**	**(92.064.784)**	**(70.064.784)**	**(171.544)**	**(70.236.328)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Prejuízo do exercício	(43.995.264)	(19.770.835)	(44.167.282)	(19.770.122)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes:				
Depreciação e amortização	8.206.966	5.746.037	8.206.966	5.746.037
Amortização de arrendamentos	-	-	2.525.884	-
Resultado de equivalência	15.053.708	(819.651)	-	-
Juros sobre Outorga	-	2.819.804	-	2.819.804
Juros sobre mútuos	14.521.683	9.487.177	14.521.683	9.487.177
Juros sobre debêntures - intangível	32.660.762	23.582.567	39.063.037	23.582.567
Custas sobre debêntures	381.511	-	381.511	-
Juros sobre arrendamento	1.411.418	-	1.843.817	-
Provisão de imposto diferido s/ prejuízo fiscal	(14.908.142)	(10.532.781)	(22.692.502)	(10.532.781)
Provisão de contingência trabalhista	5.072	1.265.477	5.072	1.265.477
Baixa de ativo imobilizado e intangível	2.763.947	-	2.763.947	
Aumento nos ativos operacionais:				
Despesas antecipadas	(7.394.212)	(1.931.780)	(7.394.212)	(1.931.780)
Adiantamentos a terceiros	(50.473.193)	(5.146.941)	(52.914.378)	(5.146.941)
Recebimentos de clientes	1.196.658	(2.008.981)	1.051.478	(2.018.375)
Tributos a recuperar	(1.084.474)	(457.377)	(1.179.778)	(465.056)
Partes relacionadas	(916.725)	-	-	-
Depósitos judiciais	(87.463)	(60.506)	(87.463)	(60.506)
Outras contas a receber	(119.429)	23.038	(119.232)	23.038
Aumento nos passivos operacionais:				
Fornecedores	24.837.827	4.146.624	24.824.796	4.158.942
Obrigações tributárias e trabalhistas	6.317.958	3.300.448	6.239.958	3.428.412
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(11.084)	-
Adiantamento de cliente	20.670.210	3.188.263	20.789.478	3.203.673
Outras contas a pagar	7.230.082	-	7.990.084	-
Concessão de serviços públicos	(3.294.988)	3.223.995	(3.294.988)	3.223.995
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**12.983.912**	**16.054.578**	**(1.653.206)**	**17.013.561**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Aquisição de imobilizado	(1.207.247)	(9.764.540)	(1.207.247)	(9.764.540)
Aquisição de intangível	(299.997.548)	(125.716.219)	(299.997.548)	(125.716.219)
Aquisição de direito de uso	(38.533.092)	-	(53.032.802)	-
Adições, pagamentos e incorporações dos investimentos	(10.000)	(16.983)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(339.747.888)**	**(135.497.742)**	**(354.237.598)**	**(135.480.759)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos tomados de terceiros / debêntures	260.000.000	170.000.000	358.157.977	170.000.000
Pagamento de empréstimos e debêntures - principal	(3.750.710)	(53.331.256)	(53.751.613)	(53.331.256)
Pagamento de juros s/ empréstimos e debêntures	(32.959.546)	(27.370.401)	(38.969.564)	(27.370.401)
Empréstimos tomados de partes relacionadas	121.210.111	48.210.396	98.615.505	48.110.396
Constituição de arrendamento	38.533.092	-	53.032.802	-
Pagamento de arrendam. - principal	(2.538.582)	-	(4.134.879)	-
Pagamento de juros s/ arrendam.	(1.411.418)	-	(1.843.817)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**379.082.947**	**137.508.739**	**411.106.411**	**137.408.739**
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa antes dos não controladores	**52.318.972**	**18.065.575**	**55.215.607**	**18.941.541**
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(195)	472
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	**52.318.972**	**18.065.575**	**55.215.412**	**18.942.013**
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	20.741.514	2.675.939	21.617.952	2.675.939
No final do exercício	73.060.485	20.741.514	76.833.364	21.617.952
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	**52.318.972**	**18.065.575**	**55.215.412**	**18.942.013**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL:

A Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. é uma Companhia domiciliada no Brasil com sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 6º andar, Conjunto 601, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo - SP. A Companhia tem por objetivo a exploração da atividade de Gestão de instalações esportes, gestão e administração da propriedade imobiliária, construção de edifícios, atividades de museus, exploração de lugares, prédios históricos e atrações similares. A Companhia tem como objeto a prestação de serviços de modernização, gestão, operação e manutenção do Complexo do Pacaembu, composto pelo Estádio Municipal Paulo de Machado de Carvalho e pelo seu Centro Poliesportivo, bem como a realização de construção na área de concessão pública, conforme disposições contidas no contrato de concessão celebrado no âmbito da concorrência internacional nº 01/SEME/2018, realizada pelo munícipio de São Paulo. A Companhia em 31/12/2023, apresenta prejuízos acumulados e patrimônio líquido negativo por estar em fase de investimento na reforma do complexo, que entrará em operação completa a partir de 29/06/2024, de acordo com o Contrato de Concessão.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS:

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as companhias consolidadas. Essas demonstrações contábeis apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas: **1. PACA Eventos e Serviços S.A.** prestação de serviços de organizações de feiras, congressos, exposições e festas, montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas metálicas, edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos, portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, promoção de vendas, consultoria em publicidade, aluguel de equipamentos recreativos e esportivos, aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas. **2. ARPA Comércio e Serviços S.A.** prestação de serviços de organizações de feiras, congressos, exposições e festas, e comércio de objetos de artes. **3. SP 40 Comunicações S.A.** prestação de serviços de agenciamento de publicidade, criação de feiras e exposições, promoção de vendas, marketing direto, consultoria em publicidade, entre outras atividades.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. **3.1. Declaração de conformidade:** A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelos administradores em 19/03/2024. As demonstrações contábeis da Companhia, referente ao exercício findo em 31/12/2023, foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). **3.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. **3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

DIRETORIA

Eduardo Machado Barella - CEO

CONTADOR

Clécio Gomes de Jesus - Contador - CRC 1SP 336364/O-4

As demonstrações financeiras completas, compostas por Balanços Patrimoniais, Demonstrações do Resultado do Exercício, da Mutação do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Resultado Abrangente, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, encontram-se disponíveis na sede da Companhia e estão publicadas no jornal Data Mercantil na versão digital em 10/04/2024.

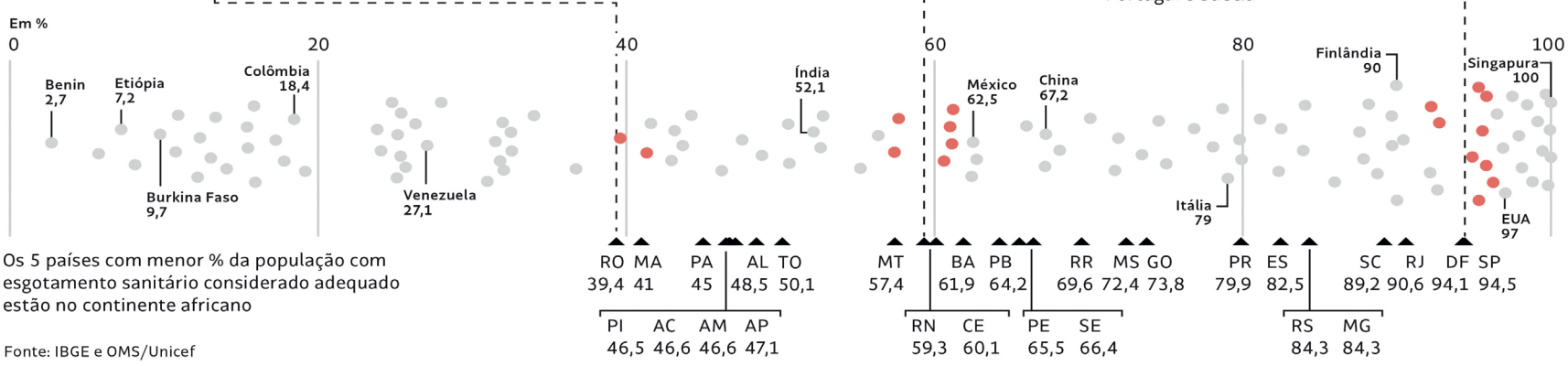
Desigualdade do saneamento faz atendimento de esgoto no Brasil ir de Cuba a Suécia

Levantamento feito pela Folha compara dados de esgotamento sanitário do Censo com números globais do Programa Conjunto de Monitoramento do Abastecimento de Água, Saneamento e Higiene da OMS/Unicef

O nível de qualidade do atendimento de esgoto em **Rondônia** é semelhante ao de Cuba e Djibuti

A parcela da população com esgotamento adequado no **Rio Grande do Norte** é semelhante ao de Laos, Montenegro, Marrocos, Mianmar, Peru e Rússia

A % da população com esgotamento adequado em **São Paulo** é semelhante ao de Austrália, Bélgica, Chile, Israel, Quirguistão, Lituânia, Luxemburgo, Portugal e Suécia



Os 5 países com menor % da população com esgotamento sanitário considerado adequado estão no continente africano

Fonte: IBGE e OMS/Unicef

Publicidade Legal

Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

CNPJ/MF nº 43.655.612/0001-25

AVISO: As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.
O entendimento da situação financeiras e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas e auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações contábeis completas e auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://datamercantil.com.br.

Balanços patrimoniais Em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativos	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalente de caixa	46.281	21.427	Fornecedores	20.720	21.204
Contas a receber de clientes	67.345	70.172	Obrigações sociais	2.949	2.861
Estoques	12.000	11.538	Impostos, taxas e contribuições	2.534	3.142
Impostos a recuperar	7.635	10.147	IRPJ e CSLL a pagar	469	1.249
Despesas antecipadas	180	151	Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	4.231	2.703
Outras contas a receber	2.720	2.700	Passivo de arrendamento	5.032	4.313
	136.161	**116.135**	Outras obrigações	978	803
Depósito judicial	13.660	13.962		**36.913**	**36.275**
Impostos a recuperar	282	9.541	Passivo de arrendamento	33.524	37.997
	13.942	23.503	IRPJ e CSLL Diferido	6.058	7.977
Imobilizado	43.678	47.842		**39.582**	**45.974**
	43.678	**47.842**	**Patrimônio líquido**		
	57.620	**71.345**	Capital social	45.164	4.211
			Reserva legal	1.849	843
			Reserva de lucros	70.273	100.177
				117.286	**105.231**
Total do ativo	**193.781**	**187.480**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**193.781**	**187.480**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Receita operacional líquida	**225.507**	**260.804**
Custo dos produtos vendidos	(171.944)	(192.736)
Lucro bruto	**53.563**	**68.068**
Despesas de vendas	(15.265)	(14.480)
Despesas gerais e administrativas	(10.757)	(9.913)
Honorários dos administradores	(90)	(85)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(2.925)	(3.399)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos	**24.526**	**40.191**
Receitas financeiras	11.986	9.996
Despesas financeiras	(8.334)	(6.017)
Resultado financeiro líquido	**3.652**	**3.979**
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**28.178**	**44.170**
IRPJ e CSLL - Corrente	(9.965)	(9.744)
IRPJ e CSLL - Diferido	1.918	1.560
Lucro líquido do exercício	**20.131**	**35.986**
Resultado por ação:		
Lucro básico/diluído por ação (R$)	**0,16**	**0,28**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**39.459**	**34.676**
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(12.149)**	**(12.215)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**24.854**	**15.866**
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	21.427	5.561
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	46.281	21.427
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**24.854**	**15.866**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros - Art. 196	Reserva de lucros: Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2022	**4.211**	**843**	**42.835**	**27.262**	**-**	**75.151**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	35.986	**35.986**
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	**-**	**-**	**-**	**-**	**35.986**	**35.986**
Renumeração aos acionistas (R$ 38,95 por lote de mil ações) na forma de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(5.033)	**(5.033)**
Destinação para retenção de lucros	-	-	30.953	-	(30.953)	**-**
Destinação para reserva de lucros a realizar	-	-	8.990	(8.990)	-	**-**
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(873)	-	-	**(873)**
Saldos em 31/12/2022	**4.211**	**843**	**81.905**	**18.272**	**-**	**105.231**
Saldos em 1° de janeiro de 2023	**4.211**	**843**	**81.905**	**18.272**	**-**	**105.231**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	20.131	**20.131**
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	**-**	**-**	**-**	**-**	**20.131**	**20.131**
Renumeração aos acionistas (R$ 57,02 por lote de mil ações) na forma de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(7.368)	**(7.368)**
Destinação para Reserva Legal	-	1.006	-	-	(1.006)	**-**
Destinação para retenção de lucros	-	-	11.757	-	(11.757)	**-**
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	9.257	(9.257)	-	**-**
Destinação para aumento de Capital	40.953	-	(40.953)	-	-	**-**
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(708)	-	-	**(708)**
Saldos em 31/12/2023	**45.164**	**1.849**	**61.258**	**9.015**	**-**	**117.286**

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**20.131**	**35.986**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	**20.131**	**35.986**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens ("Companhia") foi fundada em 1973, tornando-se uma Sociedade Anônima de capital fechado, situada à Av. das Nações Unidas, 21.313, que produz embalagens rígidas. A Poly-Vac iniciou no Brasil, com tecnologia própria, a fabricação de embalagens termo formadas em polipropileno, tornando-se a primeira Companhia em nível mundial neste segmento. Entre as líderes de mercado, a Poly-Vac atende as principais indústrias alimentícias e redes de *fast food* do País, sendo suas embalagens largamente utilizadas no envase de margarina, tempero, água mineral, suco, sorvete, doces em geral, iogurte, queijo, requeijão, manteiga, creme de leite, maionese, pipoca, goiabada, sabão em pasta e cosméticos. Também produz bases para ovos de Páscoa e copos descartáveis. Destacam-se, também, os copos descartáveis de polipropileno, amplamente utilizados nos *post-mix* dos fabricantes de refrigerantes e cervejas e nas redes de fast food. **Continuidade operacional:** A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto. **2. Base de preparação**: **Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** : As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 22/03/2024. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação**: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos**: Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas**: As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício social encerrado em 31/12/2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Notas Explicativas nºs 8, 9 e 12** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis; • **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: • **Nota Explicativa nº 23 - instrumentos financeiros.** 5. **Base de mensuração**: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **6. Políticas contábeis materiais**: A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **a. Receita operacional**: A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **b. Receitas e despesas financeiras**: As receitas financeiras abrangem essencialmente a receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo regime de competência. As despesas financeiras são principalmente oriundas de juros sobre capital próprio. **c. Moeda estrangeira**: Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **d. Benefícios a empregados**: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **e. IRPJ e CSLL**: O IRPJ e a CSLL do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável para IRPJ - acrescida do adicional de 10% sobre tal lucro excedente de R$ 240 mil - e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **f. Estoques**: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **g. Imobilizado**: **Reconhecimento e mensuração**: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **Custos subsequentes**: Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação**: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos estão descritas na Nota Explicativa n° 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **h. Instrumentos financeiros**: A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na seguinte categoria: Custo amortizado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. **Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**: A Companhia reconhece os ativos financeiros e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou suspensa. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros não derivativos - mensuração**: **Ativo financeiro ao custo amortizado:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Caixa e equivalente de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. **Passivos financeiros não derivativos – Mensuração**: Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Capital social**: **Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. A Companhia não possui ações preferenciais, sendo em sua totalidade ações ordinárias sem valor nominal. **i. Redução ao valor recuperável (Impairment)** : **Ativos financeiros não-derivativos**: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de impairment. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **Ativos não financeiros**: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o IRPJ e CSLL diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Provisões**: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, fiscais e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e nas melhores estimativas da Administração da Companhia sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço. **k. Distribuição de dividendos**: As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são feitas com base na participação em termos percentuais e são reconhecidas como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. **l. Juros sobre o capital próprio**: De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, os quais são contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados. O IRPJ e a CSLL do exercício são reduzidos dos Juros Sobre Capital Próprio, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas. **m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**: No exercício findo em 31/12/2023, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2024 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas: • **Alteração da norma IFRS 16 – Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento de retorno:** Esclarece aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; • **Alteração da norma IAS 1 – Passivo Não Circulante com "Covenants":** Esclarece aspectos de classificações separadas no balanço patrimonial de ativos e passivos circulantes e não circulantes, estabelecendo a apresentação com base na liquidez quando fornece informações confiáveis e mais relevantes. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; • **Alteração da norma IAS 7 e IFRS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa:** Esclarece aspectos referentes aos requisitos de divulgação de informações qualitativas e quantitativas sobre acordos de financiamentos de fornecedores. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; • **Alteração da norma IAS 21 – Ausência de Conversibilidade:** Esclarece aspectos para especificar quando uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não é, e específica como uma entidade determina a taxa de conversão quando uma moeda não é conversível. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, na medida que os normativos estiverem regulamentados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Michela Brígida Arippol - Diretora Presidente | **Denis Arippol Borenstein -** Diretor | **Sérgio Costa -** Diretor Administrativo Financeiro | **Marcos Antônio Lessa Silva -** Gerente Financeiro | **Keli Cristina da Silva -** CRC 1SP235514/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

"As demonstrações contábeis completas e auditadas, pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., com relatório de auditoria emitido em 26/03/2024, sem modificação, estão disponíveis nos endereços eletrônicos que estão informados nesta publicação resumida."

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com

Publicidade Legal

PROGEN S.A.

CNPJ/MF nº 57.748.204/0001-22

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes a caixa	138.841.509	172.685.857	140.241.178	173.280.089
Contas a receber de clientes	436.382.930	331.038.040	439.084.782	332.251.500
Tributos a recuperar	22.688.466	22.016.472	23.386.607	22.445.280
Adiantamentos	21.941.881	37.913.448	24.895.447	39.679.687
Despesas antecipadas	3.378.623	2.523.538	3.378.623	2.523.539
	623.233.409	**566.177.355**	**630.986.637**	**570.180.095**
Não circulante				
Contas a receber de clientes	57.283.817	26.633.126	57.283.817	26.633.126
Partes relacionadas	235.736.031	121.841.569	231.706.145	123.153.811
Bloqueios e depósitos judiciais	4.281.589	3.283.466	4.281.623	3.283.502
Imposto diferido	5.643.526	5.310.571	5.704.036	5.336.091
Despesas antecipadas	2.301.203	1.063.941	2.301.203	1.063.941
Investimentos	4.870.531	4.289.413	2.207.526	3.271.351
Imobilizado	33.150.361	28.808.017	33.155.431	28.819.322
Intangível	793.646	523.259	793.646	523.259
Direito de Uso	3.159.674	2.092.326	3.159.674	2.092.326
	347.220.378	**193.845.688**	**340.593.101**	**194.176.729**
Total do ativo	**970.453.787**	**760.023.043**	**971.579.738**	**764.356.824**
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	30.539.571	19.970.199	30.600.932	20.109.110
Empréstimos, financiamentos e debêntures	138.149.550	76.595.191	138.149.550	76.595.191
Arrendamentos	411.586	527.154	411.586	527.154
Obrigações trabalhistas e tributárias	123.419.223	101.576.495	124.908.175	102.268.816
Prov. de férias e encargos sociais	68.789.861	55.661.327	69.212.774	55.751.779
Adiantamentos	52.427.978	13.207.059	52.712.890	13.207.059
Dividendos e JCP a pagar	28.735.027	22.313.495	28.735.027	22.313.495
Outras contas a pagar	3.172.272	3.512.637	4.191.624	4.533.051
	445.645.068	**293.363.557**	**448.922.558**	**295.305.655**
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	214.339.680	196.821.288	214.339.680	196.821.288
Arrendamentos	3.062.443	2.064.000	3.062.443	2.064.000
Obrigações trabalhistas e tribut.	78.616.043	106.982.922	78.638.394	106.982.922
Partes relacionadas	59.782	59.782	-	4.508.108
Provisão para perda de investim.	2.114.020	2.035.704	-	-
Provisão para demandas judiciais	9.670.368	3.453.074	9.670.368	3.453.074
	307.862.336	**311.416.770**	**305.710.885**	**313.829.392**
Patrimônio líquido				
Capital social	57.680.612	57.680.612	57.680.612	57.680.612
Reserva legal	10.555.893	6.509.751	10.555.893	6.509.751
Reserva de lucros	147.198.159	89.540.634	147.198.159	89.540.634
Ajustes acumulados de conversão	1.511.719	1.511.719	1.511.719	1.511.719
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	**216.946.383**	**155.242.716**	**216.946.383**	**155.242.716**
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(88)	(20.939)
	216.946.383	**155.242.716**	**216.946.295**	**155.221.777**
Total do passivo e PL	**970.453.787**	**760.023.043**	**971.579.738**	**764.356.824**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita operacional líquida	**1.304.695.398**	**1.077.557.817**	**1.315.844.657**	**1.079.725.365**
Custo dos serviços prestados	(1.067.774.149)	(911.470.122)	(1.076.640.697)	(913.140.710)
Lucro bruto	**236.921.249**	**166.087.695**	**239.203.960**	**166.584.655**
Receitas (despesas) operacionais:				
Despesas gerais e administrativas	(69.534.919)	(61.630.622)	(69.685.746)	(61.687.882)
Equivalência patrimonial	1.168.188	984.793	(398.443)	626.376
Outras receitas (despesas) operacionais	17.560.314	16.750.927	17.579.098	16.750.927
	(50.806.417)	**(43.894.902)**	**(52.505.091)**	**(44.310.578)**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	23.225.443	17.517.803	23.243.329	17.518.232
Despesas financeiras	(85.403.988)	(68.854.325)	(85.486.113)	(68.962.684)
	(62.178.545)	**(51.336.523)**	**(62.242.784)**	**(51.444.453)**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**123.936.287**	**70.856.271**	**124.456.085**	**70.829.625**
IRPJ e CSLL corrente	(45.542.974)	(21.843.822)	(46.076.796)	(21.843.822)
IRPJ e CSLL diferido	2.529.529	1.869.974	2.564.519	1.895.494
Lucro líquido do exercício	**80.922.842**	**50.882.423**	**80.943.808**	**50.881.296**
Acionistas controladores	80.922.842	50.882.423	80.901.991	50.883.386
Acionistas não controladores	-	-	20.851	(964)
Lucro líquido do exercício	**80.922.842**	**50.882.423**	**80.922.842**	**50.882.423**
Lucro por ação	**140,29**	**88,21**	**140,29**	**88,21**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício	**80.922.842**	**50.882.423**	**80.943.808**	**50.881.296**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	15.978	-	15.978
Total do resultado abrangente do exercício	**80.922.842**	**50.898.401**	**80.943.808**	**50.897.275**
Total do resultado abrangente atribuível a				
Acionistas da Companhia	80.922.842	50.898.401	80.922.957	50.898.239
Não controladores	-	-	20.851	(964)
	80.922.842	**50.898.401**	**80.943.808**	**50.897.275**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**80.922.842**	**50.882.423**	**80.922.842**	**50.882.423**
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes				
Depreciação e amortização	8.760.565	6.107.638	8.766.801	6.060.166
Amortização de arrendamentos	1.470.921	6.073.145	1.470.921	6.073.145
Resultado de equivalência	(1.168.399)	(984.793)	398.443	(626.376)
Provisão para gratificações	2.316.480	726.054	2.316.480	726.054
Outros resultados com investimento e não controladores	-	-	(210)	9.897
Provisão imposto diferido - IRPJ e CSLL	(332.955)	(494.679)	(367.945)	(519.977)
Ajustes acumulados de conversão	-	15.978	-	15.978
Juros, variações monetárias e cambiais	170.616	55.190	170.616	55.190
Outras provisões	-	19.791.369	-	19.791.369
Dividendos a pagar	19.219.175	-	19.219.175	-
Juros e custas sobre empréstimos	41.772.482	33.114.101	41.772.482	33.114.101
Juros sobre arrendamentos	235.925	1.309.584	235.925	1.309.584
Juros sobre parcelamentos	-	7.099.661	-	7.198.286
Juros provisionados	(14.521.683)	9.487.177	(14.521.683)	9.487.177
Baixa de saldo Progen Gerenciamento - incorporação	-	(1.191.158)	-	(1.191.158)
Descaracterização e remensuração arrendamento - IFRS 16	(221.942)	(1.926.010)	(221.942)	(1.926.010)
Passivo de arrendamento- Adoção IFRS 16	2.592.635	-	2.592.635	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	2.666.541	16.150.558	2.666.542	16.219.997
Ganho/perda na venda de imobilizado	(28.545)	5.491	(28.545)	5.491
Provisão de contencioso	6.217.294	-	6.217.294	-
Decréscimo/acréscimo nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	(135.995.581)	(5.669.087)	(137.483.973)	(6.875.257)
Tributos a recuperar	(671.994)	(3.729.445)	(941.327)	(4.100.399)
Adiantamentos	15.971.567	(8.269.459)	14.784.240	(8.456.110)
Despesas antecipadas	(2.092.347)	(2.040.234)	(2.092.347)	(2.040.234)
Bloqueios e depósitos judiciais	(998.123)	(2.950.195)	(998.121)	(2.950.195)
Decréscimo/acréscimo nos passivos operacionais				
Fornecedores	8.082.276	331.018	8.004.722	461.576
Obrigações trabalhistas e tributárias	19.837.493	10.012.977	21.280.507	10.329.596
IRPJ e CSLL pagos	(13.233.110)	(2.524.247)	(13.524.682)	(2.524.247)
Outras contas a pagar	(907.049)	3.175.508	(908.111)	3.174.697
Adiantamentos	39.220.919	5.428.827	39.505.831	5.428.827
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**79.286.003**	**139.987.390**	**79.236.571**	**139.133.591**
Das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	(16.491.292)	(17.152.700)	(16.491.295)	(17.165.630)
Direito de uso - IFRS 16	(2.496.378)	-	(2.496.378)	-
Adições, pagamentos e incorporações dos investimentos	-	(2.370.605)	-	(2.370.605)
Recebimento de dividendos das investidas	665.597	392.000	665.597	392.000
Recebimento da venda de ativo imobilizado	480.000	10.900	480.000	10.900
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**(17.842.073)**	**(19.120.405)**	**(17.842.076)**	**(19.133.335)**
Das atividades de financiamento com terceiros				
Captações de empréstimos, financiamentos, debêntures, consórcios e FIDC	233.179.342	120.000.000	233.179.342	120.000.000
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures, consórcios e FIDC	(153.809.562)	(21.967.085)	(153.809.562)	(21.967.085)
Pagamentos de juros s/ empréstimos, financiamentos e debêntures	(42.069.512)	(30.046.817)	(42.069.512)	(30.046.817)
Pagamentos de arrendamentos	(1.529.709)	(11.194.417)	(1.529.709)	(11.194.417)
Pagamentos de juros s/ arrendamentos	(235.925)	(1.309.584)	(235.925)	(1.309.584)
Partes relacionadas	(99.372.779)	(69.263.730)	(94.030.651)	(67.801.994)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento com terceiros	**(63.838.144)**	**(13.781.633)**	**(58.496.016)**	**(12.319.897)**
Das atividades de financiamento com acionistas				
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(31.450.133)	(16.878.349)	(31.450.133)	(16.878.349)
Partes relacionadas	-	-	(4.508.108)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento com acionistas	**(31.450.133)**	**(16.878.349)**	**(35.958.241)**	**(16.878.349)**
Participação dos acionistas não controladores	-	-	20.851	(964)
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	**(33.844.348)**	**90.207.003**	**(33.038.911)**	**90.801.047**
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	172.685.857	82.478.853	173.280.089	82.479.042
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	138.841.509	172.685.857	140.241.178	173.280.089
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	**(33.844.348)**	**90.207.003**	**(33.038.911)**	**90.801.047**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Reserva de Lucros							
	Capital Social	**Reserva Legal**	**Reserva Estatutária**	**Reserva para investimentos e capital de giro**	**Ajuste acumulado de conversão**	**Lucros Acumulados**	**Total**	**Participação de não Controladores**	**Total do Patrimônio líquido**
Saldo em 31/12/2021	**57.680.612**	**3.965.630**	**9.745.106**	**43.541.802**	**1.495.741**	**-**	**116.428.891**	**(19.975)**	**116.408.916**
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	15.978	-	15.978	-	15.978
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	50.882.423	-	(964)	(964)
Reserva Legal	-	2.544.121	-	-	-	(2.544.121)	2.544.121	-	2.544.121
Reserva Estatutária	-	-	7.250.745	-	-	(7.250.745)	7.250.745	-	7.250.745
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	41.087.556	-	(11.329.223)	41.087.556	-	41.087.556
Distribuição de dividendos	-	-	-	(12.084.575)	-	(12.084.575)	(12.084.575)	-	(12.084.575)
Juros s/ capital próprio deliberados	-	-	-	-	-	(17.673.759)	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	**57.680.612**	**6.509.751**	**16.995.852**	**72.544.782**	**1.511.719**	**-**	**155.242.716**	**(20.939)**	**155.221.777**
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	80.922.842	-	20.851	20.851
Reserva Legal	-	4.046.142	-	-	-	(4.046.142)	4.046.142	-	4.046.142
Reserva Estatutária	-	-	11.531.505	-	-	(11.531.505)	11.531.505	-	11.531.505
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	65.345.195	-	(24.181.915)	65.345.195	-	65.345.195
Distribuição de dividendos	-	-	-	(19.219.175)	-	(19.219.175)	(19.219.175)	-	(19.219.175)
Juros s/ capital próprio deliberados	-	-	-	-	-	(21.944.105)	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	**57.680.612**	**10.555.893**	**28.527.357**	**118.670.802**	**1.511.719**	**-**	**216.946.383**	**(88)**	**216.946.295**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL:

A **Progen S.A.** ("Companhia") é uma Companhia de Capital Fechado. As principais atividades da Companhia são: prestação de serviços de engenharia consultiva e de projetos, de suprimentos, de gerenciamento da construção, de construção civil para os setores industriais e de infraestrutura e, incluindo, mas não se limitando a todas as atividades técnicas das áreas de processos, mecânica, civil, arquitetura e urbanismo, elétrica e instrumentação. Também atua em serviços de obras, serviços comerciais, de energia, manutenção de alta, média e baixa tensão, em subestações, linhas de transmissão e atendimentos de emergência. A Progen, pode ainda, participar de outras sociedades e empreendimentos como sócia, acionista ou membro de consórcio. A Companhia tem sua sede social localizada em São Paulo - SP, Largo do Arouche e filiais em quatorze cidades do Brasil. **1.1. Aprovação das demonstrações contábeis:** A aprovação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 19/03/2024.

DIRETORIA FINANCEIRA

Gisele Samara Carvalho - CFO

CONTADOR

Clécio Gomes de Jesus - CRC 1SP 336364/O-4.

As demonstrações financeiras completas, compostas por Balanços Patrimoniais, Demonstrações do Resultado do Exercício, da Mutação do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Resultado Abrangente, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, encontram-se disponíveis na sede da Companhia e estão publicadas no jornal Data Mercantil na versão digital em 10/04/2024.

Juros: investidor queima prêmios na curva do DI na véspera de dados de inflação

O mercado relaxou os prêmios na curva de juros futuros pela segunda sessão seguida, em um movimento que basicamente refletiu, ontem, a queda dos rendimentos dos Treasuries nos Estados Unidos. Sem uma agenda relevante de indicadores, investidores adotaram postura cautelosa, aguardando a divulgação de dados de inflação ao consumidor nos Estados Unidos e aqui, hoje.

Investidores aguardam o índice de preços ao consumidor americano, o CPI, para calibrar as apostas no timing da redução dos juros no país. A opção foi reduzir um pouco os prêmios embutidos nos juros domésticos – que cresceram substancialmente na semana anterior -, de forma a evitar perdas maiores no caso de alguma surpresa.

No fim da tarde de ontem, as taxas de todos os contratos de depósito interfinanceiro (DI) caíam na comparação com o ajuste anterior. A do DI para janeiro de 2025 cedia de 9,974% para 9,935% e a do contrato para janeiro de 2026, de 10,065% para 9,955%, na mínima. Nos trechos intermediário e longo da curva, a baixa era maior: de 10,389% para 10,265%, no caso do DI para janeiro de 2027, e de 10,922% para 10,825% no contrato para janeiro de 2029, ambos também no piso do dia.

"Todo mundo está esperando o CPI de amanhã para ver se embute mais prêmio na curva ou não", afirma o gerente de renda fixa e distribuição de fundos da Nova Futura Investimentos, André Alírio. "Se você apostar mais ainda, botar mais prêmio, acaba sendo uma aposta muito arriscada em uma curva que já está com muito prêmio." IstoéDinheiro

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Athena Saúde Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 31.701.408/0001-14

Relatório da Administração

A administração da Athena Saúde Brasil S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023. Os comentários de performance apresentados mantêm a comparabilidade de dados históricos e não se baseiam no CPC 50/IFRS 17. A adoção do CPC 50/IFRS 17 para contratos de seguros, que impactam as operações do Grupo Athena, introduziu alterações nas práticas contábeis e na forma de apresentação dos demonstrativos contábeis da Companhia. A reconciliação de alguns dos principais indicadores financeiros relevantes para a administração apurados conforme os requerimentos de ambas as normas estão apresentados na página 5 deste relatório.

Mensagem da administração

Os resultados do ano de 2023 refletiram as ações de controle de sinistralidade que viemos executando desde 2022 como limpeza de base, a verticalização de serviços de alto custo, alta frequência e o aprimoramento da rede própria com investimentos em infraestrutura que, não apenas melhoraram a percepção de qualidade por parte dos clientes, como também trouxeram maior eficiência operacional e consequente redução de custos. Além disso, os reajustes de preço aplicados aos planos de saúde individuais e coletivos impactaram positivamente o resultado do ano. Nosso indicador de satisfação, Net Promoter Score ("NPS"), teve nota média de 71,4 pontos em 2023, demonstrando nossa qualidade de atendimento. Nossa disciplina financeira garantiu a captura de sinergias com a integração de empresas adquiridas durante os últimos anos, resultando na diluição das despesas gerais e administrativas (G&A) de 25,0% da receita líquida em 2022 para 21,8% em 2023. Nossa base de beneficiários de planos de saúde e odontologia cresceu em 127 mil vidas de 2022 para 2023. Continuamos avaliando oportunidades de investimentos em mercados complementares às regiões em que já atuamos, com o objetivo de fortalecer ainda mais nossa posição, além de explorar novas praças que contribuam para o aumento de escala da operação. Nossa receita líquida atingiu o patamar de R$3,1 bilhões em 2023 com aumento de 9,4% em relação a 2022, impulsionada pelo crescimento orgânico da base de beneficiários de planos de saúde e odontológicos, além do crescimento do ticket médio dos nossos planos de saúde. O EBITDA ajustado totalizou R$301,3 milhões no ano, representando crescimento de 60,2% comparado a 2022. Continuamos confiantes no nosso sólido modelo de negócios, alavancas de geração de valor e otimistas no que diz respeito à melhoria operacional do setor de saúde no próximo ano. Esta confiança advém de um trabalho intenso da companhia para integração das operações adquiridas ao longo dos anos, da verticalização de serviços, da revisão do nosso portfólio de produtos para garantia de contratos mais lucrativos, e do forte controle das nossas despesas administrativas.

A Athena

Somos a terceira maior operadora verticalizada de saúde suplementar do país em números de beneficiários, conforme dados da ANS, oferecendo planos de assistência à saúde e à odontologia de forma integrada, contando com uma rede própria de atendimento ampla composta por hospitais, centros médicos e pronto atendimentos. Acreditamos que nosso posicionamento é diferenciado em decorrência de nossa atuação integrada, associada a entrega de qualidade, com marcas reconhecidas como referência na prestação de serviços em toda cadeia operacional do negócio, sempre buscando obter maior eficiência e satisfação dos clientes. Nosso modelo de negócios somado à oportunidade de crescimento no mercado em que atuamos nos transforma, consequentemente, em uma Companhia com alto potencial de expansão. Nossas operadoras de planos de saúde atuam de forma segmentada oferecendo planos empresarial, adesão e individual, com atendimento balanceado entre rede credenciada e rede própria, direcionados nos hospitais, centros médicos e pronto atendimentos do grupo, o que fortalece a capacidade de serviço e percepção de qualidade. Buscamos prestar um serviço de saúde humanizado, de qualidade e a um custo acessível, o que nos permite criar uma carteira de clientes pulverizada nas regiões em que atuamos, diversificada em termos de idade dos beneficiários, gênero, tipos de produto contratados e rentável. Nossa estratégia é embasada na busca pela dominância regional, de forma a melhor atender às necessidades de nossos beneficiários, que priorizam o atendimento local, resolutivo e de qualidade. Nossa missão é superar as expectativas dos nossos beneficiários oferecendo a melhor solução de saúde regional. Acreditamos que possuímos atualmente uma das melhores infraestruturas nas regiões onde atuamos. Nossos hospitais são referência em suas localidades e nossa rede de atendimento médico-hospitalar é versátil e resolutiva. Em nossa percepção, a combinação de qualidade na prestação de serviço com a nossa eficiência operacional, por meio de agilidade no atendimento, qualidade técnica e protocolos clínicos eficazes, possibilita a alta performance em todas as nossas frentes de atuação.

Comentários de Desempenho

Todos os números são comparados ao mesmo período do ano anterior, exceto quando especificado, e foram arredondados para o milhar mais próximo, contudo podem apresentar divergências quando comparado às demonstrações financeiras em virtude das casas decimais. O quadro abaixo apresenta nossas informações financeiras e operacionais selecionadas para os anos de 2022 e 2023:

Destaques Financeiros	2022	2023	Var. (%)
(R$ milhões, exceto percentuais)			
Receita Líquida	2.855,7	3.124,7	9,4%
Sinistralidade(1)	(73,9%)	(72,2%)	1,7 p.p
(Prejuízo)/Lucro Líquido	(173,8)	(71,9)	(58,6%)
Margem Líquida	(6,1%)	(2,3%)	3,8 p.p
EBITDA(2)	59,6	241,7	305,7%
Margem EBITDA(3)	2,1%	7,7%	5,6 p.p
EBITDA Ajustado(4)	188,1	301,3	60,2%
Margem EBITDA Ajustado(5)	6,6%	9,6%	3,1 p.p
Dívida Bruta(6)	1.337,2	1.257,2	(6,0%)
Caixa Total(7)	767,3	841,7	9,7%
Dívida Líquida(8)	569,9	415,6	(27,1%)
Ticket Médio Saúde (em R$)	229,9	252,8	10,0%
Destaques Operacionais	**2022**	**2023**	**Var. (%)**
Beneficiários de Saúde e Odonto (milhares)	1.101,9	1.228,9	11,5%
Beneficiários de Saúde	813,6	824,6	1,4%
Beneficiários de Odonto	288,3	404,4	40,2%
Rede Própria			
Hospitais	12,0	12,0	–
Leitos	1.320,0	1.216,7	(7,8%)
Centros Médicos/Clínicas	43,0	40,0	(7,0%)
Pronto Atendimentos	25,0	24,0	64,3%

(1) Sinistralidade é um índice calculado pela Companhia e refere-se ao custo dos serviços prestados dividido pela receita líquida.

(2) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia. O EBITDA consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, pela despesa de depreciação e amortização.

(3) Margem EBITDA consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida da Companhia.

(4 EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA, pela receita financeira oriunda do caixa restrito (receita de juros de aplicações financeiras vinculadas às coberturas das reservas técnicas exigidas pela ANS), pelas despesas relacionadas ao processo de execução das transações de fusão e aquisição realizadas pela Companhia, pelas despesas referentes à outorga de opção de ações aos beneficiários dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia (stock option) e ajustes caracterizados por eventos não recorrentes.

(5) Margem EBITDA Ajustado consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida da Companhia.

(6) Dívida Bruta resulta do somatório dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), contas a pagar – aquisição de empresas (Sellers Finance).

(7) Caixa Total resulta do somatório de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas (circulante e não circulante).

(8) Dívida Líquida consiste na Dívida Bruta deduzida do Caixa Total da Companhia.

Receita Líquida: A Receita Líquida consolidada cresceu 9,4% de 2022 para 2023, passando de R$2,9 bilhões para R$3,1 bilhões. O aumento foi impulsionado pelo crescimento orgânico da base de beneficiários de planos de saúde e odontológicos e do crescimento do ticket médio dos nossos planos de saúde. Sinistralidade: A Sinistralidade é o indicador que acreditamos ser o mais adequado para avaliação dos custos dos serviços prestados. Nossa Sinistralidade em 2023 foi de 72,2%, 1,7 pontos percentuais abaixo do resultado do ano anterior. Esta melhora ocorreu principalmente devido ao melhor índice de reajuste obtido na base de beneficiários pessoa jurídica (15,4% em 2023, comparado a 14,0% em 2022) e às ações de verticalização de serviços médicos de alto custo e alta frequência. EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado: O EBITDA de 2023 foi de R$241,7 milhões, o que representa uma Margem EBITDA de 7,7%, e um aumento de R$182,1 milhões (+305,7%) em relação ao ano anterior. O EBITDA Ajustado foi de R$301,3 milhões em 2023, com margem de 9,6%. Este resultado representa um aumento de R$113,2 milhões versus o 2022 e um crescimento de 60,2%. Na tabela abaixo apresentamos a reconciliação do EBITDA e do EBITDA Ajustado, para os anos de 2022 e 2023:

Reconciliação do EBITDA e EBITDA Ajustado	2022	2023	Var. (%)
(R$ milhões, exceto percentuais)			
Lucro Líquido	(173,8)	(71,9)	(58,6%)
(+) Resultado financeiro	139,1	165,4	18,9%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(21,0)	20,4	(197,1%)
(+) Depreciação e amortização	115,3	130,4	13,0%
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	–	(2,6)	–
EBITDA	**59,6**	**241,7**	**305,7%**
Margem EBITDA	***2,1%***	***7,7%***	**5,6 p.p**
(+) Receita Financeira – ANS(1)	32,6	38,9	19,4%
(-) Despesas com fusões e aquisições (M&A)(2)	2,4	5,4	123,4%
(-) Despesa com pagamento baseado em ações (stock options)(3)	45,8	(5,2)	(111,3%)
(-) Despesas não recorrentes(4)	47,8	20,6	(57,0%)
EBITDA Ajustado	**188,1**	**301,3**	**60,2%**
Margem EBITDA Ajustado	***6,6%***	***9,6%***	**3,1 p.p**

(1) Juros decorrente das aplicações financeiras restritas que são vinculadas às coberturas das reservas técnicas exigidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

(2) Despesas relacionadas ao processo de execução das transações de fusão e aquisição realizadas pela Companhia, tais como despesas com due dilligence, com advogados para estruturação da combinação de negócios e fees honorários de bancos.

(3) Despesas referentes à outorga de opção de ações aos beneficiários dos planos de opções de compra de ações da Companhia.

(4) Ajustes caracterizados por eventos não recorrentes, ou seja, pontuais que acontecem no resultado da Companhia, tais como despesas referentes ao desenvolvimento da tese de negócios da Companhia, como consultoria com análises de viabilidade, assessoria jurídica, assessoria tributária e consultoria estratégica.

Lucro Líquido: O Prejuízo Líquido em 2023 foi de R$-71,9 milhões, representando uma melhora de R$101,9 milhões versus 2022, atrelada ao crescimento do resultado operacional (+113,3 milhões de EBITDA Ajustado comparado ao ano anterior). O Lucro Líquido é afetado principalmente pela despesa financeira relacionada aos juros das debêntures emitidas em agosto de 2021 e março de 2022. Endividamento: Nossa dívida bruta total segue em R$1,3 bilhões em 31 de dezembro de 2023, tendo como principal instrumento as debêntures emitidas para gestão ordinária da companhia e reforço de capital de giro em agosto de 2021, no valor total de R$1,0 bilhão e em março de 2022, no valor total de R$300 milhões. Os recursos da segunda emissão foram destinados à recompra parcial da 1ª emissão no valor de R$275 milhões ainda em março de 2022. Encerramos o ano de 2023 com uma posição de Caixa Total de R$841,7 milhões, sendo R$534,6 milhões caixa livre, perfazendo uma Dívida Líquida de R$415,6 milhões e reduzindo o índice de alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) de 3,0x em dezembro de 2022 para 1,4x em dezembro de 2023.

Reconciliação das informações financeiras no padrão CPC 50/IFRS 17 x informações gerencias (CPC 11/IFRS 4)

Demonstração do resultado	2023 (IFRS 4)	Efeito CPC 50/IFRS 17	2023 (IFRS 17)
(R$ milhões, exceto percentuais)			
EBITDA CONTÁBIL	241.652	45.985	287.637
(-) Depreciação e amortização	(130.360)	–	(130.360)
EBIT/Resultado Operacional (líquido de equivalência)	**111.292**	**45.985**	**157.277**
(-) Resultado financeiro	(165.405)	38.534	(126.871)
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(20.445)	(28.736)	(49.181)
(+) Resultado de equivalência Patrimonial	2.607	–	2.607
Resultado líquido	***(71.951)***	***55.783***	***(16.168)***

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia passou a adotar o CPC 50/IFRS 17 que trouxe mudanças nas práticas contábeis da Companhia, o detalhamento das dessas práticas estão apresentados na nota explicativa nº 2.7.

Declaração da Diretoria Estatutária

Os Diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com a opinião expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY"), emitido em 09 de abril de 2024, e com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

Relacionamento com o Auditor Independente

Informamos que a Companhia adota como procedimento formal ao contratar os auditores independentes, de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No período social findo em 31 de dezembro de 2023, a Ernst & Young Auditores Independentes não prestou serviços cuja remuneração global ultrapassou 5% (cinco por cento) da remuneração pelos serviços de auditoria externa.

São Paulo, 09 de abril de 2024.

A Administração.

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2023, 2022 e 1º de janeiro de 2022 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022 (reapresentados)	Controladora 01/01/2022 (reapresentados)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (reapresentados)	Consolidado 01/01/2022 (reapresentados)
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3	**362.228**	219.344	511.796	**534.553**	435.030	725.380
Aplicações financeiras vinculadas	4	**–**	–	–	**307.118**	332.305	278.404
Contas a receber	5	**–**	–	–	**282.009**	222.006	185.097
Ativos de contratos de seguro	13	**–**	–	–	**12.605**	2.475	2.243
Estoques	6	**–**	–	–	**63.712**	62.922	46.962
Tributos a recuperar	7	**3.442**	–	2.240	**116.618**	86.624	71.565
Adiantamentos a fornecedores		**130**	–	2	**20.200**	28.591	–
Partes relacionadas	19	**4.547**	4.547	–	**–**	–	19.344
Despesas antecipadas		**247**	230	223	**13.934**	3.844	3.808
Outros ativos		**6**	8	1.136	**9.285**	9.027	5.458
Total do ativo circulante		**370.600**	224.129	515.397	**1.360.034**	1.182.824	1.338.261
Não circulante							
Ativos de contratos de seguro		**–**	–	–	**38.575**	7.812	7.603
Garantia de reembolso de contingências – ativo indenizatório	8	**7.661**	11.518	16.716	**127.810**	179.596	216.399
Despesas antecipadas		**–**	–	–	**1.261**	–	–
Partes relacionadas	19	**–**	–	–	**68.755**	66.982	59.935
Ativos fiscais diferidos	27.3	**31.616**	31.543	15.202	**270.583**	251.803	174.232
Tributos a recuperar	7	**10.346**	10.166	–	**10.418**	10.238	72
Depósitos judiciais	20	**82**	–	–	**76.559**	81.429	68.073
Outros ativos		**–**	–	–	**15.249**	11.330	14.380
Investimentos	9	**2.523.835**	2.466.489	2.290.146	**3.019**	–	–
Imobilizado	10	**1.737**	1.747	–	**677.647**	677.127	686.885
Intangível	12	**155.786**	22.923	–	**1.589.070**	1.613.390	1.610.067
Total do ativo não circulante		**2.731.063**	2.544.386	2.322.064	**2.878.946**	2.899.707	2.837.646
Total do ativo		**3.101.663**	2.768.515	2.837.461	**4.238.980**	4.082.531	4.175.907

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022 (reapresentados)	Controladora 01/01/2022 (reapresentados)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (reapresentados)	Consolidado 01/01/2022 (reapresentados)
Circulante							
Fornecedores		**–**	1.095	3.512	**98.623**	113.772	70.616
Passivo de arrendamento	11	**–**	–	–	**25.857**	23.768	20.998
Provisões técnicas (ANS)		**–**	–	–	**3.888**	2.879	689
Passivos de contratos de seguro	13	**–**	–	–	**66.822**	114.962	142.722
Empréstimos e financiamentos	14	**324.916**	54.761	30.614	**372.765**	104.449	94.483
Dividendos a pagar		**–**	–	–	**3.698**	2.893	2.690
Obrigações sociais e trabalhistas	15	**15.555**	33.756	9.742	**140.271**	144.088	95.554
Obrigações tributárias	16	**116**	188	421	**117.696**	156.494	107.413
Contas a pagar – aquisição de empresas	18	**–**	–	8.631	**31.639**	44.603	60.339
Parcelamentos de tributos	17	**–**	–	–	**9.918**	10.184	8.863
Outros passivos		**1.112**	4.730	133	**3.350**	13.388	7.549
Total do passivo circulante		**341.699**	94.530	53.053	**874.527**	731.480	611.916
Não circulante							
Passivos de contratos de seguro		**–**	–	–	**–**	7.070	16.833
Empréstimos e financiamentos	14	**747.409**	1.019.617	994.051	**759.079**	1.077.523	1.098.571
Passivo de arrendamento	11	**–**	–	–	**229.093**	224.827	226.799
Provisões técnicas		**–**	–	–	**–**	–	1.347
Passivos fiscais diferidos	27.3	**–**	–	–	**66.882**	37.652	29.823
Parcelamentos de tributos	17	**–**	–	–	**46.051**	50.856	51.167
Contas a pagar – aquisição de empresas	18	**–**	–	–	**93.740**	110.627	146.246
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	20	**3.607**	3.895	8.426	**136.063**	172.973	193.993
Obrigações tributárias	16	**–**	–	–	**6.894**	6.144	5.359
Outros passivos		**2.700**	–	–	**14.532**	5.324	5.128
Total do passivo não circulante		**753.716**	1.023.512	1.002.477	**1.352.334**	1.692.996	1.775.266
Total do passivo		**1.095.415**	1.118.042	1.055.530	**2.226.861**	2.424.476	2.387.182
Patrimônio líquido							
Capital social	21.1	**1.559.797**	1.559.797	1.553.156	**1.559.797**	1.559.797	1.553.156
Reserva de capital	21.2	**364.799**	–	–	**364.799**	–	–
Transações de capital	21.3	**275.747**	280.792	280.612	**275.747**	280.792	280.612
Pagamentos baseado em ações		**69.366**	56.326	34.564	**69.366**	56.326	34.564
Prejuízos acumulados		**(263.461)**	(246.442)	(86.401)	**(263.461)**	(246.442)	(86.401)
Total do patrimônio líquido atribuível a controladora		**2.006.248**	1.650.473	1.781.931	**2.006.248**	1.650.473	1.781.931
Participação de não controladores		**–**	–	–	**5.871**	7.582	6.794
Total do patrimônio líquido		**2.006.248**	1.650.473	1.781.931	**2.012.119**	1.658.055	1.788.725
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.101.663**	2.768.515	2.837.461	**4.238.980**	4.082.531	4.175.907

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Transações de capital	Pagamento baseado em ações	Prejuízos acumulados	Patrimônio atribuível à controladora	Participação de acionistas não controladores	Total Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.553.156	–	280.612	34.564	(112.176)	1.756.156	6.794	1.762.950
Ajuste na aplicação inicial da norma IFRS 17 (CPC 50)	–	–	–	–	25.775	25.775	–	25.775
Saldo reapresentado em 1º de janeiro de 2022	1.553.156	–	280.612	34.564	(86.401)	1.781.931	6.794	1.788.725
Integralização de capital (Nota 1.1)	8.641	–	–	–	–	8.641	–	8.641
Efeitos cisão	(2.000)	–	–	–	–	(2.000)	–	(2.000)
Efeitos de transações entre sócios	–	–	180	–	2	182	(726)	(544)
Remuneração com base em ações	–	–	–	21.762	–	21.762	–	21.762
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(160.043)	(160.043)	1.514	(158.529)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	**1.559.797**	**–**	**280.792**	**56.326**	**(246.442)**	**1.650.473**	**7.582**	**1.658.055**
Integralização de capital (Nota 1.1 e 22.2)	**–**	**364.799**	**–**	**–**	**–**	**364.799**	–	364.799
Efeitos de transações entre sócios (Nota 1.1)	**–**	**–**	**(5.045)**	**–**	**–**	**(5.045)**	**(2.562)**	**(7.607)**
Remuneração com base em ações	**–**	**–**	**–**	**13.040**	**–**	**13.040**	**–**	**13.040**
Prejuízo do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**(17.019)**	**(17.019)**	**851**	**(16.168)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.559.797**	**364.799**	**275.747**	**69.366**	**(263.461)**	**2.006.248**	**5.871**	**2.012.119**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua …

… continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)
Receita					
Receita líquida de serviços	22	–	–	**681.703**	647.254
Receita de seguros	23	–	–	**2.514.721**	2.333.984
Custos					
Custo dos serviços prestados	24	–	–	**(441.451)**	(577.213)
Despesas de seguro	25	–	–	**(2.207.733)**	(1.913.767)
Lucro bruto		–	–	**547.240**	490.258
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	24	**(169)**	(364)	**(13.943)**	(32.656)
Gerais e administrativas	24	**(2.910)**	(58.517)	**(420.492)**	(448.719)
Resultado de equivalência patrimonial	9	**137.529**	(7.202)	**2.607**	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	**(2.857)**	(1.798)	**44.472**	16.450
Total		**131.593**	(67.881)	**(387.356)**	(464.925)
Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**131.593**	(67.881)	**159.884**	25.333
Resultado financeiro, líquido					
Receitas financeiras	26	**8.196**	40.062	**143.966**	125.514
Despesas financeiras	26	**(156.881)**	(148.587)	**(270.837)**	(322.551)
Total		**(148.685)**	(108.525)	**(126.871)**	(197.037)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(17.092)**	(176.406)	**33.013**	(171.704)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	27	–	–	**(38.007)**	(59.391)
Diferido	27	**73**	16.363	**(11.174)**	72.566
Total		**73**	16.363	**(49.181)**	13.175
Prejuízo do exercício		**(17.019)**	(160.043)	**(16.168)**	(158.529)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores		**(17.019)**	(160.043)	**(17.019)**	(160.043)
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		–	–	**851**	1.514
Resultado básico por ação		**(0,0412)**	(0,3870)	**(0,0391)**	(0,3834)
Resultado diluído por ação		**(0,0412)**	(0,3870)	**(0,0391)**	(0,3834)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	**(17.019)**	(160.043)	**(16.168)**	(158.529)
Resultado abrangente total do exercício	**(17.019)**	(160.043)	**(16.168)**	(158.529)
Atribuível a				
Acionistas controladores	**(17.019)**	(160.043)	**(17.019)**	(160.043)
Acionistas não controladores	–	–	**851**	1.514

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Valores Adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)
Receitas	**900**	144	**3.378.149**	3.096.895
Prestação de serviços	–	–	**858.509**	759.169
Resultado de contratos de seguro			**2.514.721**	2.333.984
Outras receitas	**900**	144	**28.046**	25.632
Provisão para perda esperada de crédito	–	–	**(23.127)**	(21.890)
Insumos adquiridos de terceiros	**(9.506)**	(12.614)	**(2.525.515)**	(2.331.615)
Custo dos serviços prestados	–	–	**(157.824)**	(211.628)
Despesas de contrato de seguro			**(2.207.733)**	(1.913.767)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(5.937)**	(10.812)	**(185.656)**	(204.111)
Perda/Recuperação de valores ativos	–	(1.522)	–	(31.463)
Outras	**(3.570)**	(280)	**25.696**	29.354
Valor adicionado bruto	**(8.607)**	(12.470)	**852.632**	765.280
Depreciação, amortização e exaustão	**(2.268)**	(2.291)	**(109.590)**	(91.474)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(10.875)**	(14.761)	**743.042**	673.806
Valor adicionado recebido em transferência	**145.725**	32.860	**100.872**	54.024
Resultado de equivalência patrimonial	**137.529**	(7.202)	**2.607**	–
Receitas financeiras	**8.196**	40.062	**125.896**	60.980
Outros	–	–	**(27.631)**	(6.956)
Valor adicionado total a distribuir	**134.850**	18.099	**843.914**	727.830
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:	**(5.127)**	45.777	**376.707**	432.024
Remuneração direta	**(5.161)**	45.776	**297.476**	351.742
Benefícios	**34**	1	**55.811**	54.760
FGTS	–	–	**23.420**	25.522
Impostos, taxas e contribuições	**115**	(16.222)	**222.021**	185.378
Federais	**113**	(16.224)	**146.784**	111.101
Estaduais	**1**	2	**203**	1.083
Municipais	**1**	–	**75.034**	73.194
Remuneração de capital de terceiros	**156.881**	148.587	**261.354**	268.957
Juros	**156.881**	148.587	**252.767**	258.017
Aluguéis	–	–	**8.587**	10.940
Remuneração de capitais próprios	**(17.019)**	(160.043)	**(16.168)**	(158.529)
Prejuízo do exercício	**(17.019)**	(160.043)	**(17.019)**	(160.043)
Participação dos não controladores nos lucros retidos		–	**851**	1.514
Valor adicionado distribuído	**134.850**	18.099	**843.914**	727.830

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**(17.092)**	(176.406)	**33.013**	(171.704)
Ajustes para reconciliar resultado:				
Resultado de equivalência patrimonial	**(137.529)**	7.202	**(2.607)**	–
Provisão para perda esperada de crédito	–	–	**23.127**	21.890
Provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	**3.569**	667	**(18.095)**	(24.817)
Baixas de imobilizado e intangível	–	–	**13.771**	5.344
Baixa de passivo de arrendamento	–	–	**(1.260)**	(2.606)
Depreciação e amortização	**2.268**	2.291	**130.360**	115.322
Juros e variações monetárias líquidas	**156.502**	147.971	**220.956**	221.296
Provisão para perdas com imobilizado e intangível	–	1.522	–	35.599
Pagamento baseado em ações	**(5.161)**	45.776	**(5.161)**	45.776
Variação nos ativos e passivos:				
Contas a receber	–	–	**(86.917)**	(58.796)
Ativos de contratos de seguro	–	–	**(3.151)**	(440)
Estoques	–	–	**(790)**	(15.960)
Tributos a recuperar	**(3.622)**	(7.926)	**(30.174)**	(25.225)
Adiantamentos a fornecedores	**(130)**	2	**8.391**	(9.247)
Despesas antecipadas	**(16)**	(7)	**(11.351)**	(36)
Outros ativos	**4**	609	**(800)**	1.353
Depósitos judiciais	**(82)**	–	**4.870**	(13.356)
Garantia de reembolso de contingência – ativo indenizatório	**(6.362)**	–	**1.441**	(8.539)
Fornecedores	**(1.094)**	(2.417)	**(15.149)**	43.156
Provisões técnicas (ANS)	–	–	**1.009**	843
Passivo de seguros	–	–	**(92.951)**	(37.523)
Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	**14.384**	24.520
Obrigações tributárias	**(72)**	(233)	**(27.336)**	52.718
Provisões para demandas judiciais	–	–	**(1.371)**	(10.146)
Outros passivos	**(918)**	4.597	**(5.231)**	6.925
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	**(9.735)**	23.648	**148.978**	196.347
Pagamento de parcelamentos de impostos	–	–	**(6.244)**	(4.509)
Juros pagos de parcelamentos de impostos	–	–	**(4.701)**	(4.208)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	**(47.547)**	(57.006)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(9.735)**	23.648	**90.486**	130.624
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Integralização de capital em controlada	**(56.739)**	–	–	–
Transações societárias	**364.800**	(215.331)	**364.799**	(2.000)
Obrigações pagas por aquisição de investimento	–	–	**(22.557)**	(32.429)
Aplicações financeiras	–	–	**25.187**	(53.901)
Aquisição de imobilizado e intangível	–	–	**(73.540)**	(100.241)
Transações com partes relacionadas	–	(4.547)	**(456)**	–
Dividendos e JSCP recebidos de subsidiárias	**3.113**	2.036	–	(7.047)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**311.174**	(217.842)	**293.433**	(195.618)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	–	296.965	**306**	296.965
Pagamento principal de empréstimos e financiamentos	–	(275.000)	**(48.778)**	(334.904)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	**(158.555)**	(120.223)	**(169.091)**	(138.298)
Pagamento de passivos de arrendamento	–	–	**(67.638)**	(49.322)
Dividendos pagos de subsidiárias	–	–	**805**	203
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(158.555)**	(98.258)	**(284.396)**	(225.356)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**142.884**	(292.452)	**99.523**	(290.350)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**219.344**	511.796	**435.030**	725.380
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**362.228**	219.344	**534.553**	435.030

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Athena Saúde Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora" ou "Athena Brasil"), quando em conjunto com as suas controladas ("Grupo"), é uma companhia fechada, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8501, 4º andar, sala F, cidade de São Paulo. A Companhia é controlada pelo Brazilian Private Equity V – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo V"). A Companhia tem como principal atividade a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista no Brasil e cujo objeto social das investidas ou controladas estejam relacionadas ao segmento de saúde. O Grupo atua em operadoras de saúde (incluindo planos de saúde e odontológicos), hospitais e clínicas. **1.1. Reestruturação societária:** 1.1.1. Mudanças societárias ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023: *Incorporação Multivida Participações Ltda. ("Multivida") pelo Hospital Med Imagem ("Med Imagem"):* Em 01 de janeiro de 2023 a Multivida foi incorporada pelo Med Imagem em decorrência do programa de reorganização societária, tento todos os direitos e obrigações transferidos automaticamente para o Med Imagem. *Incorporação Hospital do coração de Natal ("HCN") pela Athena Healthcare Holding S.A. ("Athena Healthcare"):* Em 01 de fevereiro de 2023 o Hospital Coração de Natal Ltda. foi incorporado pela Athena Healthcare que o sucedeu em todos os direitos e obrigações. O acervo patrimonial do HCN foi absorvido por Athena healthcare e por consequência ocorreu sua extinção resultado em um aumento de capital na Athena healthcare no montante de R$ 4.185. *Incorporação Unihosp ("Unihosp") pela Humana Saúde Assistência Médica Ltda. ("Humana"):* Em janeiro de 2023 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a incorporação da Unihosp pela Humana. A Humana sucedeu a Unihosp em todos os direitos e obrigações. Em 01 de fevereiro de 2023 o acervo patrimonial da Unihosp foi absorvido pela Humana e por consequência ocorreu sua extinção, com aumento de capital na Humana no montante de R$13. *Incorporação Athena Saúde Espírito Santo Holding S.A. ("ASES") em decorrência da cisão parcial entre SAMP – Espírito Santo Assistência Média ("SAMP") e Serviços e Assessoria Médica Especializada Ltda. ("SAMES"):* Em 01 de abril de 2023 houve a cisão do acervo líquido da Athena Saúde Espírito Santo Holding S.A. e incorporação por SAMP- Espírito Santo Assistência Médica e Serviços e Assessoria Médica Especializada Ltda, em decorrência disso o capital social de SAMES aumentou em R$ 113.452 e de SAMP em R$ 14.129. *Incorporação Clínica Luiza Coelho Ltda. ("CLC") pelo Hospital Maranhense Ltda. ("CMM"):* Em 01 de julho de 2023 a CLC foi incorporada pelo CMM tento todos os direitos e obrigações transferidos automaticamente, resultando em uma redução de capital social em R$ 2.738 no CMM. *Incorporação Clínica Imagem Plena Ltda. ("Plena") pelo Hospital Santa Maria Ltda. ("Santa Maria"):* Em 01 de julho de 2023 a Plena foi incorporada pelo Santa Maria, controladora direta que a sucedeu em todos os direitos e obrigações. *Incorporação Medplan Ltda. ("Medplan") pela Humana Saúde Assistência Médica Ltda. ("Humana"):* Em julho de 2023 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a incorporação da Medplan pela Humana. A Humana sucedeu a Medplan em todos os direitos e obrigações. Em 01 de agosto de 2023 o acervo patrimonial da Medplan foi absorvido pela Humana e por consequência ocorreu sua extinção, com aumento de capital na Humana no montante de R$ 101.025. *Cisão da Serviços e Assessoria Média Especializada Ltda. ("SAMES") com a transferência das atividades das operações de Oncologia e Emergência pela São Bernardo Apart Hospital ("SBAH"):* Em 01 de agosto de 2023 as clínicas denominadas São Bernardo Emergência e Oncologia e outras operações de SAMES foram cindidas em favor do SBAH. Em decorrência da cisão parcial houve redução do patrimônio de SAMES em R$ 117.702 e um aumento no capital social de SBAH em R$ 82.908. *Aumento de capital na Athena Saúde Brasil S.A. ("Athena Saúde") via reserva de capital:* Em 15 de dezembro de 2023, através da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado a emissão de até 95.371.457 novas ações preferenciais classe "A", todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 3,8250436 por ação, cujo preço total de emissão das ações será de R$ R$ 364.799, com possibilidade de homologação parcial ("Aumento do Capital Social"). O preço de emissão das novas ações será destinado em parte à conta de capital social da Companhia e em parte à conta de reserva de capital da Companhia, na seguinte proporção: Após o Aumento do Capital Social, o capital social da Companhia passará de R$1.559.796.678,94 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos) para, no mínimo, R$ 1.559.796.679,94 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e setenta e nove reais e noventa e quatro centavos), sujeito ao montante do Aumento do Capital Social a ser efetivamente homologado pelo Conselho de Administração da Companhia. 1.1.2. Mudanças societárias ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022: *Incorporação da Clínica Perinatal Vitória Ltda. ("Utin") pelo Vitória Apart Hospital ("VAH"):* Em 06 de dezembro de 2021, através da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a incorporação da Utin pelo VAH em decorrência do programa de reorganização societária do Grupo, sendo todos os direitos e obrigações transferidos automaticamente para o VAH. A incorporação ocorreu em 03 de janeiro de 2022. *Incorporação da MR dos Reis Azi Unipessoal Ltda. ("MR dos Reis") pela Athena Brasil:* Em 19 de janeiro de 2022, através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi deliberada a incorporação da MR Reis Azi Unipessoal Ltda. ("MR") pela Companhia nos termos e condições do Protocolo e Justificação, com o aumento de capital na Companhia em R$ 8.641 e emissão de 373.324 novas ações ordinárias. Com a aprovação da incorporação, o patrimônio líquido da incorporada foi absorvido pela Companhia e, desta forma, a MR foi extinta, sendo a Companhia sucessora de seus bens, direitos e obrigações e passando a deter, direta e indiretamente, 100% da participação no Hospital das Clínicas de Alagoinhas. O minoritário dessa transação passou a deter 0,0887% do capital social da Athena Brasil. *Cisão parcial da Athena Saúde Brasil S.A.:* Em 22 de fevereiro de 2022, por meio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi deliberada a cisão parcial da Athena Brasil nos termos e condições do Protocolo e Justificação. O capital social da Companhia foi reduzido no montante total de R$ 2.000, sem cancelamento de ações, representado por 420.758.081 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A parcela cindida foi incorporada pela Athena Bahia, que não sofreu alteração no valor do capital social, tendo em vista que a parcela cindida era composta pelas próprias ações de emissão da empresa. *Incorporação da Athena Nordeste pela Athena Healthcare:* Em 01 de abril de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Athena Nordeste pela Athena Healthcare, com objetivo de aumentar a eficiência operacional e simplificação societária. Nesse sentido, a Athena Healthcare sucedeu a Athena Nordeste em todos os direitos e obrigações. O acervo patrimonial da Athena Nordeste foi absorvido pela Athena Healthcare e, por consequência, ocorreu a extinção da Athena Nordeste, com aumento do capital social da Athena Healthcare no montante de R$29.325. *Incorporação da Serviços de Hemodinâmica do Vitória Apart Hospital ("Hemodinâmica") pelo Vitória Apart Hospital ("VAH"):* Em 01 de junho de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Hemodinâmica pelo VAH, onde todos os direitos e obrigações foram transferidos automaticamente para a incorporadora. A operação insere-se no contexto de reorganização administrativa, operacional, financeira e jurídica dos negócios do Grupo, que visa uma redistribuição de seus ativos, passivos e projetos, de maneira a otimizar a sua estrutura de capital e de gestão e, ao mesmo tempo, permitir a realocação de tais ativos e passivos com maior eficiência. *Incorporação da Hospital e Maternidade São Marcos ("São Marcos") pelo Hospital Bom Samaritano de Maringá S.A. ("HBSM"):* Em 31 de agosto de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação do São Marcos pelo HBSM, com objetivo de aumentar a eficiência operacional e simplificação societária. Nesse sentido, o HBSM sucedeu ao São Marcos em todos os direitos e obrigações. O acervo patrimonial do São Marcos foi absorvido pelo HBSM e, por consequência, ocorreu a extinção do São Marcos, com aumento do capital social no HBSM no montante de R$2.894. *Incorporação da Call Express, CMETDC, SBE e Ativa pela SAMES:* Em 01 de outubro de 2022, foi aprovada a incorporação de Ativa Serviços Empresariais Ltda, Call Express Central de Atendimento Ltda, Centro Médico de Especialidades, Terapias e Diagnósticos Capixaba Ltda. e São Bernardo Emergência Ltda, que foram extintas e seus patrimônios transferidos, por sucessão universal pela Serviços e Assessoria Médica especializada Ltda. A operação tem como objetivo a simplificação de sua estrutura societária e a realocação de tais ativos e passivos com maior eficiência. A operação não resultou em aumento de capital. *Incorporação da Humana Saúde Sul Ltda. pela Humana Saúde Sul Ltda. (Antiga "Santa Rita Saúde"):* Em 19 de outubro de 2022 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a incorporação de Humana Sul por Humana Sul (antiga "Santa Rita Saúde"). O acervo patrimonial de Humana Sul foi absorvido por Humana Paraná e, por consequência, ocorreu a extinção da Humana Sul, com aumento do capital social na Humana Sul (antiga "Santa Rita Saúde") no montante de R$243. **1.2. Athena Brasil e controladas:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui as seguintes controladas:

Empresas por Ramo de Atuação	Controladora Direta	Local da operação	31/12/2023 Direta	31/12/2023 Indireta	31/12/2022 Direta	31/12/2022 Indireta
Holdings						
Athena Healthcare Holding S.A. ("Athena Healthcare")	Athena Brasil	São Paulo	**99,99%**	**0,01%**	100,00%	–
ASG Holding S.A. ("ASG")	Athena Healthcare	São Paulo	–	**100,00%**	–	100,00%
Athena Saúde Espírito Santo Holding S.A. ("ASES") (a)	Athena Healthcare	São Paulo	–	–	6,71%	93,29%
Multivida Participações S.A. ("Multivida") (b)	Med Imagem	Maringá	–	–	–	100,00%
Hospitais						
Hospital Med Imagem S.A. ("Med Imagem")	Humana	Teresina	–	**100,00%**	–	100,00%
Hospital São Pedro Ltda. ("São Pedro")	Medplan	Teresina	–	**100,00%**	–	100,00%
Hospital Santa Maria Ltda. ("Santa Maria")	Medplan	Teresina	–	**100,00%**	–	100,00%
Vitória Apart Hospital S.A. ("VAH")	SAMP	Vitória	–	**99,71%**	–	99,71%
Hospital Bom Samaritano de Maringá Ltda. ("HBSM")	Multivida	Maringá	**2,93%**	**97,07%**	2,93%	97,07%
Hospital do Coração de Natal Ltda. ("HCN") (c)	Athena Healthcare	Natal	–	–	3,67%	93,64%
Hospital Maranhense Ltda. ("CMM")	Humana	São Luís	–	**100,00%**	–	100,00%
São Bernardo Apart Hospital S.A. ("SBAH")	SAMES	Colatina	**6,53%**	**90,82%**	–	91,16%
Hospital das Clínicas de Alagoinhas Ltda. ("HCA")	UNIHOSP	Alagoinhas	**6,01%**	**93,99%**	5,81%	94,19%
Planos de Saúde						
Humana Saúde Sul Ltda. (antiga "Santa Rita Saúde")	Multivida	Maringá	**0,13%**	**99,87%**	0,13%	99,87%
Medplan Assistência Médica Ltda. ("Medplan") (d)	Athena Healthcare	Teresina	–	–	–	100,00%
Humana Assistência Médica Ltda. ("Humana")	Athena Healthcare	Teresina	**0,01%**	**99,99%**	–	100,00%
SAMP – Espírito Santo Assistência Médica Ltda. ("SAMP")	ASES	Vitória	–	**100,00%**	–	100,00%
Unihosp Serviços de Saúde Ltda. ("Unihosp") (e)	Humana	São Luís	–	–	1,09%	98,91%
Casa de Saúde São Bernardo S.A. ("CSSB")	SAMES	Colatina	–	**100,00%**	–	100,00%
Hospitais com Planos de Saúde						
Hospital Marechal Cândido Rondon Ltda. ("HMCR")	Humana Sul	M. C.Rondon	–	**100,00%**	–	100,00%
Clínicas especializadas e serviços						
Clínica Imagem Plena Ltda. ("Plena") (f)	Santa Maria	Teresina	–	–	–	100,00%
Serviços e Assistência Médica Especializada Ltda. ("SAMES")	ASES	Vitória	**6,71%**	**93,29%**	–	100,00%
Clínica Luiza Coelho Ltda. ("CLC") (g)	Humana	São Luís	–	–	–	100,00%
Instituto de Radiologia de São Luís Ltda. ("Instituto de Radiologia")	Humana	São Luís	–	**100,00%**	–	100,00%

(a) Em 01 de abril de 2023 ASES foi cindida e incorporada por SAMES e SAMP. (b) Em 01 de janeiro de 2023 Multivida foi incorporada pelo Med Imagem. (c) Em 01 de fevereiro de 2023 HCN foi incorporado por Athena Healthcare. (d) Em 01 de agosto de 2023 Medplan foi incorporada por Humana. (e) Em 01 de fevereiro de 2023 Unihosp foi incorporada por Humana. (f) Em 01 de agosto de 2023 Plena foi incorporada por Santa Maria. (g) Em 01 de abril de 2022 a Athena Nordeste Holding S.A. foi incorporada pela Athena Healthcare. **1.3. Aquisições societárias em curso:** Em 29 de abril de 2022, a Companhia rescindiu, em virtude do não atendimento a determinadas condições precedentes de responsabilidade dos vendedores, o "Contrato de Compra e Venda e de Subscrição Ações e Outras Avenças", para aquisição da integralidade do capital social do Grupo Promédica. Alguns vendedores instituíram uma arbitragem, questionando a rescisão do Contrato, e ajuizaram uma ação cautelar contra a Companhia formulando pedido de tutela de urgência, que foi parcialmente provido para que, em suma, a Companhia se abstenha de utilizar informações às quais eventualmente teve acesso em razão da celebração do Contrato e de seus aditivos, bem como de exercer atividades concorrentes com as atividades do Grupo Promédica no Estado da Bahia, para além das que já exercia antes de 29 de dezembro de 2020 – ressalvadas as atividades exercidas no município de Alagoinhas/BA. Por fim, a Companhia comunica que, em sua visão, a referida decisão não causa qualquer impacto em seu plano de negócios. **1.4. Desistência do pedido de registro de oferta pública e cancelamento voluntário de registro de companhia aberta:** No dia 04 de agosto de 2021, a Companhia comunicou que foi solicitada à CVM, nos termos da Instrução CVM 400, a desistência do pedido de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Oferta"), tendo em vista a deterioração das condições dos mercados brasileiro e internacional que impactou diretamente os termos e condições da Oferta pretendida. Não obstante, a desistência do pedido de registro de Oferta em questão não impactou o registro de emissor na categoria A da Companhia deferido pela CVM em 11 de maio de 2021. Todos os Pedidos de Reserva foram cancelados e as Instituições Consorciadas comunicaram aos respectivos investidores a desistência da Oferta. Caso referidos investidores já tivessem efetuado qualquer pagamento, os valores depositados seriam devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes. Em 07 de julho de 2022 a Companhia com anuência por parte da totalidade de seus acionistas e demais titulares de valores mobiliários de emissão da Companhia, deu início aos trâmites para o cancelamento voluntário de seu registro de companhia aberta na categoria A. Em 24 de novembro de 2022 a Companhia recebeu ofício da CVM aprovando o pedido de cancelamento voluntário de registro de companhia aberta na categoria A, diante da obtenção da anuência por parte da totalidade dos acionistas e demais titulares de valores mobiliários em circulação de emissão da Companhia. Em razão do cancelamento de registro a Companhia passou a ser uma companhia de capital fechado. **2. Base de preparação e apresentação e das principais políticas contábeis – 2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e nas normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras indivi-

continua …

… continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

duais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional de suas operações. **2.3. Declaração de continuidade:** A Administração avaliou a capacidade do Grupo e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.4. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada de transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis:** Na aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Os principais elementos patrimoniais que envolvem julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e das suas controladas são os seguintes: • Provisão para perda esperada de crédito (Nota 2.18); • Vida útil do ativo imobilizado e do intangível (Nota 2.13, 2.14); • Direito de uso e passivo de arrendamentos (Nota 2.16); • Provisão riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 2.19); • Análise de indicativos de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Nota 2.17); • Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos (Nota 2.22); • Mensuração da receita de serviços hospitalares incorridos e não faturados (Nota 2.20); • As estimativas e julgamentos relacionados ao CPC 50/IFRS 18 estão descritas na Nota 2.7. **2.6. Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, detidas diretamente pela Companhia ou indiretamente, por meio de sua controlada indireta. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem o poder sobre a investida. • Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar o valor de seus retornos. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações de não controladores. Quando necessário, as demonstrações financeiras individuais das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transação patrimonial diretamente no patrimônio líquido. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. **2.7. Contratos de seguros:** O CPC 50/IFRS 17 que substituiu a IFRS 4 – Contratos de seguros entrou em vigor em 1 de janeiro de 2023. **(a) Definição de contratos de seguros:** A Companhia define como contrato de seguro é o contrato com o qual uma parte aceita risco de seguro significativo da outra parte, concordando em indenizar o titular da apólice caso determinado evento futuro incerto afete adversamente o título da apólice. A definição da companhia está em linha com a orientação normativa, sendo assim, os contratos que atendem a definição de seguros devem estar mensurados de acordo com as diretrizes do CPC 50/IFRS 17. O Grupo Athena avaliou os seus contratos de seguros emitidos e considerou que os produtos de pré-pagamento da Companhia atendem às definições de contratos de seguros, e encontram-se dentro do alcance da norma CPC 50/IFRS 17. Produtos de pré-pagamento são aqueles em que o valor da mensalidade é calculado previamente com base nas coberturas contratadas pelo contratante (pessoa física ou jurídica) do plano de saúde e odontológico e que, portanto, há transferência de risco de seguro para a Companhia. Com relação aos produtos de pós-pagamento, estes estão fora do alcance do CPC 50/IFRS 17 pois não há risco de seguro e, por isso, são mensurados de acordo as regras estabelecidas pela CPC 47/IFRS 15 como contrato de serviço. **(b) Separação dos componentes de contrato:** Conforme determina o normativo um contrato de seguro pode conter diversos componentes que não estejam diretamente inter-relacionados com o contrato principal de seguros, mas sim com atributos que estariam dentro do alcance de outros normativos contábeis internacionais. Os contratos de seguros são classificados em três tipos diferentes de componentes que devem ser contabilizados separadamente caso cumpridos certos critérios: derivativos embutidos; componente de investimento; e bens e serviços. A Companhia realizou a análise de todos os seus contratos e produtos, das premissas que estão embutidas nos preços e coberturas oferecidas em seu portfólio. Não foram identificados componentes que não os de seguros, que devessem ser apartados e reconhecidos à luz de outra norma diferente da IFRS 17 – CPC 50 – Contratos de Seguros. **(c) Nível de agregação dos contratos:** A agregação dos contratos em grupos é exigida no reconhecimento inicial para todos os contratos no âmbito do CPC 50/IFRS 17. Os contratos de seguro são agrupados com base em riscos similares e gerenciamento em conjunto, os quais são segregados por safras (períodos anuais) e, em seguida, divididos em categorias: (i) grupos de contrato que são onerosos em seu reconhecimento inicial; (ii) grupos de contrato que, em seu reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos futuramente e (iii) grupos de contratos não onerosos que, em seu reconhecimento inicial, tem possibilidade significativa de se tornarem onerosos futuramente.. Contratos de seguro são considerados como onerosos na data de reconhecimento inicial, segundo a norma, se os fluxos de caixa de cumprimento alocados ao contrato, na data de reconhecimento inicial forem uma saída líquida, ou seja, representando uma perda que deve ser reconhecida no resultado para o fluxo de saída líquido para o grupo de contratos onerosos, que resulte no valor contábil do passivo para o grupo sendo igual aos fluxos de caixa de cumprimento e a margem contratual de seguro do grupo sendo zero. Por representar uma perda no reconhecimento inicial, diferentemente dos contratos não onerosos, impactando negativamente o resultado, estes são mensurados de maneira separada para que a organização possa gerenciá-los mais precisamente e saber exatamente o impacto individual da onerosidade dos contratos em suas demonstrações. O Grupo Athena Saúde Brasil, atualmente, opera com transações de seguros assistenciais de saúde e odontológico. Seus portifólios são: Saúde Coletivo por Adesão e Saúde Coletivo Empresarial, Saúde Individual/Familiar, Odonto Coletivo por Adesão e Odonto Coletivo Empresarial e por fim, Odonto Individual/Familiar. **(d) Fluxos de caixa de aquisição de seguros:** Os fluxos de caixa de aquisição de seguros resultam dos custos de venda, subscrição e início de um grupo de contratos (emitidos ou com emissão prevista) que são diretamente atribuíveis à carteira de contratos a que o grupo pertence. Os fluxos de caixa de aquisição de seguros são diferidos para o resultado linearmente de acordo com a passagem do tempo (através da receita de seguros) ou de acordo com a curva de permanência da carteira. **(e) Limites de contrato:** Os fluxos de caixa estão dentro do limite de contrato de seguro se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período de relatório em que a entidade pode exigir do titular do contrato o pagamento das contraprestações ou em que a entidade tem obrigação substantiva de prestar cobertura de seguro ao titular do contrato. Desta forma, para as carteiras de Produtos Individual/Familiar, firmados com Pessoa Física (PF), o limite de contrato será o momento em que o segurado optar por deixar o plano contratado, visto que a empresa que emite contrato de seguro não possui a prerrogativa de cancelar o contrato unilateralmente, com exceção da identificação de inadimplência vigente conforme normativa do regulador. E, existe um limite que é refletido no fluxo por meio da tábua biométrica de sobrevivência. Já para as carteiras de Produtos firmados com Pessoa Jurídica, sendo elas Coletivo Empresarial e Coletivo por Adesão, o limite de contrato pela projeção de contraprestações, é mensal, visto que o contrato é renovado mensalmente e pode ser cancelado por ambas as partes envolvidas. **(f) Mensuração dos contratos:** Pela nova ótica do CPC 50/IFRS 17, são apresentados novos modelos de mensuração dos contratos de seguro, nos quais a Companhia deve identificar qual o melhor modelo contábil de acordo com sua carteira de produtos, bem como, levar em consideração seus respectivos critérios específicos. A IFRS 17 estabelece três modelos de mensuração, conforme descritos abaixo: Modelo Geral (Building Block Approach – BBA) do CPC 50/IFRS 17 requer que as empresas que emitem contratos de seguros mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa esperado, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual de seguros. A Companhia aplica do modelo geral para os contratos dos Produtos do tipo Individual/Familiar (Pessoa Física – PF). A BBA mede um grupo de contratos de seguro como o total de: Fluxos de caixa de cumprimento (fluxos de caixa de entrada e saída necessários para o cumprimento dos direitos contratuais da companhia de receber recursos dos contratantes e das obrigações contratuais da Companhia frente aos segurados/beneficiários); e A CSM, que é o componente do ativo ou passivo para o grupo de contratos que represente o lucro não auferido que a entidade deve reconhecer conforme presta a cobertura de seguro no futuro. Além do Modelo Geral, o CPC 50/IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo de mensuração, o Modelo de Alocação de Prêmio (Premium Allocation Approach – PPA). Esse modelo simplificado é aplicável, segundo a norma, para contratos com limite contratual de até um ano ou aqueles que tenham um reconhecimento do resultado similar ao Modelo Geral. O Grupo Athena aplica o modelo PAA para os grupos de contratos de Produtos Coletivos por Adesão e Coletivo Empresarial (Pessoa Jurídica). A Companhia mensura a obrigação pela cobertura remanescente como os prêmios, se houver, recebidos no reconhecimento inicial, menos quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguro naquela data, mais ou menos qualquer valor decorrente do desreconhecimento na data do ativo ou passivo reconhecido para os fluxos de caixa de aquisição de seguro que a Companhia paga ou recebe antes do grupo de contratos ser reconhecido. A Companhia não mensurou contratos pelo Modelo de Taxa Variável (Variable Fee Approach – VFA), pois está é uma variação do Modelo de Mensuração Geral (BBA), que adere aos mesmos princípios, mas a mensuração posterior difere em relação à mensuração da margem de serviço contratual (Contractual Service Margin – CSM). O VFA é aplicado a contratos de participação direta que são contratos de seguros substancialmente relacionados a investimentos. Considerando que após análise dos contratos e produtos, não há quaisquer indícios que observem este tipo de relação. **(g) Estimativas de fluxos de caixa futuros:** Segundo o CPC 50/IFRS 17, o fluxo de caixa futuro será tratado como uma estimativa, impactando diretamente na mensuração do reconhecimento inicial dos contratos de seguro. A Companhia incluirá na mensuração de um grupo de contratos de seguro todas as entradas e saídas esperadas dentro do limite contratual de cada grupo de contratos. Desta forma, a Companhia pode estimar os fluxos de caixa futuros a um nível de agregação mais elevado e então alocar os fluxos de caixa de cumprimento resultantes a grupos de contratos individuais. A Athena entende que os seguintes fluxos de caixa estão dentro do escopo do contrato de seguro:

Item	Premissas
Contraprestações	Cancelamento
	Mortalidade
	Reajustes
	Reenquadramento etário
	Inadimplência
Eventos a Ocorrer	VCMH
	Sinistralidade
Comissões	Percentual de comissões
Impostos	Percentual de impostos (PIS/Cofins)
Despesas	Percentual de despesas com pessoal
	Percentual de despesas com serviços de terceiros
	Percentual de tributos e taxas
	Percentual de outras despesas
PEONA	Fator de desenvolvimento
	Padrão de pagamento
PESL	Custo Valorizado
	Padrão de pagamento
	Glosa
PDR	Percentual de despesas relacionadas

Adicionalmente, a Companhia deve realizar a projeção dos fluxos de caixa de modo que seja possível que o valor contábil de grupo de contratos de seguro no fim de cada período possa ser segregado entre: passivo para cobertura remanescente compreendendo os fluxos de caixa de cumprimento relativos a coberturas de seguro futuras alocados ao grupo nessa data e o passivo para sinistros ocorridos, compreendendo os fluxos de caixa de cumprimento relativos a coberturas de seguro passadas alocados ao grupo nessa data. Passivo para cobertura remanescente (Liability for remaining coverage – LRC) é a obrigação da Companhia de investigar e pagar sinistros válidos de acordo com contratos de seguro existentes para eventos segurados que ainda não ocorreram (ou seja, a obrigação que se refere à parcela não vencida do período de cobertura).Também abrange pagamentos relativos a: Serviços e cobertura de contratos de seguro que ainda não foram prestados, e quaisquer componentes de investimento ou outros valores que não são relacionados com os serviços de cobertura de contratos de seguro e não foram transferidos para o passivo de sinistro ocorrido. Passivo de sinistro ocorrido (Liability for incurred claims – LIC) é a obrigação da Companhia de investigar e pagar sinistros válidos para eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais os sinistros não foram avisados, e outras despesas de seguro incorridas. Também abrange o pagamento de valores não abrangidos no parágrafo anterior, mas que seja relativo a: Serviços e cobertura de contratos de seguro que já foram prestados, e quaisquer componentes de investimento ou outros valores que não são relacionados com os serviços de cobertura de contratos de seguro e não estão alocados no passivo de cobertura remanescente. **(h) Taxas de desconto:** Conforme determina a norma, a Companhia deve ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa. Esta pode ser construída a partir de duas metodologias: *Top-Down* ou *Bottom-Up*. Na metodologia *Top-Down*, a taxa de desconto deve ser baseada na curva de rendimento implícito que reflete as taxas correntes de mercado na mensuração do valor justo de carteira de referência de ativos. A norma não especifica restrições na carteira de referência de ativos. Já na metodologia *Bottom-Up*, a taxa de desconto deve refletir a curva de juros, na moeda (ou indexador) apropriado para instrumentos que coloquem os detentores a um risco de crédito nulo ou insignificante, ajustado para refletir as características de liquidez do grupo de contratos de seguro. Esse ajuste deve refletir a diferença entre as características de liquidez do grupo de contratos de seguro e as características de liquidez dos ativos utilizados para determinar a curva de desconto. A taxa de desconto utilizada pelo Grupo Athena para descontar os fluxos de caixa para todos os produtos é a *Bottom-Up*. O cálculo da Taxa de Desconto foi realizado a partir de uma taxa livre de risco, que no Brasil considera-se a ETTJ IPCA da SUSEP, sobre a qual se acrescenta o risco de iliquidez. O risco de iliquidez mede o risco exposto no caso de não recebimento de determinado cupom, ou seja, mede o quanto isso causa de impacto no cumprimento das obrigações da empresa que emite contratos de seguro. **(i) Ajuste de risco (Risk Adjustment – RA):** O ajuste ao risco não financeiro é um ajuste sobre os fluxos de caixa projetados que reflete a compensação que a entidade exige por arcar com a incerteza em relação ao montante e prazo dos fluxos de caixa decorrentes de riscos não financeiros inerentes ao contrato de seguro. Para o cálculo foi adotada a abordagem estocástica, por metodologia da distribuição de probabilidade observando o excesso do valor em risco no 60% percentil (nível de confiança alvo). Para o LIC, a metodologia de *Bootstrapping* aplicada sobre o método de Chain Ladder, que permite aproximar a distribuição das perdas esperadas pela distribuição empírica dos dados baseado em uma amostra de resultados possíveis de tamanho finita, geradas através de simulação de Monte Carlo. Essa abordagem é baseada no conceito de reamostragem aleatória de resíduos, permitindo a geração de triângulos alternativos baseados nos dados do triângulo de desenvolvimento original. Para o LRC, a companhia utiliza de uma estrutura de simulação estocástica do teste de adequação de passivo para o cálculo do Risk Adjustment por meio de um processo de Monte Carlo. **(j) Alocação da margem contratual de serviço (CSM):** A Margem de Serviços Contratual é uma parcela do Passivo de Cobertura Remanescente que representa o lucro não ganho que a Companhia irá reconhecer na medida em que irá oferecer cobertura e outros serviços no âmbito do contrato de seguro. A avaliação da CSM no reconhecimento inicial, com exceção de contratos onerosos, é definida a partir do resultado decorrente: do montante dos fluxos de caixa de cumprimento no reconhecimento inicial, quaisquer fluxos de caixa decorrentes do grupo de contratos de seguro no reconhecimento inicial, o desconhecimento, no reconhecimento inicial, de qualquer ativo de custo de aquisição reconhecido anteriormente ao reconhecimento inicial do grupo de contratos de seguro, e quaisquer outros ativos e passivos reconhecidos anteriormente ao reconhecimento inicial do grupo de contratos de seguro. A entidade deve reconhecer a margem contratual de seguro ao longo da duração do grupo de contratos de forma sistemática que reflita a transferência dos benefícios do seguro de acordo com o contrato. Vale ressaltar que a CSM só é mensurada para os contratos que seguem a metodologia BBA ou VFA, desta forma, apenas os contratos de produtos Individual/Familiar (PF – pessoa física) mensuram a CSM. O Grupo Athena aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar os serviços de contratos de seguros prestados para cada portifólio. As bases para determinar a quantidade de cobertura fornecida para cada produto para a apropriação da CSM são determinadas com base nos fluxos de entrada pelo número de segurados expostos e sua projeção pelas premissas de mortalidade como medida de esgotamento do fluxo. Os juros sobre a CSM serão reconhecidos usando a curva de desconto no reconhecimento inicial. **(k) Transição:** A norma determina que o IFRS 17 deve ser aplicado retrospectivamente como se sempre fosse aplicada, desde o reconhecimento inicial dos grupos de contratos de seguro, com aplicação de cálculos retrospectivos em datas anteriores e movimentações de saldos até a data de transição. Entretanto, a IFRS 17 entende que podem existir limitações para essa aplicação completa da norma retrospectivamente, desta forma, quando a aplicação da norma for impraticável, a companhia poderá aplicar outros tipos de abordagem de transição, são elas: abordagem retrospectiva completa, abordagem retrospectiva modificada e abordagem de valor justo. O Grupo Athena aplica a Abordagem Retrospectiva Modificada para os grupos de contratos de seguro emitidos até 2021. Abaixo tem-se detalhado a forma de mensuração: Abordagem retrospectiva modifica: Quando for impraticável aplicar a abordagem retrospectiva completa a Companhia poderá realizar a aplicação de outro tipo de abordagem que seja mais viável. Em conformidade com o IFRS17/CPC 50, a abordagem retrospectiva modificada tem como objetivo alcançar o resultado mais próximo da aplicação retrospectiva completa possível, com base em informações razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Para isso, ao aplicar essa abordagem, a companhia deve: a) Utilizar informações razoáveis e sustentáveis. Caso a companhia não puder obter informações razoáveis e sustentáveis necessárias para aplicar a abordagem retrospectiva modificada, ela deve aplicar a abordagem do valor justo; b) Maximizar o uso de informações que teriam sido utilizadas para aplicar a abordagem retrospectiva completa, mas dever utilizar apenas informações disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A norma esclarece que para conclusão do objetivo da abordagem retrospectiva modificada, a companhia tem permissão para usar modificar, somente na medida em que a companhia não possuir informações razoáveis e sustentáveis para aplicar a abordagem retrospectiva completa. **(l) Apresentação:** Carteiras de contratos de seguro que são ativos e aqueles que são passivos, são apresentados separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos para fluxos de caixa antes do reconhecimento do grupo de contratos de seguros são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas. As despesas e receitas de seguro excluem quaisquer componentes de investimento e são reconhecidas como segue. Receitas de seguros – Contratos calculados por BBA: O Grupo Athena reconhece a receita de seguros à medida que satisfaz suas obrigações de desempenho, ou seja, à medida que presta serviços sob grupos de contratos de seguros. Para os contratos mensurados pelo BBA, a receita de seguros relativa aos serviços prestados para cada ano representa o total das variações no passivo por cobertura remanescente que se relacionam aos serviços atuais pelos quais a Companhia espera receber contraprestação e compreende os itens a seguir: • As despesas com serviços de seguros esperadas o período; • As mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro; • O valor a ser liberado de CSM pelas coberturas prestadas no período; e • Outros valores, como ajustes de experiência para recebimentos de contraprestações relacionadas ao período atual ou passado, se houver. Além disso, o Grupo Athena aloca uma parcela das contraprestações referentes à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguros a cada período de forma sistemática com base na passagem do tempo. A Companhia reconhece o valor alocado, ajustado pelo acréscimo de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do grupo de contratos relacionados, como receita de seguros e igual valor como despesas de serviços de seguros. Receitas de seguros – Contratos calculados por PAA: Para os contratos mensurados pelo PAA, a receita de seguro de cada período é o valor dos recebimentos de contraprestações esperadas pela prestação de serviços no período.ase de preparação e apresentação e das principais políticas contábeis. Despesas de seguros: As despesas com serviços de seguros decorrentes de contratos de seguros são reconhecidas no resultado geralmente à medida que são incorridas. Excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens: • Alterações na provisão de eventos incorridos relacionados a eventos e despesas incorridas no período; • Alterações na provisão de eventos incorridos relacionados a eventos e despesas incorridas em períodos anteriores (relacionados a serviços passados); • Outras despesas de serviço de seguro diretamente atribuíveis incorridas no período; • Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros; • Componente de perda de grupos onerosos de contratos inicialmente reconhecidos no período; e • Mudanças no PCR relacionadas ao serviço futuro que não ajustam a CSM, pois são mudanças no componente de perda nos grupos de contratos onerosos. Receitas e despesas financeiras de seguros: As receitas e despesas financeiras de seguros incluem variações nos valores contábeis de grupos de contratos de seguro decorrentes dos efeitos do valor monetário temporal, do risco financeiro e das variações de taxas e hipóteses. A Companhia reconhece na DRE, o resultado de juros referente aos contratos de seguros e, em outros resultados abrangentes o valor referente a variação nas taxas e hipóteses financeiras. O objetivo da apresentação segregada das receitas e despesas financeiras da entidade tem como finalidade evitar maior volatidade nos resultados do período. **2.8. Ágio na aquisição de investimentos societários:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável ("*impairment*"). Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ou em um ano a partir da combinação de negócios a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. O Grupo, conforme estabelecido no CPC 15/IFRS 3, faz uso, quando necessário, do expediente relacionado ao período de mensuração da combinação de negócios, onde é estabelecido que, caso uma combinação de negócios esteja incompleta ao término do período de reporte, seja reportado pelo adquirente, em suas demonstrações contábeis, os valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta e, caso sejam identificadas modificações em ativos adquiridos e passivos assumidos, estes sejam ajustados retrospectivamente até o final da data de reporte, desde que atrelados a fatos e circunstâncias existentes à data de aquisição. **2.9. Classificação circulante e não circulante:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.10. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata seguem a mesma política interna e não são mantidos para vencimento e outros fins. **2.11. Aplicações financeiras vinculadas:** Trata-se de fundos de investimento dedicados à ANS como ativo garantidor das respectivas provisões técnicas, além de aplicações financeiras atreladas como garantia de empréstimos e financiamentos. Por conta dessas características não compõem o grupo contábil de caixa e equivalentes de caixa referidos no item anterior. **2.12. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. Dada a natureza dos estoques da Companhia, a Administração efetua a baixa dos itens vencidos ou obsoletos. **2.13. Imobilizado:** Terrenos, edificações, benfeitorias, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A depreciação dos ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o

continua …

… continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado (taxas médias) – exercício de 2023:

Computadores e periféricos	27% ao ano
Benfeitorias	12% ao ano
Edificações	3% ao ano
Máquinas e equipamentos	21% ao ano
Móveis e utensílios	12% ao ano
Veículos	36% ao ano
Ativo de direito de uso	13% ao ano

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.14. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado (taxas médias) – exercício 2023:

Marca com vida útil definida	5% ao ano
Carteira de clientes	11% ao ano
Software e outros	10% ao ano

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. **2.15. Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são reconhecidos inicialmente ao custo e contabilizados subsequentemente com base no método da equivalência patrimonial. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido a partir da data de aquisição. O ágio relativo é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e a controlada são eliminados em proporção à participação. A soma da participação do Grupo nos resultados é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas. As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as do Grupo. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento do Grupo. O Grupo determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil, e reconhece a perda em "Participação em lucros", na demonstração do resultado. Ao perder influência significativa sobre o investimento, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado. **2.16. Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Grupo como arrendatário: O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Unidade fabril e máquinas: 1 a 20 anos; • Veículos automotores e outros equipamentos: 2 a 5 anos. **Passivos de arrendamento:** Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.17. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. **2.18. Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas eram: Aplicações financeiras vinculadas, Contas a receber, Partes relacionadas, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Parcelamentos de impostos, Contas a pagar – aquisição de empresas os quais foram classificados como "Custo amortizado" ou ao valor justo por meio do resultado. A Companhia e suas controladas avaliam mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os recebíveis não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 720 dias para as empresas do segmento hospitalar e para as empresas do segmento de planos de saúde é considerado inadimplido os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos). No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **2.19. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios: Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita. Garantia de reembolso de contingência – ativo indenizatório: Os reembolsos esperados por outras partes necessários para liquidar uma provisão é reconhecido somente quando for praticamente certo que o reembolso será recebido. O reembolso é tratado como um ativo separado e não ultrapassa o valor da provisão. **2.20. Reconhecimento da receita:** Receita de contrato com clientes na atividade Hospitalar: Nas empresas hospitalares, as receitas são reconhecidas conforme estabelece o CPC 47/IFRS 15 e decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida no momento da prestação dos serviços médicos, na extensão ou proporção que satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente, sendo registradas líquidas da expectativa de abatimentos, glosas e descontos comerciais. As receitas decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente e são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos correspondentes, glosas e encargos estimados. A Companhia controla os produtos ou serviços antes de transferi-los para o cliente, sendo que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares. Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Convênios, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade do regime contábil da competência. **2.21. Tributos:** Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O regime de tributação adotado pela Companhia e pelas controladas é pelo lucro real, cuja apuração é efetuada de forma individual por cada empresa do Grupo. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Algumas controladas apuram o lucro tributável pelo regime de lucro presumido. Tributos diferidos ativos e passivos: É gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: Quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação e negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária. **2.22. Custos de transação:** Custos de transação são somente aqueles incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias para distribuição primária de ações ou bônus de subscrição, na aquisição e alienação de ações próprias, na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos ou financiamentos ou pela emissão de títulos de dívida, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida ou de patrimônio líquido. Os custos de transação, enquanto não captados os recursos a que se referem, são apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. Quando da emissão dos títulos, os valores são confrontados com o valor da captação e/ressarcidos dependendo da emissão primária ou secundária. Caso a emissão de títulos não seja efetivada, os valores ativados não reembolsados são registrados como despesa tão logo as condições de não emissão seja decidida. Esses custos estão na demonstração financeira na rubrica de despesas antecipadas. **2.23. Plano de incentivos de longo prazo ("stock options"):** O incentivo dos executivos baseada em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que a execução e/ou condição de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, ele é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e é designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original. **2.24. Resultado por ação:** Básico: O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. Diluído: O resultado por ação diluído é calculado, quando aplicável, por meio da divisão do resultado ajustado atribuído aos detentores de ações da controladora pela: (a) quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício; e (b) mais a quantidade de ações que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações. **2.25. Distribuição de lucros:** O Grupo reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **2.26. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até o exercício social das demonstrações financeiras da Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo adotará essas normas novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento): Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante: Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo exis-

continua …

… continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

tentes podem exigir renegociação. Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **2.27. Retificação para fins de comparabilidade:** O IASB emitiu o CPC 50/IFRS 17, em substituição à CPC 11/IFRS 4 – Contratos de Seguro, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Em decorrência da adoção inicial do CPC 50 "Contatos de Seguros" e do IFRS 17 "Insurance Contracts", os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors. O resumo dos efeitos da reapresentação do Balanço Patrimonial findo em 01 de janeiro de 2022 e do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicional findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentado abaixo:

Balanço Patrimonial – 2021				**Controladora**			**Consolidado**
Ativo	**Referência**	**01/01/2022 (originalmente apresentado)**	**Ajuste**	**01/01/2022 (reapresentado)**	**01/01/2022 (originalmente apresentado)**	**Ajuste**	**01/01/2022 (reapresentado)**
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		511.796	–	511.796	725.380	–	725.380
Aplicações financeiras vinculadas		–	–	–	278.404	–	278.404
Contas a receber	(a)	–	–	–	259.833	(74.736)	185.097
Ativos de contratos de seguro	(a)	–	–	–		2.243	2.243
Estoques		–	–	–	46.962	–	46.962
Tributos a recuperar		2.240	–	2.240	71.565	–	71.565
Adiantamentos a fornecedores		2	–	2	–	–	–
Partes relacionadas			–		19.344	–	19.344
Despesas antecipadas	(a)	223	–	223	26.608	(22.800)	3.808
Outros ativos		1.136	–	1.136	5.457	–	5.457
Total do ativo circulante		515.397	–	515.397	1.433.553	(95.293)	1.338.260
Não circulante							
Ativos de contratos de seguro	(a)	–	–	–	–	7.603	7.603
Garantia de reembolso de contingências – ativo indenizatório		16.716	–	16.716	216.399	–	216.399
Despesas antecipadas	(a)	–	–	–	35.737	(35.737)	–
Partes relacionadas		–	–	–	59.935	–	59.935
Ativos fiscais diferidos		15.202	–	15.202	174.232	–	174.232
Tributos a recuperar		–	–	–	72	–	72
Depósitos judiciais		–	–	–	68.073	–	68.073
Outros ativos		–	–	–	14.380	–	14.380
Investimentos		2.264.371	25.775	2.290.146	–	–	–
Imobilizado		–	–	–	686.885	–	686.885
Intangível		–	–	–	1.610.067	–	1.610.067
Total do ativo não circulante		2.296.289	25.775	2.322.064	2.865.780	(28.134)	2.837.646
Total do ativo		2.811.686	25.775	2.837.461	4.299.333	(123.427)	4.175.907

Balanço Patrimonial – 2021				**Controladora**			**Consolidado**
Passivo	**Referência**	**01/01/2022 (originalmente apresentado)**	**Ajuste**	**01/01/2022 (reapresentado)**	**01/01/2022 (originalmente apresentado)**	**Ajuste**	**01/01/2022 (reapresentado)**
Circulante							
Fornecedores	(a)	3.512	–	3.512	72.059	(1.443)	70.616
Passivo de arrendamento		–	–	–	20.998	–	20.998
Provisões técnicas (ANS)	(a)	–	–	–	300.540	(299.851)	689
Passivos de contratos de seguro	(a)	–	–	–	–	142.722	142.722
Empréstimos e financiamentos		30.614	–	30.614	94.483	–	94.483
Dividendos a pagar		–	–	–	2.690	–	2.690
Obrigações sociais e trabalhistas		9.742	–	9.742	95.554	–	95.554
Obrigações tributárias		421	–	421	107.413	–	107.413
Contas a pagar – aquisição de empresas		8.631	–	8.631	60.339	–	60.339
Parcelamentos de tributos		–	–	–	8.863	–	8.863
Outros passivos		133	–	133	11.749	(4.201)	7.548
Total do passivo circulante		53.053	–	53.053	774.688	(162.773)	611.915
Não circulante							
Passivos de contratos de seguro	(a)	–	–	–	–	16.833	16.833
Empréstimos e financiamentos		994.051	–	994.051	1.098.571	–	1.098.571
Passivo de arrendamento		–	–	–	226.799	–	226.799
Provisões técnicas	(a)	–	–	–	17.889	(16.542)	1.347
Passivos fiscais diferidos	(c)	–	–	–	16.543	13.280	29.823
Parcelamentos de tributos		–	–	–	51.167	–	51.167
Contas a pagar – aquisição de empresas		–	–	–	146.246	–	146.246
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		8.426	–	8.426	193.993	–	193.993
Obrigações tributárias		–	–	–	5.359	–	5.359
Outros passivos		–	–	–	5.128	–	5.128
Total do passivo não circulante		1.002.477	–	1.002.477	1.761.695	(13.571)	1.775.266
Total do passivo		1.055.530	–	1.055.530	2.536.383	(149.202)	2.387.181
Patrimônio líquido							
Capital social		1.553.156	–	1.553.156	1.553.156	–	1.553.156
Reserva de capital		–	–	–	–	–	–
Transações de capital		280.612	–	280.612	280.612	–	280.612
Pagamentos baseado em ações		34.564	–	34.564	34.564	–	34.564
Prejuízos acumulados	(a)/(c)	(112.176)	25.775	(86.401)	(112.176)	25.775	(86.401)
Total do patrimônio líquido atribuível a controladora		1.756.156	25.775	1.781.931	1.756.156	25.775	1.781.931
Participação de não controladores		–	–	–	6.794	–	6.794
Total do patrimônio líquido		1.756.156	25.775	1.781.931	1.762.950	25.775	1.788.725
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.811.686	25.775	2.837.461	4.299.333	(123.427)	4.175.906

Balanço Patrimonial – 2022				**Controladora**			**Consolidado**
Ativo	**Referência**	**2022 (originalmente apresentado)**	**Ajuste**	**2022 (reapresentado)**	**2022 (originalmente apresentado)**	**Ajuste**	**2022 (reapresentado)**
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		219.344	–	219.344	435.030	–	435.030
Aplicações financeiras vinculadas		–	–	–	332.305	–	332.305
Contas a receber	(a)	–	–	–	314.971	(92.965)	222.006
Ativos de contratos de seguro	(a)	–	–	–	–	2.475	2.475
Estoques		–	–	–	62.922	–	62.922
Tributos a recuperar		–	–	–	86.624	–	86.624
Adiantamentos a fornecedores		–	–	–	28.591	–	28.591
Partes relacionadas		4.547	–	4.547	–	–	–
Despesas antecipadas	(a)	230	–	230	45.890	(42.046)	3.844
Outros ativos		8	–	8	9.027	–	9.027
Total do ativo circulante		224.129	–	224.129	1.315.360	(132.536)	1.182.824
Não circulante							
Ativos de contratos de seguro		–	–	–	–	7.812	7.812
Garantia de reembolso de contingências – ativo indenizatório		11.518	–	11.518	179.596	–	179.596
Despesas antecipadas	(a)	–	–	–	54.052	(54.052)	–
Partes relacionadas		–	–	–	66.982	–	66.982
Ativos fiscais diferidos		31.543	–	31.543	251.803	–	251.803
Tributos a recuperar		10.166	–	10.166	10.238	–	10.238
Depósitos judiciais		–	–	–	81.429	–	81.429
Outros ativos		–	–	–	11.330	–	11.330
Investimentos	(b)	2.425.435	41.054	2.466.489	–	–	–
Imobilizado		1.747	–	1.747	677.127	–	677.127
Intangível		22.923	–	22.923	1.613.390	–	1.613.390
Total do ativo não circulante		2.503.332	41.054	2.544.386	2.945.947	(46.240)	2.899.707
Total do ativo		2.727.461	41.054	2.768.515	4.261.307	(178.776)	4.082.531

Balanço Patrimonial – 2022				**Controladora**			**Consolidado**
Passivo e patrimônio líquido	**Referência**	**2022 (originalmente apresentado)**	**Ajuste**	**2022 (reapresentado)**	**2022 (originalmente apresentado)**	**Ajuste**	**2022 (reapresentado)**
Circulante							
Fornecedores		1.095	–	1.095	117.883	(4.111)	113.772
Passivo de arrendamento		–	–	–	23.768	–	23.768
Provisões técnicas (ANS)	(a)	–	–	–	336.431	(333.552)	2.879
Passivos de contratos de seguro	(a)	–	–	–	–	114.962	114.962
Empréstimos e financiamentos		54.761	–	54.761	104.449	–	104.449
Dividendos a pagar		–	–	–	2.893	–	2.893
Obrigações sociais e trabalhistas		33.756	–	33.756	144.088	–	144.088
Obrigações tributárias		188	–	188	156.494	–	156.494
Contas a pagar – aquisição de empresas		–	–	–	44.603	–	44.603
Parcelamentos de tributos		–	–	–	10.184	–	10.184
Outros passivos	(a)	4.730	–	4.730	20.988	(7.600)	13.388
Total do passivo circulante		94.530	–	94.530	961.781	(230.301)	731.480
Não circulante							
Passivos de contratos de seguro	(a)	–	–	–	–	7.070	7.070
Empréstimos e financiamentos		1.019.617	–	1.019.617	1.077.523	–	1.077.523
Passivo de arrendamento		–	–	–	224.827	–	224.827
Provisões técnicas	(a)	–	–	–	17.724	(17.724)	–
Passivos fiscais diferidos	(c)	–	–	–	16.502	21.150	37.652
Parcelamentos de tributos		–	–	–	50.856	–	50.856
Contas a pagar – aquisição de empresas		–	–	–	110.627	–	110.627
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		3.895	–	3.895	172.973	–	172.973
Obrigações tributárias		–	–	–	6.144	–	6.144
Outros passivos	(a)	–	–	–	5.349	(25)	5.324
Total do passivo não circulante		1.023.512	–	1.023.512	1.682.525	10.471	1.692.996
Total do passivo		1.118.042	–	1.118.042	2.644.306	(219.830)	2.424.476
Patrimônio líquido							
Capital social		1.559.797	–	1.559.797	1.559.797	–	1.559.797
Transações de capital		280.792	–	280.792	280.792	–	280.792
Pagamentos baseado em ações		56.326	–	56.326	56.326	–	56.326
Prejuízos acumulados	(a)/(c)	(287.496)	41.054	(246.442)	(287.496)	41.054	(246.442)
Total do patrimônio líquido atribuível a controladora		1.609.419	41.054	1.650.473	1.609.419	41.054	1.650.473
Participação de não controladores		–		–	7.582	–	7.582
Total do patrimônio líquido		1.609.419	41.054	1.650.473	1.617.001	41.054	1.658.055
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.727.461	41.054	2.768.515	4.261.307	(178.776)	4.082.531

Demonstração de resultados – 2022				**Controladora**			**Consolidado**
	Referência	**2022 (originalmente apresentado)**	**Ajuste**	**2022 (reapresentado)**	**2022 (originalmente apresentado)**	**Ajuste**	**2022 (reapresentado)**
Receita							
Receita líquida de serviços	(a)	–	–	–	2.855.733	(2.208.479)	647.254
Receita de seguros	(a)	–	–	–	–	2.333.984	2.333.984
Custos							
Custo dos serviços prestados	(a)	–	–	–	(2.111.521)	1.534.308	(577.213)
Despesas de Seguro	(a)	–	–	–	–	(1.913.767)	(1.913.767)
Lucro bruto		–	–	–	744.212	(253.954)	490.258
Receitas (despesas) operacionais							
Despesas comerciais	(a)	(364)	–	(364)	(102.301)	69.645	(32.656)
Gerais e administrativas	(a)	(58.517)	–	(58.517)	(712.530)	263.811	(448.719)
Resultado de equivalência patrimonial	(b)	(22.481)	15.279	(7.202)	–	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(a)	(1.798)	–	(1.798)	14.855	1.595	16.450
Total		(83.160)	15.279	(67.881)	(799.976)	335.051	(464.925)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(83.160)	15.279	(67.881)	(55.764)	81.097	25.333
Resultado financeiro, líquido							
Receitas financeiras		40.062	–	40.062	119.507	–	119.507
Despesas financeiras	(a)	(148.587)	–	(148.587)	(258.596)	(57.948)	(316.544)
Total		(108.525)	–	(108.525)	(139.089)	(57.948)	(197.037)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(191.685)	15.279	(176.406)	(194.853)	23.149	(171.704)
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente		–	–	–	(59.391)	–	(59.391)
Diferido	(c)	16.363	–	16.363	80.436	(7.870)	72.566
Total		16.363	–	16.363	21.045	(7.870)	13.175
Prejuízo do exercício		(175.322)	15.279	(160.043)	(173.808)	15.279	(158.529)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores		(175.322)	15.279	(160.043)	(175.322)	15.279	(160.043)
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		–	–	–	1.514	–	1.514

(a) Mudanças entre as normas CPC 11/IFRS 4 e CPC 50/IFRS 17, cuja as políticas contábeis baseadas nesta nova norma estão descritas na nota explicativa nº 2.7. (b) Refere-se à atualização dos investimentos da controladora relaciona aos impactos da adoção do CPC 50/IFRS 17 nas controladas. (c) Impactos sobre tributos diferidos da adoção do IFRS 17/CPC 50, visto que para fins fiscais referida prática não é adotada, havendo, assim uma diferença temporária entre os registros fiscais e os contábeis. Os impactos sobre tributos foram apurados conforme as alíquotas vigentes e contabilizados contra o patrimônio líquido na data de transição.

Demonstração do valor adicional	**Controladora**			**Consolidado**		
	2022 (originalmente apresentado)	**Ajuste**	**2022 (reapresentado)**	**2022 (originalmente apresentado)**	**Ajuste**	**2022 (reapresentado)**
Receitas	144	–	144	2.978.278	124.617	3.096.895
Prestação de serviços	–	–	–	3.006.318	(2.247.149)	759.169
Resultado de contratos de seguro	–	–	–	–	2.333.984	2.333.984
Outras receitas	144	–	144	23.783	1.849	25.632
Provisão para perda esperada de crédito	–	–	–	(57.823)	35.933	(21.890)
Insumos adquiridos de terceiros	(12.614)	–	(12.614)	(2.069.760)	(261.855)	(2.331.615)
Custo dos serviços prestados	–	–	–	(1.377.767)	1.166.139	(211.628)
Despesas de contrato de seguro				–	(1.913.767)	(1.913.767)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.812)	–	(10.812)	(687.579)	483.468	(204.111)
Perda/Recuperação de valores ativos	(1.522)	–	(1.522)	(31.463)	–	(31.463)
Outras	(280)	–	(280)	27.049	2.305	29.354
Valor adicionado bruto	(12.470)	–	(12.470)	902.518	(137.238)	765.280
Depreciação, amortização e exaustão	(2.291)	–	(2.291)	(115.322)	23.848	(91.474)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(14.761)	–	(14.761)	787.196	(113.390)	673.806
Valor adicionado recebido em transferência	17.581	15.279	32.860	120.332	(66.308)	54.024
Resultado de equivalência patrimonial	(22.480)	15.279	(7.202)	–	–	–
Receitas financeiras	40.061	–	40.062	119.422	(58.442)	60.980
Outros	–	–	–	910	(7.866)	(6.956)
Valor adicionado total a distribuir	2.820	15.279	18.099	907.528	(179.698)	727.830
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal e encargos:	45.778	–	45.777	578.823	(146.799)	432.024
Remuneração direta	45.776	–	45.776	419.638	(67.896)	351.742
Benefícios	2	–	1	127.398	(72.638)	54.760
FGTS	–	–	–	31.787	(6.265)	25.522
Impostos, taxas e contribuições	(16.222)	–	(16.222)	223.137	(37.759)	185.378
Federais	(16.224)	–	(16.224)	148.860	(37.759)	111.101
Estaduais	2	–	2	1.083	–	1.083
Municipais	–	–	–	73.194	–	73.194
Remuneração de capital de terceiros	148.587	–	148.587	279.376	(10.419)	268.957
Juros	148.587	–	148.587	258.511	(494)	258.017
Aluguéis	–	–	–	20.865	(9.925)	10.940
Remuneração de capitais próprios	(175.322)	15.279	(160.043)	(173.808)	15.279	(158.529)
Prejuízo do exercício	(175.322)	15.279	(160.043)	(175.322)	15.279	(160.043)
Participação dos não controladores nos lucros retidos	–		–	1.514	–	1.514
Valor adicionado distribuído	2.820	15.279	18.099	907.528	(179.698)	727.830

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		**Consolidado**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa e bancos	**27**	45	**23.592**	43.568
Certificados de depósitos bancários ("CDBs") e outras aplicações	**265.820**	92.555	**404.824**	254.256
Fundos de investimento	**96.381**	126.744	**106.137**	137.206
	362.228	219.344	**534.553**	435.030

As aplicações financeiras incluem substancialmente operações compromissadas, CDBs e fundos de investimento em renda fixa. As operações compromissadas, realizadas através da compra de títulos com compromisso de recompra por uma instituição financeira por um preço e prazo pré-estabelecido e isentas de IOF, são utilizadas para gestão de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A carteira de aplicações financeiras em operações compromissadas e CDBs possui taxa média de remuneração de 100,8% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. A rentabilidade das aplicações financeiras em fundos de investimento acompanha o valor da cota de tais fundos, conforme variação dos ativos de renda fixa que compõem cada um dos fundos, com remuneração média 108% do CDI.

4. Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	2023	**2022**
Fundo de saúde suplementar (a)	**307.118**	332.305
Total	**307.118**	332.305

(a) As aplicações financeiras relativas ao fundo de saúde suplementar são pertencentes às controladas, operadoras de saúde, e se constituem em lastro, conforme requerido pelo órgão regulador. Esses recursos possuem sua movimentação ou desvinculação sujeita à aprovação prévia, conforme a regulamentação do sistema de saúde suplementar. As aplicações financeiras vinculadas são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação. **5. Contas a receber** – O saldo de contas a receber de clientes incluem operações comerciais com operadoras de saúde, conveniados dos planos de saúde e odontológicos e clientes particulares das controladas da Companhia, líquido da respectiva provisão para perda esperada de crédito e glosas. A composição das contas a receber de clientes é demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2023	**2022**
		(Retificado)
Clientes faturados	**243.490**	173.089
Clientes a faturar (a)	**97.242**	109.505
Cartão de crédito	**6.926**	5.720
(-) Provisão para perda esperada de crédito e glosas	**(65.649)**	(66.308)
Total	**282.009**	222.006

(a) Valor referente receita dos procedimentos realizados e serviços prestados aos beneficiários que ainda estão em processo de faturamento e/ou pendentes de envio aos convênios associados. A composição dos valores a receber dos clientes faturados por idade de vencimento é como segue:

continua …

… continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

	Consolidado 2023	2022 (Reapresentado)
A faturar	**93.456**	109.505
A vencer	**101.537**	77.192
Vencidos:		
Até 90 dias	**42.114**	29.342
Entre 91 e 180 dias	**23.829**	8.992
Entre 181 e 360 dias	**32.518**	13.705
Acima de 360 dias	**54.204**	49.578
Subtotal	**347.658**	288.314
(-) Provisão para perda esperada de crédito	**(65.649)**	(66.307)
Total	**282.009**	222.007

Movimentação da provisão para perda esperada de crédito e glosas: A seguir a movimentação dos exercícios de 2023 e 2022:

Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	**(66.307)**
Baixa por perda efetiva	**84.066**
Complemento de provisão PCLD	**(54.582)**
Complemento de provisão Glosas	**(28.826)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	**(65.649)**

Para maiores informações sobre a política de provisão de perda esperada de créditos e glosas vide Nota 2.17.

6. Estoques

	Consolidado 2023	2022
Medicamentos	**25.882**	29.223
Materiais hospitalares	**19.487**	24.888
Materiais de laboratório	**1.933**	1.006
Materiais de higiene e limpeza	**1.156**	1.196
Almoxarifado	**7.710**	4.625
Outros materiais	**7.544**	1.984
Total	**63.712**	62.922

7. Tributos a recuperar

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
PIS e COFINS a recuperar	**–**	–	**23.426**	16.406
Imposto de renda e contribuição social	**13.692**	10.166	**86619**	71.604
INSS a recuperar	**–**	–	**8.611**	3.611
ISS a recuperar	**–**	–	**4.656**	3.491
Outros impostos	**96**	–	**3.724**	1.750
Total	**13.788**	10.166	**127.036**	96.862
Circulante	**3.442**	–	**116.618**	86.624
Não circulante	**10.346**	10.166	**10.418**	10.238

8. Garantia de reembolso de contingências – ativo indenizatório

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Garantia de reembolso de contingências – GMI	**–**	–	**1.920**	8.473
Garantia de reembolso de contingências – VAH	**–**	–	**28.951**	28.113
Garantia de reembolso de contingências – SAMP	**–**	–	**13.061**	15.554
Garantia de reembolso de contingências – Multivida	**–**	–	**9.370**	10.092
Garantia de reembolso de contingências – Unihosp	**5.932**	9.502	**14.072**	25.388
Garantia de reembolso de contingências – CMM	**–**	–	**8.607**	7.602
Garantia de reembolso de contingências – HCN	**433**	451	**11.534**	10.888
Garantia de reembolso de contingências – Humana Sul	**1.164**	1.448	**10.711**	18.763
Garantia de reembolso de contingências – Sempre Vida	**–**	–	**5.086**	2.539
Garantia de reembolso de contingências – HCA	**91**	87	**1.371**	1.356
Garantia de reembolso de contingências – HSM	**41**	30	**151**	108
Garantia de reembolso de contingências – GSB	**–**	–	**22.976**	49.399
Deposito de garantia de aquisição de minoritários – GMI	**–**	–	**–**	1.321
Total	**7.661**	11.518	**127.810**	179.596

8.1. Movimentação da garantia de reembolso de contingências "GRC" – ativo indenizatório: O saldo de garantia de reembolso de contingências – ativo indenizatório no consolidado é originado pela composição acima. Os riscos legais da Companhia e de suas controladas na combinação de negócios são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimentos entre seus acionistas, mediante penhor das ações e/ou ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia e suas controladas relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes das datas de aquisições das controladas.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.716	216.399
Movimentação de valor (Adição)	877	84.410
Movimentação de valor (Baixa)	(1.931)	(52.175)
Ajuste de preço – GSB	–	(7.024)
Ajuste de preço – VAH	–	(7.126)
Compensação entre GRC e contas a pagar – aquisição de empresas (Nota 18)	–	(39.781)
Recebimento de indenizações	–	(2.000)
Atualização de provisão para demandas judiciais (Nota 20.1)	(4.144)	(13.107)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.518	179.596
Movimentação de valor (Adição)	**614**	**35.355**
Movimentação de valor (Baixa)	**(4.183)**	**(20.031)**
Compensação entre GRC e contas a pagar – aquisição de empresas (Nota 18)	**–**	**(27.651)**
Recebimento de indenizações	**6.362**	**(1.441)**
Troca de ações	**(6.362)**	**(6.362)**
Atualização de provisão para demandas judiciais (Nota 20.1)	**(288)**	**(31.656)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**7.661**	**127.810**

9. Investimentos – Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta o seguinte saldo de investimento:

	Participação direta	Controladora 2023	2022 (Reapresentado)
Athena Healthcare Holding S.A.	100%	**2.465.617**	2.270.706
Hospital do Coração de Natal Ltda. (Nota 1.2)	3,67%	**–**	43.331
Unihosp Serviços de Saúde Ltda. (Nota 1.2)	1,11%	**–**	95.372
Athena Saúde Espírito Santo Holding S.A. (Nota 1.2)	6,71%	**–**	46.908
Hospital das Clínicas de Alagoinhas Ltda. (Nota 1.2)	6,01%	**8.061**	7.437
Hospital Bom Samaritano de Maringá Ltda. (Nota 1.2)	2,67%	**2.709**	2.441
Humana Saúde Sul Ltda. (Nota 1.2)	0,14%	**258**	294
Humana Assistência Médica Ltda. (Nota 1.2)	0,01%	**14**	–
Serviços e Assistência Médica Especializada Ltda. (Nota 1.2)	6,71%	**19.648**	–
SAMP – Espírito Santo Assistência Médica Ltda. (Nota 1.2)	6,71%	**19.838**	–
São Bernardo Apart Hospital S.A. (Nota 1.2)	6,54%	**7.690**	–
Total		**2.523.835**	2.466.489

Composição do saldo de investimento

	2022 (Reapresentado)	Incorporações	Dividendos	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Outras (a)	2023	Investimento	Controladora Ágio por rentabilidade futura
Athena Healthcare	2.270.706	**–**	**–**	**59.044**	**133.473**	**2.394**	**2.465.617**	**2.465.617**	–
HCN	43.331	**(43.337)**	**–**	**–**	**15**	**(9)**	**–**	**–**	**–**
Unihosp	95.372	**(95.231)**	**–**	**–**	**(12)**	**(129)**	**–**	**–**	**–**
ASES	46.908	**–**	**–**	**–**	**1.292**	**(48.200)**	**–**	**–**	**–**
HCA	7.437	**–**	**–**	**–**	**321**	**303**	**8.061**	**3.142**	**4.919**
HBSM	2.441	**–**	**–**	**–**	**(42)**	**310**	**2.709**	**2.709**	**–**
Humana Saúde Sul	294	**–**	**(42)**	**–**	**16**	**(10)**	**258**	**258**	**–**
Humana Assistência	–	**–**	**–**	**13**	**–**	**1**	**14**	**14**	**–**
Sames	–	**–**	**(1.239)**	**–**	**707**	**20.180**	**19.648**	**19.648**	**–**
Samp	–	**–**	**(1.832)**	**120**	**1.453**	**20.097**	**19.838**	**19.838**	**–**
São Bernardo Apart.	–	**–**	**–**	**–**	**306**	**7.384**	**7.690**	**7.690**	**–**
Total	2.466.489	**(138.568)**	**(3.113)**	**59.177**	**137.529**	**2.321**	**2.523.835**	**2.518.916**	**4.919**

	2021	Incorporações	Adoção CPC 50/IFRS 17	Dividendos	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Outras (a)	2022 (Reapresentado)	Investimento	Controladora Ágio por rentabilidade futura
Athena Healthcare	2.013.961	–	25.775	–	242.545	(12.193)	618	2.270.706	2.270.706	–
HCN	43.291	–	–	(619)	83	679	(103)	43.331	2.444	40.887
Unihosp	96.982	–	–	(33)	28	(38)	(1.567)	95.372	4.653	90.719
Athena Nordeste	29.098	(29.324)	–	–	–	162	64	–	–	–
ASES	43.882	–	–	–	–	3.112	(86)	46.908	46.908	–
Humana Saúde Sul	8.115	(8.003)	–	–	–	3	(115)	–	–	–
HCA	8.455	–	–	–	–	245	(1.263)	7.437	2.518	4.919
São Marcos	20.587	(19.931)	–	(1.370)	–	933	(219)	–	–	–
Athena Bahia	–	(2.000)	–	–	2.000	–	–	–	–	–
HBSM	–	–	–	–	2.894	(118)	(335)	2.441	2.441	–
Humana Saúde Sul	–	–	–	(14)	256	13	39	294	294	–
Total	2.264.371	**(59.258)**	**25.775**	**(2.036)**	**247.806**	**(7.202)**	**(2.967)**	**2.466.489**	**2.329.964**	**136.525**

(a) Corresponde a amortização de mais-valia e transações de capital no patrimônio da controlada. Informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022: As informações financeiras consolidadas resumidas relativas as controladas nas quais a Companhia possui participação são as seguintes:

Empresas	2023 Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	2022 Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício (Reapresentado)
ASG	**73.766**	**209**	**73.557**	**445**	72.229	325	71.904	(1.302)
Athena Healthcare	**2.608.817**	**143.200**	**2.465.617**	**133.473**	2.316.111	45.405	2.270.706	(12.193)
ASES	**–**	**–**	**–**	**19.238**	742.480	43.780	698.700	46.021
Athena Nordeste	**–**	**–**	**–**	**–**	–	–	–	1.167
Ativa	**–**	**–**	**–**	**–**	–	–	–	(117)
CALL	**–**	**–**	**–**	**–**	–	–	–	770
CSSB	**176.018**	**91.274**	**84.744**	**40.462**	160.996	74.872	86.124	40.622
CME	**–**	**–**	**–**	**–**	–	–	–	(583)
CMM	**75.534**	**30.060**	**45.474**	**1.995**	77.177	43.584	33.593	(17.724)
Plena	**–**	**–**	**–**	**(2.063)**	8.881	1.911	6.970	(1.285)
CLC	**–**	**–**	**–**	**(611)**	5.637	8.139	(2.502)	(1.979)
HBSM	**236.688**	**134.771**	**101.917**	**(1.105)**	218.950	127.528	91.422	(9.613)
HCA	**71.414**	**26.777**	**44.637**	**7.187**	61.463	27.913	33.550	4.070
HCN	**–**	**–**	**–**	**397**	142.038	81.450	60.588	18.515
HMCR	**76.143**	**40.753**	**35.390**	**(3.755)**	84.533	45.387	39.146	(9.864)
Med Imagem	**778.616**	**120.900**	**657.716**	**5.817**	741.064	150.489	590.575	(32.331)
Santa Maria	**99.526**	**57.633**	**41.893**	**(2.794)**	95.879	66.786	29.093	1.952
São Pedro	**28.862**	**8.938**	**19.924**	**1.931**	25.257	8.139	17.118	(1.491)
São Marcos	**–**	**–**	**–**	**–**	–	–	–	3.404
Humana	**1.633.457**	**314.573**	**1.318.884**	**(636)**	1.312.666	199.619	1.113.047	(68.126)
IRSL	**15.245**	**5.483**	**9.762**	**(1.161)**	22.651	11.728	10.923	(900)
Medplan	**–**	**–**	**–**	**3.583**	159.891	58.661	101.230	(1.367)
Multivida	**–**	**–**	**–**	**–**	349.763	14.571	335.192	(2.037)
Humana Saúde Sul	**–**	**–**	**–**	**–**	–	–	–	489
SAMP	**432.836**	**137.260**	**295.576**	**27.300**	310.520	104.830	205.690	17.995
Humana Sul	**342.824**	**131.529**	**211.295**	**20.118**	358.392	139.452	218.940	8.382
SBAH	**140.305**	**25.694**	**114.611**	**9.753**	54.332	20.841	33.491	11.306
SBE	**–**	**–**	**–**	**–**	–	–	–	35
Hemodinâmica	**–**	**–**	**–**	**–**	–	–	–	(64)
SAMES	**387.991**	**95.352**	**292.639**	**26.465**	515.398	132.216	383.182	34.488
Unihosp	**–**	**–**	**–**	**(1.032)**	218.219	94.560	123.659	(2.744)
VAH	**207.885**	**152.486**	**55.399**	**2.985**	233.913	149.264	84.649	(3.780)

10. Imobilizado – A movimentação em 31 de dezembro de 2023 e 2022 dos saldos do consolidado da Companhia foi a seguinte:

	Controladora 2022	Adição	Depreciação	2023
Computadores e periféricos	28	**1**	**(20)**	**9**
Benfeitorias	266	**–**	**(26)**	**240**
Edificações	–	**4**	**–**	**4**
Máquinas e equipamentos	938	**348**	**(270)**	**1.016**
Móveis e utensílios	513	**33**	**(80)**	**466**
Veículos	2	**–**		**2**
	1.747	**386**	**(396)**	**1.737**

	Consolidado 2022	Adição	Baixas	Depreciação	Transferência	2023
Terrenos	**35.732**	**–**	**–**	**–**	**–**	**35.732**
Computadores e periféricos	**18.218**	**2.372**	**(280)**	**(5.959)**	**477**	**14.828**
Benfeitorias	**31.976**	**6.175**	**(861)**	**(4.456)**	**24.416**	**57.250**
Edificações	**172.307**	**22**	**–**	**(4.573)**	**61**	**167.817**
Instalações	**3.684**	**69**	**(1)**	**(476)**	**319**	**3.595**
Máquinas e equipamentos	**105.630**	**14.009**	**(109)**	**(23.146)**	**1.243**	**97.627**
Móveis e utensílios	**28.942**	**4.133**	**(101)**	**(3.960)**	**430**	**29.444**
Veículos	**1.190**	**–**	**–**	**(327)**	**208**	**1.071**
Outros imobilizados	**53.244**	**19.361**	**(1.826)**	**(259)**	**(27.154)**	**43.366**
	450.923	**46.141**	**(3.178)**	**(43.156)**	**–**	**450.730**
Direito de uso	**226.204**	**46.790**	**(8.373)**	**(37.704)**	**–**	**226.917**
Total	**677.127**	**92.931**	**(11.551)**	**(80.860)**	**–**	**677.647**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladoras concluíram que não há indícios de que os ativos possam ter sofrido desvalorização.

	2021	Adição	Baixas/Impairment	Depreciação	Transferência	2022
Terrenos	35.732	–	–	–	–	35.732
Computadores e periféricos	20.424	4.653	(720)	(6.357)	218	18.218
Benfeitorias	29.002	4.302	(40)	(3.543)	2.255	31.976
Edificações	175.836	15	(116)	(4.973)	1.545	172.307
Instalações	1.825	238	11	(381)	1.991	3.684
Máquinas e equipamentos	117.589	13.132	(3.718)	(24.865)	3.492	105.630
Móveis e utensílios	27.412	6.150	(958)	(3.757)	95	28.942
Veículos	1.373	285	(34)	(421)	(13)	1.190
Outros imobilizados	44.072	19.269	(365)	(149)	(9.583)	53.244
	453.265	48.044	(5.940)	(44.446)	–	450.923
Direito de uso	233.620	27.056	(2.664)	(31.808)	–	226.204
Total	686.885	75.100	(8.604)	(76.254)	–	677.127

Uma perda por impairment de R$ 4.136 foi reconhecida em relação à UGC Hospital Marechal Candido Rondon S.A., durante o exercício de 2022, resultado na baixa do valor contábil do ativo imobilizado da UGC para seu valor recuperável. Adicionalmente a Companhia e suas controladas efetuaram a revisão das vidas úteis cujos efeitos foram reconhecidos prospectivamente. **11. Direito de uso e passivo de arrendamento** – O Grupo possui arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis e equipamentos e prestação de serviços utilizando as cláusulas normais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos. A taxa nominal de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseado em cotações efetuadas com instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes aos contratos de arrendamento.

Movimentação do consolidado

	Consolidado 2023	2022
Direito de uso (registrado no ativo imobilizado)		
Saldo no início do exercício	**226.204**	233.620
Novos contratos e remensuração de contratos existentes	**46.790**	27.056
Depreciação	**(37.704)**	(31.808)
Baixa (a)	**(8.373)**	(2.664)
Saldo no final do exercício	**226.917**	226.204
	2023	2022
Arrendamentos a pagar (registrado no passivo exigível)		
Saldo no início do exercício	**248.595**	247.797
Novos contratos e remensuração de contratos existentes	**46.790**	27.056
Baixa por pagamento de passivos de arrendamento	**(67.638)**	(49.323)
Juros sobre passivos de arrendamento	**28.463**	25.671
Baixa (a)	**(1.260)**	(2.606)
Saldo no final do exercício	**254.950**	248.595
Circulante	**25.857**	23.768
Não Circulante	**229.093**	224.827
	254.950	248.595
Despesa de depreciação com arrendamento	**(37.138)**	(31.808)
Despesas financeiras de juros com passivos de arrendamento	**(28.463)**	(25.671)
Efeito do arrendamento	**(65.601)**	(57.479)

a) Baixas referentes a contratos rescindidos no período: A Companhia não possui direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, uma vez que as nossas operações de planos de saúde e hospitais são enquadradas no regime cumulativo. A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis. Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de maturidade de seus contratos é apresentada a seguir:

Consolidado (nominal)	2023
2024	**51.615**
2025	**45.312**
2026	**41.318**
2027	**39.556**
2028	**35.311**
2029 a 2041	**217.681**
Valores não descontados	**430.793**
Juros embutidos	**(175.843)**
Passivo de arrendamento	**254.950**

Fluxo de pagamentos futuros	2024	2025	2026	2027	2028	Consolidado 2027 a 2041
Fluxo de desembolso sem AVP	**51.615**	**45.312**	**41.318**	**39.556**	**35.311**	**217.681**
Cenário com inflação	**53.561**	**46.902**	**42.764**	**40.940**	**36.370**	**224.212**

(*) Taxas obtidas através das projeções divulgadas pelo boletim Focus. Complementarmente, os usuários dessas informações contábeis podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nesta nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.

12. Intangível

	Taxa média anual de amortização	Controladora 2022	Adição	Amortização	2023
Marca com vida útil definida	5%	631	**–**	**(79)**	**552**
Carteira de clientes	11%	666	**2.941**	**(1.507)**	**2.100**
Software e outros	10%	351	**–**	**(98)**	**253**
Total		1.648	**2.941**	**(1.684)**	**2.905**
Ágio por rentabilidade futura (a)		21.275	**131.606**	**–**	**152.881**
Total		22.923	**134.547**	**(1.684)**	**155.786**

(a) Adição decorrente da incorporação da Unihosp pela Humana NE, conforme mencionado na nota explicativa 1.1

continua …

… continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

	Taxa média anual de amortização	2022	Adição	Baixas	Amortização	Transferência	Consolidado 2023
Marca sem vida útil definida		10.350	–	–	(323)	(3.362)	6.665
Marca com vida útil definida	5%	22.523	–	–	(1.172)	3.362	24.713
Carteira de clientes	11%	257.935	371	–	(32.432)	–	225.874
Software e outros	10%	88.710	27.028	(2.220)	(15.572)	–	97.946
Total		379.518	27.399	(2.220)	(49.499)	–	355.198
Ágio por rentabilidade futura		1.233.872	–	–	–	–	1.233.872
Total		1.613.390	27.399	(2.220)	(49.499)	–	1.589.070

	Taxa média anual de amortização	2021	Adição (b)	Baixas/ Impairment (c)	Amortização	Transferência	2022
Marca sem vida útil definida		10.385	–	–	–	(35)	10.350
Marca com vida útil definida	5%	23.914	–	–	(1.529)	138	22.523
Carteira de clientes	11%	280.061	10.264	(341)	(30.810)	(1.239)	257.935
Software e outros	10%	53.130	43.291	(880)	(6.729)	(102)	88.710
Total		367.490	53.555	(1.221)	(39.068)	(1.238)	379.518
Ágio por rentabilidade futura		1.242.577	21.175	(31.118)	–	1.238	1.233.872
Total		1.610.067	74.730	(32.339)	(39.068)		– 1.613.390

(b) Adição decorrente dos ajustes nos valores provisórios contabilizados na aquisição em especial das empresas HCA e Grupo São Bernardo. Conforme disposto no CPC 15 – Combinação de Negócios, durante o período de mensuração, o adquirente deve reconhecer os ajustes nos valores provisórios da combinação de negócios e ajustá-los quando necessário. (c) Baixa do valor contábil das UGCs Hospital das Clínicas de Alagoinha S.A. e Hospital Marechal Cândido Rondon S.A. ao seu valor recuperável através do reconhecimento de uma perda por impairment em contrapartida ao ágio nos montantes de R$ 25.331 e R$ 5.256, respectivamente. Para maiores detalhes vide nota 14.1 – Teste de redução ao valor recuperável. **12.1. Teste de redução ao valor recuperável – *impairment:*** O ágio é submetido anualmente, ou sempre que apresentar indícios, à teste de redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023, o valor recuperável foi superior aos seus valores contábeis e não foi identificada necessidade de redução dos seus valores contábeis. O teste de impairment foi realizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos/ IAS 36 e os valores de ágio foram alocados por Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), assim como os ativos intangíveis com vida útil indefinida. O Grupo determina o valor recuperável de uma UGC com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de dez anos. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio e outros ativos de vida útil indefinida foram alocados para as unidades geradoras de caixa (UGC) do Grupo (divisões operacionais) como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Grupo CMM	**71.426**	71.426
CSSB	**123.927**	123.927
Humana Saúde Sul	**61.076**	61.076
HBSM	**63.678**	63.678
HCA	**85.732**	85.732
HCN	**222.582**	222.582
HMCR – Operadora	**15.768**	15.768
São Pedro	**7.044**	7.044
Humana	**31.557**	31.557
Med Imagem	**20.255**	20.255
Medplan	**14.532**	14.532
Plena	**4.195**	4.195
Samp	**150.448**	150.448
Santa Maria	**18.943**	18.943
SBAH	**54.388**	54.388
Humana Saúde Sul	**55.142**	55.142
UNIHOSP	**215.848**	215.848
VAH	**17.331**	17.331
	1.233.872	1.233.872

O Grupo realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e considerou, entre outros fatores, as seguintes premissas relevantes:

WACC	2023	2022
Hospitais	**13,6%**	15,13%
Planos	**15,4%**	17,97%

A média das seguintes premissas macro foram utilizadas para o período de abrangência dos cálculos:

	2023	2022
IPCA	**4,87%**	5,8%
PIB	**2,93%**	3,1%
SELIC	**11,69%**	13,8%
Custo médio da dívida	**13,8%**	16,8%

As premissas utilizadas no cálculo contemplam indicadores macroeconômicos que são obtidos com base em índices publicados, além de considerar riscos no mercado atual e riscos individuais do negócio, crescimento orgânico e verticalização da Companhia. As estimativas de resultado levam em consideração a experiência passada, ajustado principalmente pelos seguintes fatores: • Crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento históricos e o plano de negócios atualizado do Grupo; • Presume-se que o preço dos serviços aumente em linha com a inflação prevista para os próximos anos; • As premissas de custos e despesas operacionais seguiram a linha das utilizadas para receita de modo que venham a refletir os comportamentos históricos, efeitos do plano de negócios do Grupo para os próximos anos, assim como condições mercadológicas; • As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. Para um período acima de cinco anos, é usada uma taxa que baliza um cenário de crescimento conservador em níveis da inflação, que foi estimada para os períodos subsequentes, e esta taxa é de 3,5% a.a. A Administração da Companhia acredita que essa taxa de crescimento é justificada com base no planejamento estratégico do Grupo para os próximos anos e de projeções de mercado. Em 2002 a perda por *impairment* das UGCs Hospital das Clínicas de Alagoinha S.A. e Hospital Marechal Cândido Rondon S.A. decorre, substancialmente, da ociosidade operacional dos hospitais. O teste de *impairment* realizado em 2022 indicou perda no nível dos ativos da UGC Hospital Marechal Cândido Rondon S.A. (ativo imobilizado), no valor de R$ 4.136, em mais valia no valor de R$ 875 e no ágio no valor de R$ 5.256. A UGC Hospital das Clínicas de Alagoinha S.A. sofreu perda por *impairment* no ágio no montante de R$ 25.331. Não foram identificados indicativos de perda por *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

13. Contratos de seguro

	Consolidado – 2023 PAA	BBA	Total
Passivo de contratos de seguro	**(66.822)**	**–**	**(66.822)**
Ativo do contrato de seguro	**2.811**	**48.369**	**51.180**

	Consolidado – 2022 PAA	BBA	Total
Passivo de contratos de seguro	(113.189)	(8.843)	(122.032)
Ativo do contrato de seguro	515	9.772	10.287

(a) Movimentação dos contratos de seguros – PAA

	Passivos para cobertura remanescente (LRC) Excluindo o componente de perda	Passivo para sinistros ocorridos (LIC) Estimativa do VP dos Fluxos de Caixa	Ajuste ao Risco	Total
Ativos de contrato de seguro	515	–	–	515
Passivos de contrato de seguro	99.323	(210.178)	(2.334)	(113.189)
Contrato de seguro líquido ativos/passivos em 01/01/2023	**99.838**	**(210.178)**	**(2.334)**	**(112.674)**
Receita de seguro	**1.754.155**	**–**	**–**	**1.754.155**
Contratos mensurados pela abordagem retrospectiva modificada	1.754.155	–	–	1.754.155
Despesas de serviço de seguro	**(38.285)**	**(1.427.883)**	**2.372**	**(1.463.796)**
Sinistros incorridos e outras despesas	–	(1.427.883)	2.372	(1.425.511)
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	(38.285)	–	–	(38.285)
Resultado do serviço de seguro	**1.715.870**	**(1.427.883)**	**2.372**	**290.359**
Resultado Financeiro de seguros	–	(13.477)	(38)	(13.515)
Mudanças totais na demonstração de resultado	**1.715.870**	**(1.441.360)**	**2.334**	**276.844**
Prêmios recebidos	(1.706.368)	–	–	(1.706.368)
Sinistros e outras despesas pagas	–	1.425.199	–	1.425.199
Fluxos de caixa de aquisição de seguro	52.988	–	–	52.988
Total de Fluxos de caixa	**(1.653.380)**	**1.425.199**	**–**	**(228.181)**
Contrato de seguro líquido ativo/passivo em 31/12/2023	**162.328**	**(226.339)**	**–**	**(64.010)**
Ativos de contrato de seguro	2.855	**(44)**	**–**	2.811
Passivos de contrato de seguro	159.473	**(226.295)**	**–**	(66.822)
Contrato de seguro líquido ativos/passivos em 31/12/2023	**162.328**	**(226.339)**	**–**	**(64.011)**

	Passivos para cobertura remanescente (LRC) Excluindo o componente de perda	Passivo para sinistros ocorridos (LIC) Estimativa do VP dos Fluxos de Caixa	Ajuste ao Risco	Total
Ativos de contrato de seguro	358	(21)	–	337
Passivos de contrato de seguro	54.833	(190.278)	(3.055)	(138.500)
Contrato de seguro líquido ativos/passivos em 01/01/2022	**55.191**	**(190.299)**	**(3.055)**	**(138.163)**
Receita de seguro	**1.577.861**	**–**	**–**	**1.577.861**
Contratos mensurados pela abordagem retrospectiva modificada	1.577.861	–	–	1.577.861
Despesas de serviço de seguro	**(41.227)**	**(1.243.975)**	**991**	**(1.284.211)**
Sinistros incorridos e outras despesas	–	(1.243.975)	991	(1.242.984)
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	(41.227)			(41.227)
Resultado do serviço de seguro	**1.536.634**	**(1.243.975)**	**991**	**293.650**
Resultado financeiro de seguros	–	(14.934)	(270)	(15.204)
Mudanças totais na demonstração de resultado	**1.536.634**	**(1.258.909)**	**721**	**278.446**
Prêmios recebidos	(1.549.947)	–	–	(1.549.947)
Sinistros e outras despesas pagas	–	1.239.030	–	1.239.030
Fluxos de caixa de aquisição de seguro	57.960	–	–	57.960
Total de Fluxos de caixa	**(1.491.987)**	**1.239.030**	**–**	**(1.491.987)**
Contrato de seguro líquido ativo/passivo em 31/12/2022	**99.838**	**(210.178)**	**(2.334)**	**(112.674)**
Ativos de contrato de seguro	515	**–**	**–**	**515**
Passivos de contrato de seguro	99.323	(210.178)	**(2.334)**	**(113.189)**
Contrato de seguro líquido ativos/passivos em 31/12/2022	**99.838**	**(210.178)**	**(2.334)**	**(112.674)**

2023	Passivos para cobertura remanescente (LRC) Excluindo o componente de perda	Compo-nente de perda	Passivo para sinistros ocorridos (LIC) Estimativa do VP dos Fluxos de Caixa	Ajuste ao Risco	Total
Ativos de contrato de seguro	9.772	–	–	–	9.772
Passivos de contrato de seguro	92.567	(8.960)	(91.543)	(907)	(8.843)
Contrato de seguro líquido ativos/passivos em 01/01/2023	**102.339**	**(8.960)**	**(91.543)**	**(907)**	**929**
Receita de seguro	**760.567**	**–**	–	–	**760.567**
Contratos mensurados pela abordagem retrospectiva modificada	760.567	–	–	–	760.567
Despesas de serviço de seguro	**(19.060)**	**(14.763)**	**(710.190)**	**76**	**(743.937)**
Sinistros incorridos e outras despesas	–	8.902	(710.190)	76	(701.212)
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	(19.060)	–	–	–	(19.060)
Perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas	–	(23.665)	–	–	(23.665)
Resultado do serviço de seguro	**741.507**	**(14.763)**	**(710.190)**	**76**	**16.630**
Resultado financeiro de seguros	56.141	(316)	(4.287)	(72)	51.466
Mudanças totais na demonstração de resultado	**797.648**	**(15.079)**	**(714.477)**	**4**	**68.096**
Fluxos de Caixa		–	–	–	
Prêmios recebidos	(770.323)	–	–	–	(770.323)
Sinistros e outras despesas pagas	–	–	724.982	–	724.982
Fluxos de caixa de aquisição de seguro	24.685	–	–	–	24.685
Total de Fluxos de caixa	**(745.638)**	**–**	**724.982**	**–**	**(20.656)**
Contrato de seguro líquido (ativos)/passivos em 31/12/2023	**154.349**	**(24.039)**	**(81.038)**	**(903)**	**48.369**
Ativos de contrato de seguro	154.349	(24.039)	(81.038)	(903)	48.369
Passivos do contrato de seguro	–	–	–	–	–
Contrato de seguro líquido (ativos)/passivos em 31/12/2023	**154.349**	**(24.039)**	**(81.038)**	**(903)**	**48.369**

2022	Passivos para cobertura remanescente (LRC) Excluindo o componente de perda	Compo-nente de perda	Passivo para sinistros ocorridos (LIC) Estimativa do VP dos Fluxos de Caixa	Ajuste ao Risco	Total
Ativos de contrato de seguro	9.563	–	(50)	(1)	9.512
Passivos de contrato de seguro	54.061	–	(73.674)	(1.442)	(21.055)
Contrato de seguro líquido ativos/passivos em 01/01/2022	**63.624**	**–**	**(73.724)**	**(1.443)**	**(11.543)**
Receita de seguro	**756.122**	**–**	–	–	**756.122**
Contratos mensurados pela abordagem retrospectiva modificada	756.122	–	–	–	756.122
Despesas de serviço de seguro	**(18.947)**	**(8.955)**	**(602.279)**	**623**	**(629.558)**
Sinistros incorridos e outras despesas	–	1.231	(602.279)	623	(600.425)
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	(18.947)	–	–	–	(18.947)
Perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas	–	(10.186)	–	–	(10.186)
Resultado do serviço de seguro	**737.175**	**(8.955)**	**(602.279)**	**623**	**126.564**
Resultado financeiro de seguros	(38.344)	(5)	(4.802)	(87)	(43.238)
Mudanças totais na demonstração de resultado	**698.831**	**(8.960)**	**(607.081)**	**536**	**83.326**
Fluxos de caixa					
Prêmios recebidos	(689.379)	–	–	–	(689.379)
Sinistros e outras despesas pagas	–	–	589.262	–	589.262
Fluxos de caixa de aquisição de seguro	29.263	–	–	–	29.263
Total de fluxos de caixa	**(660.116)**	**–**	**589.262**	**–**	**(70.854)**
Contrato de seguro líquido (ativos)/passivos em 31/12/2022	**102.339**	**(8.960)**	**(91.543)**	**(907)**	**929**
Ativos de contrato de seguro	9.772	–	–	–	9.772
Passivos de contrato de seguro	92.567	(8.960)	(91.543)	(907)	(8.843)
Contrato de seguro líquido (ativos)/passivos em 31/12/2022	**102.339**	**(8.960)**	**(91.543)**	**(907)**	**929**

(c) Movimentação da margem de seguro

2023	Estimativa do VP dos Fluxos de Caixa	Ajuste ao Risco	Margem de Seguro Contratual	Total
Saldo inicial dos ativos de contrato de seguro	45.209	(351)	(35.086)	9.772
Saldo inicial dos passivos de contrato de seguro	603.634	(49.303)	(563.174)	(8.843)
Saldo inicial no exercício 01/01/2023	**648.843**	**(49.654)**	**(598.260)**	**929**
Mudanças relativas ao serviço corrente	**112.348**	**11.251**	**96.294**	**219.893**
CSM reconhecida como serviço prestado	–	–	96.294	96.294
Ajuste ao risco reconhecido como risco expirado	–	11.251	–	11.251
Ajustes de Experiência	112.348	–	–	112.348
Mudanças relativas ao serviço futuro	**(125.517)**	**(53.112)**	**154.963**	**(23.666)**
Contratos reconhecidos incialmente no período	58.086	(10.769)	(47.675)	(358)
Mudanças em estimativas que afetam a CSM	(192.347)	(44.216)	236.563	–
Mudanças em estimativas que não afetam a CSM	8.744	1.873	–	10.617
Mudanças nas estimativas que resultam em perdas e reversão de perdas em contratos	**–**	**–**	**(33.925)**	**(33.925)**
Mudanças relativas ao serviço passado	**(184.257)**	**4.659**	**–**	**(179.598)**
Ajustes no passivo de Eventos ocorridos	(184.257)	4.659	–	(179.598)
Amortização de custos de aquisição	–	–	–	–
Resultado serviço de seguro	**(197.426)**	**(37.202)**	**251.257**	**16.629**
Resultado Financeiro de Seguros	**88.277**	**(8.056)**	**(28.757)**	**51.464**
Total das Mudanças no Resultado	**(109.149)**	**(45.258)**	**222.500**	**68.093**
Fluxos de Caixa				
Prêmios Recebidos	(770.323)	–	–	(770.323)
Sinistros e despesas pagas	724.982	–	–	724.982
Fluxos de caixa de aquisição de seguro	24.688	–	–	24.688
Total de Fluxos de Caixa	**(20.653)**	**–**	**–**	**(20.653)**
Contratos de seguros líquidos ativo/passivo em 31/12/2023	**519.041**	**(94.912)**	**(375.760)**	**48.369**
Saldo inicial dos ativos de contrato de seguro	**519.041**	**(94.912)**	**(375.760)**	**48.369**
Saldo inicial dos passivos de contrato de seguro	**–**	**–**	**–**	**–**
Contrato de seguro líquido ativo/passivo em 31/12/2023	**519.041**	**(94.912)**	**(375.760)**	**48.369**

2022	Estimativa do VP dos Fluxos de Caixa	Ajuste ao Risco	Margem de Seguro Contratual	Total
Saldo inicial dos ativos de contrato de seguro	45.137	(327)	(35.300)	9.510
Saldo inicial dos passivos de contrato de seguro	752.786	(45.456)	(728.385)	(21.055)
Saldo inicial no exercício 01/01/2022	**797.923**	**(45.783)**	**(763.685)**	**(11.545)**
Mudanças relativas ao serviço corrente	**26.066**	**7.026**	**138.384**	**171.476)**
CSM reconhecida como serviço prestado	–	–	138.384	138.384
Ajuste ao risco reconhecido como risco expirado	–	7.026	–	7.026
Ajustes de Experiência	26.066	–	–	26.066
Mudanças relativas ao serviço futuro	**(64.908)**	**(15.117)**	**69.840**	**(10.185)**
Contratos reconhecidos incialmente no período	82.266	(7.975)	(80.631)	(6.340)
Mudanças em estimativas que afetam a CSM	(146.872)	(6.102)	152.974	–
Mudanças em estimativas que não afetam a CSM	(302)	(1.040)	–	(1.342)
Mudanças nas estimativas que resultam em perdas e reversão de perdas em contratos	**–**	**–**	**(2.503)**	**(2.503)**
Mudanças relativas ao serviço passado	**(40.177)**	**5.451**	**–**	**(34.726)**
Ajustes no passivo de Eventos ocorridos	(40.177)	5.451	–	(34.726)
Resultado serviço de seguro	**(79.019)**	**(2.640)**	**208.224**	**126.565**
Resultado Financeiro de Seguros	**792**	**(1.231)**	**(42.799)**	**(43.238)**
Total das Mudanças no Resultado	**(78.227)**	**(3.871)**	**165.425**	**83.327**
Fluxos de Caixa				
Prêmios recebidos	(689.379)	–	–	(689.379)
Sinistros e outras despesas pagas	589.262	–	–	589.262
Fluxos de caixa de aquisição de seguro	29.264	–	–	29.264
Total de Fluxos de Caixa	**70.853**	**–**	**–**	**70.853**
Contratos de seguros líquidos ativo/passivo em 31/12/2022	**(648.843)**	**49.654**	**598.260**	**(929)**
Ativos de contrato de seguro em 31/12/2022	45.209	(351)	(35.086)	9.772
Passivos do contrato de seguro em 31/12/2022	603.634	(49.303)	(563.174)	(8.843)
Contratos de seguros líquidos ativo/passivo em 31/12/2022	**648.843**	**(49.654)**	**(598.260)**	**929**

(c) Realização da margem de cobertura – CSM

	Até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos	Consolidado 2023 Total
Seguro Direto	76.081	59.990	47.432	37.607	29.899	124.751	**375.760**

	Até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos	Consolidado 2022 Total
Seguro Direto	119.978	95.168	75.617	60.187	47.992	199.318	598.260

(d) Rentabilidade dos Contratos de Seguros

	2023 Contratos Emitidos Não onerosos	Onerosos	Total	2022 Contratos Emitidos Não onerosos	Onerosos	Total
Estimativa do valor presente das saídas de fluxos de caixa futuros, excluindo custos de aquisição	(388.247)	(23.870)	(412.117)	(337.143)	(72.389)	(409.532)
Estimativa das saídas de fluxos de caixa de custos de aquisição	(29.291)	(2.764)	(32.055)	(37.351)	(13.944)	(51.295)
Estimativas das futuras saídas de fluxos de caixa a valor presente	**(417.538)**	**(26.634)**	**(444.172)**	**(374.494)**	**(86.333)**	**(460.827)**
Estimativa do valor presente das entradas de fluxos de caixa futuros	475.395	26.864	502.259	461.609	81.484	543.093
Ajuste de Risco	(10,182)	(587)	(10.769)	(6.484)	(1.491)	(7.975)
CSM	(47.675)	–	(47.675)	(80.631)	–	(80.631)
Perdas em contratos onerosos no reconhecimento inicial	**–**	**(357)**	**(357)**	**–**	**(6.340)**	**(6.340)**

continua …

… continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

14. Empréstimos e financiamentos – Os empréstimos e financiamentos foram obtidos, basicamente, para aquisição de ativo imobilizado e para capital de giro e são compostos como segue:

			Controladora		Consolidado	
Contrato/Modalidade	**Custo da dívida (% a.a.)**	**Vencimento**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Debêntures	CDI + 2,3%	2026 – 2027	**1.072.325**	1.074.378	**1.072.325**	1.074.378
Cédula de Crédito Bancário – 4131	CDI + 1,6%	2025	**–**	–	**58.906**	106.257
Leasing – Investimentos	6,1% a 15,4%	2022 – 2026	**–**	–	**583**	925
Contrato de Empréstimo – General Electric Healthcare Financial Services	Variação cambal + Libor + 5,5% a 6,3%	2022 – 2024	**–**	–	**30**	412
			1.072.325	1.074.378	**1.131.844**	1.181.972
Circulante			**324.916**	54.761	**372.765**	104.449
Não circulante			**747.409**	1.019.617	**759.079**	1.077.523

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	1.024.665	1.193.054
Adição	300.000	300.000
Juros incorridos e apropriação de custos	145.199	162.481
Amortizações	(275.000)	(334.904)
Juros pagos	(120.223)	(138.298)
Variação cambial	–	(98)
Custo de emissão	(3.035)	(3.035)
Amortização de custo de transação	2.772	2.772
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	1.074.378	1.181.972
Adição	**–**	**306**
Juros incorridos	**153.497**	**164.541**
Amortizações	**–**	**(48.778)**
Juros pagos	**(158.555)**	**(169.091)**
Variação cambial	**–**	**(110)**
Amortização do custo de transação	**3.005**	**3.004**
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**1.072.325**	**1.131.844**

Os vencimentos das parcelas classificadas no não circulante em 2023 são os seguintes:

Ano de vencimento	**Controladora**	**Consolidado**
2025	**339.863**	**351.547**
2026	**340.917**	**340.923**
2027	**66.629**	**66.609**
Total	**747.409**	**759.079**

14.1. Garantias e obrigações restritivas ("covenants"): Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia são garantidos por: (i) aval e (ii) alienação fiduciária de bens financiados. A Companhia se obriga ainda, como *covenant* referente à operação de debêntures (incluindo nova emissão de debêntures conforme (Nota 15.2) e demais operações de crédito, de forma consolidada, a manter nível de alavancagem financeira, monitorado anualmente através da razão entre dívida financeira líquida e EBITDA, menor ou igual a 3,5x. Adicionalmente, os contratos possuem cláusulas e obrigações restritivas relacionadas a hipóteses de vencimento antecipado das dívidas, como por exemplo adimplemento de obrigações pecuniárias e não pecuniárias, protesto de títulos, transferência do controle acionário. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia encontra-se adimplente com os *covenants*. **14.2. Emissão de debêntures:** Em 12 de agosto de 2021, a Athena Brasil realizou sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor total de R$1.000.000. As debentures são remuneradas a CDI + 2,31% ao ano, tem vencimento final em cinco anos contados da data de emissão, com amortização em três parcelas anuais e consecutivas a partir do 3º ano, e são afiançadas por determinas controladas da Companhia. Os recursos líquidos obtidos estão sendo utilizados para financiamento do plano de fusões e aquisições da Athena Brasil, com transações de M&A que visam reforçar o posicionamento estratégico da Companhia fortalecendo sua presença nos mercados em que já atua bem como expandindo sua presença no território nacional. A liberação dos recursos, com a integralização das debêntures, ocorreu em 20 de agosto de 2021. As condições contratuais restritivas ("*covenants*") estão explicadas na Nota 15.1 acima. **14.2.1. 1ª Emissão de debêntures da Athena Brasil – Aquisição Facultativa:** Em 14 de março de 2022, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia a aquisição facultativa de 275.000 debêntures objeto da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Companhia ("Aquisição Facultativa"). A aquisição facultativa foi realizada no mercado secundário, pelo saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures, e as debêntures adquiridas foram canceladas pela Companhia. A aquisição facultativa foi concluída em 21 de março de 2022. **14.2.2 2ª Emissão de Debêntures da Athena Brasil:** Em 18 de março de 2022, a Athena Brasil realizou sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor total de R$300 milhões. As debêntures da primeira série, no valor de R$200 milhões, são remuneradas a CDI + 2,00% ao ano, tem vencimento final em março de 2027, com amortização em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas a partir de março de 2025. As debêntures da segunda série, no valor de R$100 milhões, são remuneradas a CDI + 2,0% ao ano, tem vencimento final em agosto de 2026, com amortização em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas a partir de agosto de 2024. Os recursos líquidos obtidos serão utilizados para negócios de gestão ordinária da Companhia e/ou de suas controladas, como reforço de capital de giro, de caixa e reperfilamento da dívida. A liberação dos recursos, com a integralização das debêntures, ocorreu em 28 de março de 2022. As condições contratuais restritivas ("*covenants*") estão explicadas na Nota 15.1 acima.

15. Obrigações sociais e trabalhistas	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Salários e gratificações a pagar	**–**	–	**25.044**	21.028
INSS e FGTS a recolher	**–**	–	**16.905**	32.297
Provisão sobre férias e encargos	**–**	–	**39.728**	43.543
Provisão para gratificações	**–**	–	**14.895**	2.295
Provisão para pagamento baseado em ações	**15.555**	33.756	**15.555**	33.756
Outras obrigações trabalhistas	**–**	–	**28.144**	11.169
Total	**15.555**	33.756	**140.271**	144.088

16. Obrigações tributárias	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
PIS e COFINS a recolher	**93**	136	**16.756**	23.208
ISS a recolher	**–**	–	**63.115**	77.511
IRPJ e CSLL a recolher	**–**	–	**27.398**	41.938
IRRF a recolher	**6**	1	**4.220**	6.473
INSS a recolher	**–**	–	**2.782**	4.755
Outros impostos a recolher	**17**	51	**10.319**	8.753
Total	**116**	188	**124.590**	162.638
Circulante	**116**	188	**117.696**	156.494
Não circulante	**–**	–	**6.894**	6.144

17. Parcelamento de tributos – Entre os anos de 2011 e 2013, mediante Leis nº 11.941 e nº 12.966, e em 2017, mediante Lei nº 13.496, as investidas da Companhia realizaram parcelamentos de dívidas tributárias. Foram realizados parcelamentos de dívidas de PIS, COFINS, IPI e INSS. O saldo em aberto no consolidado é como segue:

	Consolidado	
	2023	**2022**
Secretaria da Receita Federal – SRF	**28.801**	32.368
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN	**10.814**	10.992
Instituto Nacional de Seguro Social – INSS	**12.341**	12.531
Parcelamento Municipal – ISS	**4.013**	5.149
Total	**55.969**	61.040
Circulante	**9.918**	10.184
Não circulante	**46.051**	50.856

A movimentação dos parcelamentos de impostos no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**60.030**
Adição	5.237
Juros incorridos	4.490
Amortização de principal	(4.208)
Juros pagos	(4.509)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	61.040
Adição	**1.173**
Juros incorridos	**4.701**
Amortização de principal	**(6.244)**
Juros pagos	**(4.701)**
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**55.969**

Os vencimentos das parcelas classificadas no não circulante são os seguintes em 31 de dezembro de 2023:

Ano de vencimento	**2023**
2025	**10.490**
2026	**8.356**
2027	**8.157**
2028	**6.732**
2029 em diante	**12.316**
Total	**46.051**

18. Contas a pagar – aquisição de empresas	Consolidado	
	2023	**2022**
Aquisição de parcela minoritária GMI – valor depositado	**21**	1.321
Aquisição Grupo CMM	**18.303**	19.051
Aquisição SAMP e SAMES	**–**	7.420
Aquisição UNIHOSP	**11.724**	9.247
Aquisição UTIN	**336**	876
Aquisição – Humana Sul	**5.461**	4.555
Aquisição Hospital de Alagoinhas	**19.670**	22.691
Aquisição Grupo São Bernardo	**69.590**	84.196
Aquisição Hospital e Maternidade São Marcos	**274**	5.396
Aquisição Gestão e Transformação	**–**	477
Total de parcela retida (Sellers Finance)	**125.379**	155.230
Passivo circulante	**31.639**	44.603
Passivo não circulante	**93.740**	110.627
	125.379	155.230

A movimentação das contas a pagar por aquisição de empresas é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**206.585**
Ajuste de preço de aquisições	7.470
Adição	477
Pagamentos efetuados	(32.429)
Liquidação com troca de ações	(8.631)
Compensação entre GRC e contas a pagar – aquisição de empresas (Nota 8)	(39.781)
Ajuste a valor presente	887
Atualização monetária	20.652
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**155.230**
Adição	**2.159**
Pagamentos efetuados	**(24.716)**
Compensação entre GRC e contas a pagar – aquisição de empresas (Nota 8)	**(27.651)**
Ajuste a valor presente	**115**
Atualização monetária	**20.242**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**125.379**

Valor retido para eventuais contingências, conforme acordado entre as partes.

19. Partes relacionadas

		Controladora 2022					Controladora 2021				
		Resultado		Ativo	Passivo		Resultado		Ativo	Passivo	
Empresa		**Despesas/ custos**	**Receita/ rateios**	**Mútuo**	**Contas a receber**	**Mútuo**	**Contas a pagar**	**Despesas/ custos**	**Receita/ rateios**	**Mútuo**	**Contas a receber**	**Mútuo**	**Contas a pagar**
Athena Healthcare Holding S.A.	(c)	**–**	**–**	**–**	**4.547**	**–**	**–**	–	–	–	–	–	–

		2023					2022				
		Resultado		Ativo		Passivo	Resultado		Ativo		Passivo
Empresa		**Despesas/ custos**	**Receita/ rateios**	**Mútuo**	**Contas a receber**	**Contas a pagar**	**Despesas/ custos**	**Receita/ rateios**	**Mútuo**	**Contas a receber**	**Contas a pagar**
A & R & C Serviços Médicos Sc Ltda.	(a)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	20	–	–	–	2
Biomax Comercio Importação E Representações De Produtos Médico Hospitalares Ltda.	(a)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	13.131	1	–	33	1.320
Cirurgia Geral do VAH SC Ltda.	(a)	**–**	**4**	**–**	**1**	**–**	17	4	–	58	12
Clínica Médica Dr. Johnni Oswaldo Zamponi	(a)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	558	–	–	–	247
Clínica Cavalieri SS Ltda. (b)	(a)	**20**	**–**	**–**	**–**	**–**	1	–	–	–	–
Gama 2 Consultoria e Assessoria em Gestão Empresarial Ltda.	(a)	**546**	**–**	**–**	**–**	**25**	485	3	–	–	–
Gana Atividades Médicas de Alagoinhas Ltda.	(a)	**191**	**–**	**–**	**–**	**–**	11	–	–	–	–
Genesis Serviços Administrativos Ltda.	(a)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	–	–	–	–	2
HC Cardio	(a)	**25**	**136**	**–**	**–**	**–**	15	91	–	–	1
HC Invest	(a)	**6.147**	**–**	**–**	**–**	**514**	5.780	–	–	–	216
Hiran Alencar Mora Castilho	(b)	**–**	**1.773**	**68.755**	**–**	**–**	–	6.833	66.982	–	–
Idris Lopes Saldanha	(a)	**21**	**1**	**–**	**–**	**–**	82	1	–	–	–
Life Guard Participações	(a)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	239	–	–	–	–
Luiz Henrique Camarão Bacelar	(a)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	21	–	–	–	–
M & M Azi Sociedade Simples – ME	(a)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	–	–	–	–	28
M S Moura Barreto	(a)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	16	–	–	–	–
Mauro Roberto dos Reis Azi	(a)	**93**	**–**	**–**	**–**	**–**	–	–	–	–	–
Medeiros & Gurgel SS	(a)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	220	–	–	–	65
Medicina Hiperbarica Vitoria S/S Ltda	(a)	**17**	**102**	**–**	**12**	**–**	137	84	–	(1)	44
Mega Consultoria Eireli	(a)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	360	–	–	–	–
MM Participações S/A	(a)	**5.849**	**49**	**–**	**5**	**491**	3.978	64	–	6	1.241
Multivida Farmácias Ltda.	(a)	**94**	**23**	**–**	**189**	**136**	46	21	–	189	144
Oncoclinicas São Marcos	(a)	**3.714**	**–**	**–**	**–**	**–**	–	–	–	–	–
P Girio Matos Eireli	(a)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	344	–	–	–	257
Pontocom News Comunicação e Produções Ltda	(a)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	–	–	–	155	–
Prolife Serviços Médicos	(a)	**28**	**–**	**–**	**–**	**–**	–	–	–	–	–
Solservise Soluções em Saúde S S Ltda.	(a)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	120	–	–	–	22
TME Participações Ltda.	(a)	**621**	**–**	**–**	**–**	**55**	–	–	–	–	–
Mocoembu Empreendimentos e Participações Ltda.	(a)	**825**	**–**	**–**	**–**	**75**	–	–	–	–	–
HSM Empreendimento e Participações Ltda.	(a)	**1.801**	**–**	**–**	**–**	**150**	–	–	–	–	–
8S Holding Ltda.	(a)	**666**	**–**	**–**	**–**	**169**	–	–	–	–	–

Os saldos de transações entre partes relacionadas que afetam o balanço patrimonial são classificados de acordo com a sua natureza entre as rubricas de Contas a receber ou Partes relacionadas no ativo e Partes relacionadas ou Fornecedores no passivo. (a) Contratos de prestação de serviços com empresas de diretores, acionistas e/ou de seus familiares e empresas relacionadas a gestora do acionista controlador (Fundo V), os quais estão relacionados a serviços médicos, consultorias, outros serviços relacionados a operação e de apoio ao *back-office*.e aquisição de equipamentos, insumos médicos, órteses, próteses e matérias especiais. (b) Os saldos referem-se a contratos de mútuo com diretores/acionistas/conselheiros. Os vencimentos destes contratos estão até 2026. (c) Referem-se a operações entre empresas do Grupo, são elas: (i) Contratos de prestação de serviços ou para aquisição de insumos; (ii) contratos de rateio de despesas (contratos de *cost sharing* que possui critérios e objetivos específicos); ou(iii) contratos de mútuo. **19.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023 aprovou a remuneração global do pessoal-chave da Administração para o exercício social de 2023. A remuneração é composta por verbas fixas e variáveis e totalizou R$ 25.700 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$21.249 no período findo em 31 de dezembro de 2022).

	2023	**2022**
Remuneração fixa anual	**2.603**	3.120
Remuneração variável	**4.896**	1.326
Pagamento baseado em ações	**18.201**	16.803
	25.700	21.249

20. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Cíveis	**2.640**	3.006	**79.485**	101.978
Tributárias	**942**	870	**32.939**	37.502
Trabalhistas	**25**	19	**23.639**	33.493
Total	**3.607**	3.895	**136.063**	172.973
Depósitos judiciais (a)	**82**	–	**76.559**	81.429

(a) Refere-se a depósitos judiciais, apresentados no ativo, que estão correlacionados as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários.

20.1 Movimentação das provisões	Controladora	Consolidado
Saldo final em 2021	8.426	193.993
Adições	–	65.745
Reversões	(387)	(63.512)
Baixa por pagamento	–	(10.146)
Adição/Baixa de GRC (Nota 8)	(4.144)	(13.107)
Saldo final em 2022	3.895	172.973
Adições	**–**	**41.139**
Reversões	**–**	**(43.909)**
Baixa por pagamento	**–**	**(1.371)**
Baixa por reclassificação para outros passivos	**–**	**(1.113)**
Adição/Baixa de GRC (Nota 8)	**(288)**	**(31.656)**
Saldo final em 2023	**3.607**	**136.063**

As principais causas envolvendo a Companhia e suas controladas estão relacionadas aos seguintes assuntos: **20.2 Riscos cíveis:** Referem-se a provisões constituídas pelas controladas indiretas, com base na análise individual das ações, bem como na análise jurisprudencial atualizada das causas, tendo como objeto, substancialmente, riscos relacionados a danos morais e materiais. Com base na análise efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e no entendimento de sua Administração, que consideraram alguns aspectos como prováveis de perda, provisionaram o montante de R$79.485 nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2023 (R$101.978 em 31 de dezembro de 2022). A variação das provisões prováveis no montante de R$22.060 é decorrente da redução do valor do processo cível das controladas CSSB e SBAH em razão do suposto descumprimento da prestação de assessoria financeira na elaboração de material de avaliação da empresa. O montante de causas passivas relativos principalmente a danos morais relacionados a falhas na prestação de serviços e não cobertura de procedimentos, e que foram classificados pelos assessores jurídicos como possíveis de perda somam o valor de R$73.615 (R$86.101 em 31 de dezembro de 2022). **20.3 Riscos trabalhistas:** Referem-se a provisões trabalhistas e/ou previdenciárias constituídas pelas controladas, com base na análise individual das ações, bem como na análise jurisprudencial atualizada das causas, tendo como objeto, substancialmente, discussões sobre verbas trabalhistas e cálculo rescisório. Com base na análise efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e no entendimento de sua Administração, que consideraram alguns aspectos como prováveis de perda, provisionaram o montante de R$23.639 nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2023 (R$33.493 em 31 de dezembro de 2022). A principal redução das provisões prováveis no montante de R$8.968 é decorrente da baixa do risco de vínculo empregatício de pessoas jurídicas, devido ao encerramento dos contratos entre as partes ou mudança da contração para o regime CLT. As controladas da Companhia também possuem causas passivas relativas a pleitos de vínculo empregatício, decorrente de relações trabalhistas na contratação de serviços médicos terceirizados e outros que foram classificados pelos assessores jurídicos como possíveis de perda no montante de R$22.474 (R$31.190 em 31 de dezembro de 2022). A principal redução das contingências possíveis no período é decorrente do encerramento de um processo coletivo julgado como improcedente, impetrado pelo SINTRASADES, no valor de R$10.000. A Companhia e suas controladas entendem que a prática de contratação de empresas médicas é regular e de acordo com a legislação vigente, havendo, inclusive, jurisprudência favorável à contratação de pessoas jurídicas nessa modalidade. **20.4 Riscos tributários:** Referem-se às provisões constituídas pelas controladas indiretas, com base na análise individual das ações, bem como na análise jurisprudencial atualizada das causas, tendo como objeto, substancialmente, riscos que envolvem causas tributárias, principalmente processos envolvendo débitos perante a União Federal e de ISS perante o município. Com base na análise efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e no entendimento de sua Administração, que consideraram alguns aspectos como prováveis de perda, provisionaram o montante de R$32.939 nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023 (R$37.501 em 31 de dezembro de 2022). O montante de causas passivas relativas a pleitos de recolhimento de tributos, semelhantes às descritas acima, e que foram classificados pelos assessores jurídicos como possíveis de perda monta a R$140.303 (R$109.505 em 31 de dezembro de 2022). O principal aumento da provisão no período é decorrente de uma execução fiscal por parte do município de Serra/ES devido ao recolhimento a menor de ISSQN sobre aos serviços médicos prestados.

continua …

... continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

21. Patrimônio líquido – 21.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social é composto por ações, ordinárias, sem valor nominal distribuídas entre sócios da seguinte forma:

						31/12/2023
Acionistas	**Quantidade de ações – ordinárias**	**%**	**Valor integralizado**	**Quantidade de ações – Preferenciais**	**%**	**Valor Integralizado**
Fundo V	**370.758.260**	**88,12%**	**1.438.745**	–	–	–
Hiran Alencar Moura Castilho	**29.341.020**	**6,97%**	**53.187**	–	–	–
Ações em tesouraria	**1.053.350**	**0,25%**	–	–	–	–
Outros	**19.605.451**	**4,66%**	**67.865**	–	–	–
Alcantil Empreendimentos	–	–	–	**95.371.457**	**100%**	–
Total	**420.758.081**	**100,00%**	**1.559.797**	**95.371.457**	**100,00%**	–

			31/12/2022
Acionistas	**Quantidade de ações**	**%**	**Valor Integralizado**
Fundo V	371.314.124	88,25%	1.438.745
Hiran Alencar Moura Castilho	29.385.010	6,98%	53.187
Outros	20.058.947	4,77%	67.865
Total	420.758.081	100,00%	1.559.797

Em 19 de janeiro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a incorporação da MR Reis Unipessoal Ltda. pela Companhia nos termos e condições do Protocolo e Justificação, com aumento de capital na Companhia de R$8.641 e emissão de 373.324 novas ações ordinárias decorrentes da incorporação. A MR era detentora de 6,25% de participação no Hospital das Clínicas de Alagoinhas (vide nota 1.1). **21.2 Reserva de capital:** Conforme descrito na nota 1.1, em 15 de dezembro de 2023 ocorreu a destinação do preço de emissão de novas ações à conta de reserva de capital da Companhia no montante de R$ 364.799. **21.3 Transações de capital:** Conforme descrito na nota 1.1, durante o exercício de 2023, em decorrência das transações de trocas de ações, as transações de capital totalizaram R$5.045.

				Consolidado
	2023		**2022**	
	Básico	**Diluído**	**Básico**	**Diluído**
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	**(16.168)**	**(16.168)**	(158.529)	(158.529)
Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)	**413.502**	**413.502**	413.502	413.462
Resultado por ação básico e diluído (em R$)	**(0,0391)**	**(0,0391)**	(0,3834)	(0,3834)

Em razão dos prejuízos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os instrumentos emitidos possuem efeito não dilutivo, e, portanto, não foram considerados na quantidade total de ações em circulação para determinação do prejuízo diluído por ação.

22. Receita líquida de serviços prestados

		Consolidado
	2023	**2022**
		(Reapresentado)
Outras operações de plano de assistência à saúde	**10.943**	17.746
Prestação de serviços médico-hospitalar	**814.575**	760.379
Outras prestações de serviços	**4.352**	4.072
(-) Glosas sobre serviços médico-hospitalar	**(9.476)**	(13.988)
Receitas de serviços prestados	**820.394**	768.209
(-) Impostos sobre receita (a)	**(138.691)**	(120.955)
Total	**681.703**	647.254

(a) Os impostos são PIS no percentual de 0,65%, COFINS com percentuais que variam de 3% a 4% e ISS com percentuais que variam de 2% a 3%.

23. Receita de seguro

(a) Receitas referentes a contratos BBA

		Consolidado
	2023	**2022**
Reconhecimento CSM	96.294	138.384
Liberação de ajuste ao risco	15.621	11.654
Sinistros esperados	519.849	472.325
Despesas esperadas	109.742	114.813
Recuperação de custo de aquisição	19.060	18.947
Subtotal de receita de seguro BBA	**760.566**	756.123

(b) Receitas referentes a contratos PAA

		Consolidado
	2023	**2022**
Valores relativos às mudanças na LRC		
Reconhecimento de prêmios	**1.754.155**	1.577.861
Subtotal de receita de seguro PAA	**1.754.155**	1.577.861
Total de receita de seguro	**2.514.721**	**2.333.984**

24. Custos e despesas de serviços prestados – Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações financeiras (IAS 1), a seguir está apresentado o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
				(Reapresentado)
Eventos conhecidos ou avisados	**–**	–	**(110.763)**	(201.553)
Salários e benefícios a empregados	**(34)**	(1)	**(449.434)**	(462.085)
Materiais e medicamentos	**–**	–	**(7.855)**	(8.469)
Honorários médicos	**–**	–	**(13.364)**	(13.702)
Utilidades	**(280)**	(299)	**(50.302)**	(46.383)
Provisões e provisão para perda esperada de crédito	**–**	–	**(23.127)**	(21.890)
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	**–**	–	**3.380**	74
Despesas com viagens e hospedagens	**(13)**	(235)	**(6.354)**	(6.058)
Aluguel e condomínio	**–**	–	**(7.483)**	(10.940)
Depreciação e amortizações	**(2.080)**	(2.291)	**(109.589)**	(91.474)
Consultorias e assistências	**(5.560)**	(10.260)	**(21.581)**	(68.055)
Manutenção	**–**	–	**(48.831)**	(47.278)
Taxas e tributos	**(131)**	(143)	**(8.515)**	(16.094)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	**–**	–	**–**	(176)
Outras despesas	**(329)**	(17)	**(22.537)**	(18.953)
Outras receitas	**900**	531	**19.206**	21.087
Garantia de reembolso de contingências	**(3.569)**	(667)	**20.574**	27.050
Despesa por pagamento baseado em ações (a)	**5.161**	(45.776)	**5.161**	(45.776)
Perda por recuperabilidade de ativos	**–**	(1.522)	**–**	(31.463)
Total	**(5.936)**	(60.679)	**(831.414)**	(1.042.138)
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	**–**	–	**(441.451)**	(577.213)
Despesas comerciais	**(169)**	(364)	**(13.943)**	(32.656)
Gerais e administrativas	**(2.910)**	(58.517)	**(420.492)**	(448.719)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**(2.857)**	(1.798)	**44.472**	16.450
Total	**(5.936)**	(60.679)	**(831.414)**	(1.042.138)

(a) Despesa decorrente da mudança na data para oferta inicial de ações da Companhia (IPO), condição de *vesting*, após a desistência.

25. Despesas de seguro – (a) Despesas referentes a contratos BBA

		Consolidado
	2023	**2022**
Sinistros incorridos e outras despesas	**(701.211)**	(600.425)
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	**(19.060)**	(18.947)
Perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas	**(23.666)**	(10.186)
Subtotal de despesa de seguro BBA	**(743.937)**	(629.558)

(b) Despesas referentes a contratos PAA

		Consolidado
	2023	**2022**
Sinistros incorridos e outras despesas	**(1.425.511)**	(1.242.982)
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	**(38.285)**	(41.227)
Subtotal de despesa de seguro PAA	**(1.463.796)**	1.284.209
Total de despesa de seguro	**(2.207.733)**	**(1.913.767)**

26. Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receitas financeiras:				(Retificado)
Descontos de fornecedores	**16**	–	**4.858**	3.942
Juros ativos	**–**	–	**5.059**	5.763
Variação cambial	**–**	–	**25**	3.318
Rendimentos de aplicações financeiras	**8.180**	40.062	**12.574**	46.463
Rendimentos de aplicações financeiras ANS	**–**	–	**38.901**	32.569
Variação monetária	**–**	–	**6.672**	9.413
Receitas por recebimentos em atraso	**–**	–	**13.233**	11.319
Receitas de contratos de seguro	**–**	–	**37.950**	6.007
Outras receitas financeiras	**–**	–	**6.544**	6.720
Total	**8.196**	40.062	**125.816**	125.514
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	**(156.502)**	(147.971)	**(167.545)**	(164.759)
Juros sobre arrendamento	**–**	–	**(27.879)**	(25.671)
Juros sobre parcelamento de impostos	**–**	–	**(4.701)**	(4.490)
Juros/AVP sobre aquisição de empresas	**–**	–	**(20.358)**	(21.452)
Variação cambial	**–**	–	**(2)**	(4.965)
Juros e variação monetária	**–**	–	**(9.348)**	(14.533)
Descontos concedidos	**–**	–	**(12.673)**	(8.511)
Multas e tarifas bancárias	**–**	–	**(4.701)**	(5.318)
Despesas com contratos de seguro	**–**	–	**–**	(64.449)
Outras despesas financeiras	**(379)**	(616)	**(5.480)**	(8.403)
Total	**(156.881)**	(148.587)	**(252.687)**	(322.551)
Resultado financeiro, líquido	**(148.685)**	(108.525)	**(126.871)**	(197.037)

27. Imposto de renda e contribuição social – A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 se encontra disposta abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Impostos correntes				(Retificado)
Imposto de renda	**–**	–	**(27.794)**	(43.685)
Contribuição social	**–**	–	**(10.213)**	(15.706)
	–	–	**(38.007)**	(59.391)
Impostos diferidos				
Imposto de renda	**54**	12.037	**(8.380)**	54.425
Contribuição social	**19**	4.326	**(2.794)**	18.141
	73	16.363	**(11.174)**	72.566
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**73**	16.363	**(49.181)**	13.175

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social contábeis e o montante determinado pela alíquota nominal conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
				(Reapresentado)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(17.092)**	(176.406)	**33.013**	(171.704)
Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	**5.811**	59.978	**(11.224)**	58.379
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial	**46.760**	(2.449)	**–**	–
Receitas não tributáveis (despesas indedutíveis)	**423**	21.731	**(15.040)**	125.061
Dedução de benefícios programa alimentação trabalhador	**–**	–	**371**	(339)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	–	–	**48**	(8.246)
Efeito dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal não constituídos (a)	**(52.921)**	(62.897)	**(16.407)**	(161.702)
Outros	**–**	–	**(6.929)**	21
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**73**	16.363	**(49.181)**	13.174

(a) Valor corresponde a apuração dos prejuízos fiscais e base negativa do exercício nas Holdings, para os quais não são constituídos impostos diferidos. O prejuízo fiscal acumulado possui compensação limitada a 30% do lucro tributável gerado em cada exercício fiscal e não possui data de vencimento. A expectativa da Companhia é que os créditos fiscais diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social tenham as seguintes realizações:

2024	**2025**	**2026**	**2027**	**2028 – 2033**	**Total**
17.195	23.369	32.845	46.426	27.818	147.653

Para as demais diferenças temporárias a Administração estima a realização entre 1 e 5 anos. Imposto diferido sobre prejuízos fiscais não contabilizado: Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui R$ 116.705 de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais não contabilizados (R$89.643 em 2022). **27.3 Impostos diferidos consolidados:** O prejuízo fiscal acumulado possui compensação limitada a 30% do lucro tributável gerado em cada exercício fiscal e não possui data de vencimento. A expectativa da Companhia é que os créditos fiscais diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e as demais diferenças temporárias sejam realizadas em um ou cinco anos. A movimentação dos efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos, para o exercício findo em de 31 de dezembro de 2023 e 2022, calculadas de acordo com a alíquota nominal de 34% está composta conforme segue:

		Adições (baixas) que afetaram resultado	Adições (baixas) que afetaram patrimônio	
Ativo	**2022** (Reapresentado)			**2023**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição	114.115	**33.538**	**–**	**147.653**
Provisão para perda esperada de crédito	46.482	**8.799**	**–**	**55.281**
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	30.375	**2.916**	**–**	**33.291**
Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura	(13.136)	**(44.871)**	**–**	**(58.007)**
Amortização da mais-valia sobre combinações de negócios	30.898	**16.210**	**–**	**47.108**
Efeitos sobre arrendamento mercantil	(8.471)	**18.659**	**–**	**10.188**
Provisão para eventos ocorridos e não avisados – SUS	(430)	**1.466**	**–**	**1.036**
Ajuste de taxa de amortização e depreciação fiscal	17.677	**(23.535)**	**–**	**(5.858)**
Pagamento baseado em ações	30.628	**(1.755)**	**–**	**28.873**
Outros	3.665	**6.629**	**724**	**11.018**
Total do ativo fiscal diferido	251.803	**18.056**	**724**	**270.583**
Passivo				
Custo atribuído – ativo imobilizado	(16.491)	**65**	**–**	**(16.426)**
Outros	(11)	**(559)**	**–**	**(570)**
Efeito CPC 50/IFRS 17	(21.150)	**(28.736)**	**–**	**(49.886)**
Total do passivo fiscal diferido	(37.652)	**(29.230)**	**–**	**(66.882)**
Efeito líquido	214.151	**(11.174)**	**724**	**203.701**

		Adições (baixas) que afetaram resultado	Adições (baixas) que afetaram patrimônio	
Ativo	**2021**			**2022** (Retificado)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição	70.049	44.066	–	114.115
Provisão para perda esperada de crédito	36.294	10.188	–	46.482
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	16.017	14.358	–	30.375
Amortização da mais-valia sobre combinações de negócios	11.600	6.162	–	17.762
Efeitos sobre arrendamento mercantil	6.252	(14.723)	–	(8.471)
Provisão para eventos ocorridos e não avisados – SUS	592	(1.022)	–	(430)
Ajuste de taxa de amortização e depreciação fiscal	9.282	8.395	–	17.677
Pagamento baseado em ações	15.064	15.564	–	30.628
Outros	9.082	(2.593)	(2.824)	3.665
Total do ativo fiscal diferido	174.232	80.395	(2.824)	251.803
Passivo				
Custo atribuído – ativo imobilizado	(16.543)	52	–	(16.491)
Efeito CPC 50/IFRS 17	–	(21.150)	–	(21.150)
Outros	–	(11)	–	(11)
Total do passivo fiscal diferido	(16.543)	21.109	–	(37.652)
Efeito líquido	157.689	59.286	(2.824)	214.151

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos – No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado – taxa de juros, taxas de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, assim como monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações do Grupo por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. A Diretoria reporta-se periodicamente ao Conselho de Administração para discutir sobre os riscos e as exposições. **28.1 Gestão do risco de capital:** O Grupo administra seu capital para assegurar que a Companhia e suas controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral do Grupo não sofreu alteração. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido deduzido pelo caixa e saldos bancários e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participação de não controladores. A Administração revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento. **28.2 Gestão do risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e/ou suas controladas a incorrerem em perdas financeiras. A Companhia e suas controladas adotaram a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obtenham garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Por meio de controles internos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o nível das suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Administração registra perdas esperadas de créditos consideradas prováveis. A exposição máxima do risco de crédito da Companhia e de suas controladas é representado pelos valores contábeis das contas a receber consolidados de R$282.009 (R$222.006 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia e suas controladas não detêm nenhuma garantia de crédito para cobrir seus riscos de créditos associados aos seus ativos financeiros. Visando minimizar o risco de crédito relacionado a caixa e equivalentes de caixa, a Companhia e suas controladas concentram a maioria de suas transações de equivalentes de caixa em instituições financeiras de grande porte. **28.3 Gestão do risco de liquidez:** A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração do Grupo, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A seguir, posição dos passivos financeiros por vencimento: A seguir, posição dos passivos financeiros por vencimento:

							Controladora
31 de dezembro de 2023	**Valor Contábil**	**Fluxo de caixa**	**6 meses ou menos**	**6 a 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos:							
Empréstimos e financiamentos	**1.072.325**	**1.273.094**	**68.810**	**336.453**	**421.389**	**446.442**	**–**

							Consolidado
31 de dezembro de 2023	**Valor Contábil**	**Fluxo de caixa**	**6 meses ou menos**	**6 a 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos:							
Empréstimos e financiamentos	**1.131.844**	**1.336.648**	**95.196**	**361.398**	**433.605**	**446.449**	**–**
Parcelamentos de impostos	**55.969**	**55.969**	**5.147**	**4.804**	**10.490**	**23.246**	**12.282**
Fornecedores	**101.479**	**101.479**	**101.479**	**–**	**–**	**–**	**–**
Passivo de arrendamento	**254.950**	**444.750**	**26.781**	**26.781**	**46.902**	**120.074**	**224.212**
Dividendos a pagar	**3.698**	**3.698**	**–**	**3.698**	**–**	**–**	**–**
Contas a pagar – aquisição de empresas	**125.379**	**162.136**	**27.948**	**31.441**	**47.993**	**54.754**	**–**

							Controladora
31 de dezembro de 2022	**Valor Contábil**	**Fluxo de caixa**	**6 meses ou menos**	**6 a 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos:							
Empréstimos e financiamentos	1.074.378	1.450.293	92.112	66.057	405.862	886.262	–
Fornecedores	1.095	1.095	1.095	–	–	–	–

							Consolidado
31 de dezembro de 2022	**Valor Contábil**	**Fluxo de caixa**	**6 meses ou menos**	**6 a 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos:							
Empréstimos e financiamentos	1.181.972	1.573.540	122.463	94.806	457.937	898.334	–
Parcelamentos de impostos	61.040	61.040	5.279	4.905	10.681	22.713	17.462
Fornecedores	117.883	117.883	117.883	–	–	–	–
Passivo de arrendamento	248.595	426.712	23.857	23.856	82.260	98.432	198.307
Dividendos a pagar	2.893	2.893	–	2.893	–	–	–
Contas a pagar – aquisição de empresas	155.230	197.608	9.841	38.798	39.278	109.691	–

continua ...

… continuação

Athena Saúde Brasil S.A.

Risco de seguro: O modelo de negócio da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde. No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada. Adicionalmente, a Companhia também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e o impacto direto nos contratos com os clientes. No gerenciamento desses riscos a Companhia monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade. (i) Análise de sensibilidade: A tabela abaixo analisa como a CSM comporta no resultado que seria aumentado ou diminuído se as mudanças nas variáveis de risco de subscrição que eram razoavelmente possíveis na data de relatório tivessem ocorrido. Esta análise apresenta as sensibilidades antes e depois da mitigação de risco.

			2023
31 de dezembro de 2023	**Mudanças nas premissas**	**Resultado antes dos impostos**	**Resultado depois dos impostos**
Despesa Administrativa (aumento)	5,00%	(10.709)	(6.425)
Sinistro (aumento)	5,00%	(10.458)	(6.275)
Despesa Administrativa (diminuição)	5,00%	11.680	7.008
Sinistro (diminuição)	5,00%	11.423	6.854

(ii) Desenvolvimento de Sinistros: A Athena informa que o desenvolvimento de sinistros é normalmente resolvido dentro de um ano, fruto da sua estrutura de prestadores próprios (rede semi-verticalizada). Em que é de 84% dos sinistros são resolvidos em até 1 ano, 15% entre 1 e 2 anos e o restante acima de 2 anos.

28.4 Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
	Custo amortizado	**Custo amortizado**	**Custo amortizado**	**Custo amortizado**
Ativos financeiros				
Circulante:				
Aplicações financeiras restritas	**–**	–	**307.118**	332.305
Contas a receber	**–**	–	**282.009**	222.006
Partes relacionadas	**4.547**	4.547	**–**	–
Não circulante:				
Contas a receber	**–**	–	**3.786**	–
Partes relacionadas	**–**	–	**68.755**	66.982
Passivos financeiros				
Circulante:				
Fornecedores	**–**	1.095	**98.623**	113.772
Arrendamentos	**–**	–	**25.857**	23.768
Empréstimos e financiamentos	**324.916**	54.761	**372.765**	104.449
Dividendos a pagar	**–**	–	**3.698**	2.893
Contas a pagar – Aquisição de empresas	**–**	–	**31.639**	44.603
Parcelamentos de impostos	**–**	–	**9.918**	10.184
Não circulante:				
Arrendamentos	**–**	–	**229.093**	224.827
Contas a pagar – Aquisição de empresas	**–**	–	**93.740**	110.627
Empréstimos e financiamentos	**747.409**	1.019.617	**759.079**	1.077.523
Parcelamentos de impostos		–	**46.051**	50.856

28.4 Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Ativos financeiros	**Valor Justo**	**Valor Justo**	**Valor Justo**	**Valor Justo**
Circulante:				
Aplicações financeiras	**362.201**	219.999	**510.961**	391.462

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas. **28.5 Hierarquia do valor justo:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A Companhia utiliza, quando aplicável, o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Nível 1. Mercado Ativo: Preço-SE os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • Nível 3. Sem Mercado Ativo: "Inputs" para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. O Grupo não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo não efetuou transferências entre níveis hierárquicos. **28.6 Gestão do risco de taxa de juros:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de taxa de juros, uma vez que elas possuem empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um "mix" apropriado de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas. Adicionalmente, devido à saúde financeira da Companhia, ela não possui histórico de aquisições de empréstimos que não seja via combinação de negócios (os quais não são renovados após a quitação dos saldos). Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, como também sobre as receitas financeiras, oriundas de suas aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI. O Grupo tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2023, a dívida bruta indexada ao CDI totalizava R$1.131.231 (R$1.180.635 em 31 de dezembro 2022). O Grupo considera o risco de variações da taxa CDI como fator de risco de mercado relevante. Em 31 de dezembro de 2023, o CDI foi de 11,65%, conforme obtido na B3. Para realização da análise de sensibilidade abaixo, consideramos valorização da ordem de 25% e 50% do CDI acumulado e deste modo, os efeitos no resultado poderiam ser assim observados:

Operação	**Base de cálculo**	**Cenário I - Deterioração de 25%**	**Cenário II - Deterioração de 50%**
Aplicações indexadas ao CDI	818.079	23.806	47.694
Empréstimos indexados ao CDI	(58.936)	(1.715)	(3.436)
Debêntures indexados ao CDI	(1.072.325)	(31.205)	(62.517)
Resultado de Juros sobre o caixa líquido indexado em CDI		**(9.114)**	**(18.359)**
	Cenário atual	**Cenário I**	**Cenário II**
Taxa anual do CDI em dezembro de 2023	11,65%	14,56%	17,48%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		2,91%	5,83%

29. Pagamento baseado em ações: O plano de pagamento baseado em ações foi originalmente outorgado considerando as ações da Athena Healthcare, em 31 de janeiro de 2020. Entretanto, como parte da reestruturação societária do Grupo, em 30 de setembro de 2020 a Companhia aprovou a migração do Plano com os mesmos termos e características aprovados na AGE originária da respectiva outorga. Tal modificação não trouxe impactos para os participantes no respectivo plano. Em 01 de outubro de 2020 foi realizada uma nova outorga pela Companhia, por meio de aprovação em assembleia realizada pelo Conselho de Administração da Companhia. Novas outorgas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de junho de 2021 e 01 de novembro de 2021. O plano concede opções de compras de ações para os profissionais selecionados pelo Conselho de Administração, dentre os Administradores, Executivos, Empregados da Companhia e suas controladas. O plano foi dividido em 3 lotes: • Lote 1 (prazo de carência de 2, 3 e 4 anos em relação à data de outorga); • Lote 2 (prazo de carência de 3, 4 e 5 anos em relação à data de outorga); • Lote 3 (prazo de carência de 4, 5 e 6 anos em relação à data de outorga). As condições de carência ligadas ao desempenho da companhia foram: • Performance de mercado: Valorização mínima da ação, atingindo ao menos 3x o preço de exercício da outorga; • Performance "não de mercado": o direito às opções só é adquirido se/quando houver o IPO. Para todos os lotes, o vencimento das opções é um ano após o fim da carência e há lockup de seis meses para exercer as opções do primeiro terço das ações outorgadas. Caso a oferta inicial de ações da Companhia (IPO), seja realizada antes do prazo de carência, poderá haver antecipação do prazo de carência de 1/3 das opções. O Conselho de Administração poderá definir em cada Contrato de Opção outras hipóteses de antecipação do prazo de carência. Para o exercício das opções outorgadas, os participantes deverão pagar um preço de exercício por opção, o qual corresponderá ao preço de emissão ou de aquisição da ação. O preço de exercício será fixado pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá optar por liquidar as opções exercidas em dinheiro, ação na B3 S.A. no dia do exercício, caso o evento de liquidez seja um IPO e as opções venham a ser exercidas após o IPO; ou (ii) se o evento de liquidez não for um IPO, o preço de compra por ação pago pelo terceiro no evento de liquidez; em qualquer caso a Companhia mediante o pagamento do delta positivo entre o preço de exercício e (i) o preço da ação da Companhia no IPO, caso as opções sejam exercidas no contexto do IPO; (ii) o preço de cotação da descontará e reterá quaisquer tributos aplicáveis. A Companhia utiliza o modelo de cálculo binomial para definir o valor justo das ações de seu plano. As premissas relevantes aplicadas no modelo são as seguintes:

Premissa	**Índice**
Volatilidade esperada	58,84% ao ano calcula com base na média do histórico das ações de outras companhias do mesmo setor.
Inflação projetada	5,22% estimado com base no NTN-B Principal. Foi utilizado o título do tesouro com vencimento em 2029 como referência média, considerando as alternativas de vencimento dos títulos disponíveis e o prazo médio de vida das opções.
Taxa de juros livre de risco	Taxa média de 10,06% DI futuro estimado com base na data de vencimento das opções

Movimentação durante o período: Em 16 de abril de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social, à razão de 4:1, sendo mantido o valor do capital social da Companhia. A tabela a seguir apresenta o número (Nº) e média ponderada do preço de exercício (MPPE) e o movimento das opções de ações durante o período, considerando o grupamento:

	Quantidade	**MPPE (R$)**
Em aberto em 16 de abril de 2021 – data do grupamento	15.945.026	3,92
Outorgadas durante o período	918.932	4,31
Canceladas durante o período	(537.778)	(3,94)
Em aberto em 31 de dezembro de 2021	16.326.180	4,29
Outorgadas durante o período	3.584.863	4,13
Canceladas durante o período	(3.320.496)	3,92
Exercíveis em 31 de dezembro de 2022	16.590.547	3,99
Outorgadas durante o período	**1.345.198**	**4,22**
Canceladas durante o período	**(937.212)**	**3,92**
Exercíveis em 31 de dezembro de 2023	**16.998.533**	**4,80**

A vida esperada das opções é baseada em dados históricos e não indica necessariamente padrões de exercício que possam ocorrer. A volatilidade esperada reflete a presunção de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, que podem não corresponder ao cenário real. Os efeitos relacionados com planos de pagamento baseado em ações foram refletidos conforme quadro abaixo:

		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2023**	**2022**
Ativos fiscais diferidos		**28.873**	30.628
Passivo			
Obrigações sociais e trabalhistas		**15.555**	33.756
Patrimônio líquido			
Pagamento baseado em ações		**69.366**	56.326
Resultado			
Despesa com pagamento baseado em ações	24	**(5.161)**	(45.776)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reavaliou a estimativa definida da data do evento de liquidez utilizada para atualização do pagamento baseado em ações, motivo que contribuiu para a redução da despesa registrada no exercício.

30. Cobertura de seguros – A contratação de apólices de seguros da Companhia é realizada a nível de grupo econômico de forma que tanto a Companhia quanto suas controladas contém cobertura dos sinistros nos termos das respectivas apólices. Os seguros são contratados com base na natureza da operação. Conforme demonstrado abaixo, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha apólices de seguros compreensivos, para cobertura de incêndios, raios, explosões e implosões relacionados aos riscos declarados de suas unidades em operação, equipamentos de alto custo e veículos, bem como seguro de vida de funcionários e de responsabilidade civil para os administradores, diretores e conselheiros do Grupo.

Itens	**Tipo de Cobertura**	**Limite de Indenização**
Edifícios, Instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques	Compreensivo, Incêndio Queda de raio. Explosão de qualquer natureza e queda de aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos moveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas, perdas/pagamentos de aluguel, roubo/furto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos até fumaça, desmoronamento, equipamentos eletrônicos, dentre outros	R$120.250
D&O	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros. cobertura compreende danos morais, bens e garantias pessoais, custos emergenciais, entre outros	R$100.000
Frota de Veículos	Compreensivo, danos materiais, danos corporais e bens móveis	Ajustável
Funcionários	Seguro de vida dos funcionários do Grupo	Ajustável

31. Transações que não afetaram caixa – Transações abaixo relacionadas não afetaram o caixa no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Direito de uso – Adições e remensurações	**–**	–	**46.790**	24.392
Troca de ações	**6.362**	8.641	**–**	–
Cisão da Athena Bahia	**–**	2.000	**–**	–
Incorporação de controladas	**273.500**	29.568	**–**	–
Ganho/perda por diluição de participação e outros efeitos de transações entre sócios	**5.046**	179	**5.046**	–
Compensação de contingência com garantia de reembolso de contingência – ativo indenizatório	**(288)**	4.144	**(31.656)**	(13.107)
Contas a pagar relativas as aquisições em etapas		–		–
Ajuste de preço de aquisição – ágio de rentabilidade futura e contas a pagar aquisição de empresa	**–**	–	**–**	7.470

32. Eventos subsequentes – *Incorporação Casa de Saúde São Bernardo S.A. ("CSSB") e de Serviços e Assistência Médica Especializada Ltda. ("SAMES") pela SAMP – Espírito Santo Assistência Médica Ltda. ("SAMP")* Em 08 de fevereiro 2024 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a incorporação da CSSB e de SAMES pela SAMP. Em 01 de março de 2024 o acervo patrimonial de CSSB e SAMES foram absorvidos por SAMP que as sucedeu em todos os direitos e obrigações cumprindo com o programa de reorganização societária da companhia.

Diretores		**Contador**
Fábio Minamisawa Hirota	**Carmem Campos Pereira**	**Rodrigo Nogueira Silva** – CRC CE - 023.516/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e aos Administradores da
Athena Saúde Brasil S.A. I São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Athena Saúde Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes:** Conforme descrito na nota explicativa 2.27, em decorrência das mudanças de práticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previstos na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Recuperabilidade de ativos não financeiros (impairment) – ágios: Conforme divulgado nas notas explicativas 2.17 e 12.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ativos não financeiros significativos, representados principalmente pelo ativo intangível de ágios gerados em combinações de negócios. Tais ativos são avaliados anualmente com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo que ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, incluindo os ágios, devem ser submetidos a testes de *impairment* anualmente, independente de indicativos de deterioração. A avaliação quanto à recuperabilidade desses ativos, incluindo a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e cenários econômicos incertos. Devido à relevância dos saldos, o nível de incerteza e alto grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a avaliação dos critérios de definição e identificação das UGCs; (ii) o envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela diretoria para recuperabilidade destes ativos; (iii) avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; (iv) avaliação da metodologia de cálculo e análise de sensibilidade das premissas; e (v) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adoção inicial do IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de Seguros: Conforme mencionado nas notas explicativas 2.7. e 2.27 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de Seguros, divulgado em maio de 2017, estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e a divulgação dos contratos de seguros, com adoção para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia, por meio de suas controladas que comercializam contratos de seguros, aderiram ao referido pronunciamento de forma retrospectiva, em conformidade ao previsto no IAS 8 (CPC23) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A adoção do IFRS 17 (CPC 50) exigiu da administração da Companhia, entre outras atividades, um investimento relevante em pessoas, tecnologia, recursos financeiros, planejamento detalhado de diagnóstico e implantação, treinamentos, bem como um alto grau de subjetividade nas definições das premissas e metodologias necessárias para implantação do referido normativo. Sendo assim, pela adoção da referida norma, definimos como um dos principais assuntos de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) discussão com a diretoria e consultores externos da Companhia para entendimento das metodologias e premissas adotadas; (ii) acompanhamento do andamento da implementação do projeto; (iii) reuniões com a diretoria, bem como com demais órgãos de governança envolvidas; (iv) entendimento dos controles operacionais existentes; (v) reconciliação dos registros contábeis com os controles que suportam os valores registrados; (vi) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados; (vii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia; (viii) a validação das informações utilizadas nos cálculos dos contratos de seguros; e (ix) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre a adoção inicial do IFRS 17 (CPC 50), consideramos que as metodologias, premissas e respectivos cálculos efetuados para a determinação dos respectivos contratos de seguros, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos: Conforme divulgado nas notas explicativas 2.21 e 27 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R$270.583 mil em 31 de dezembro de 2023, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis. Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da Administração com base em premissas e critérios utilizados na determinação das projeções de lucros tributáveis, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos: (i) Utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases tributárias conforme legislação tributária vigente; (ii) análise e avaliação das premissas e metodologia usadas pela Administração, nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução dos resultados, lucro tributável, alíquotas dos tributos, cálculos aritméticos e matemáticos, bem como comparamos certos dados das projeções, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelos órgãos competentes da Companhia; e (iv) avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações financeiras conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos – Demonstrações do valor**

continua …

Publicidade Legal

... continuação **Athena Saúde Brasil S.A.**

adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 09 de abril de 2024.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 015.199/O

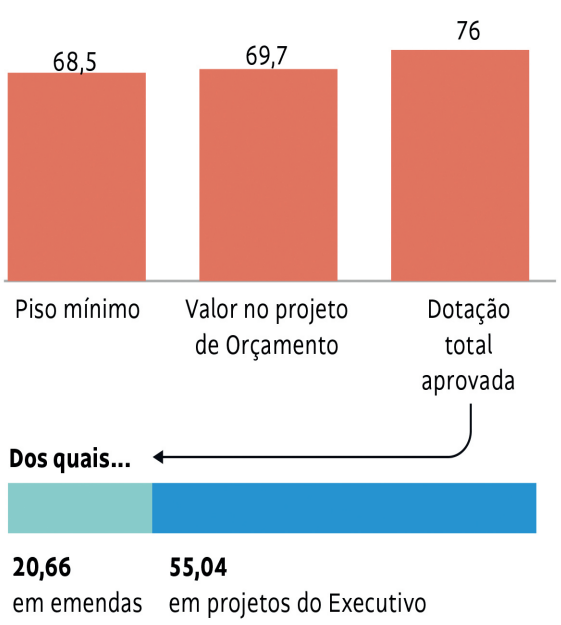
Alexandre Dias Fernandes
Contador
CRC DF 012.460/O

O impasse do piso de investimentos

Investimentos em 2024

Em R$ bilhões

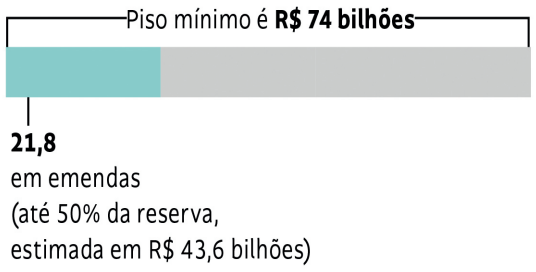
Durante a tramitação do Orçamento de 2024, o Congresso tirou recursos dos investimentos do Executivo. As verbas foram usadas para turbinar emendas parlamentares



Investimentos em 2025*

Em R$ bilhões

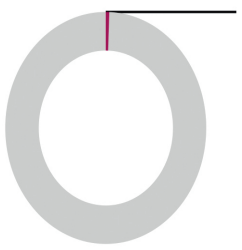
Para 2025, Ministério do Planejamento avalia contabilizar até 50% da reserva de emendas no piso de investimentos. Na prática, isso significaria poder enviar uma proposta menor para projetos próprios do Executivo



* Considera proposta do Planejamento e cenário atual para PIB (Produto Interno Bruto) e RCL (Receita Corrente Líquida)

Como são calculados

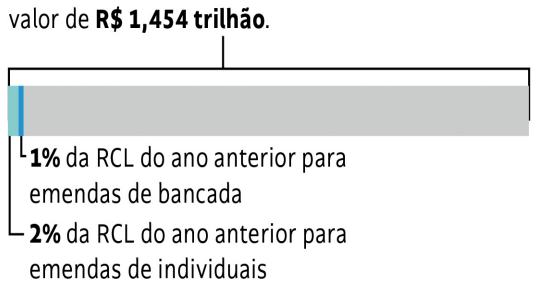
Piso de investimentos



0,6%
o PIB estimado no projeto de Orçamento. Valor equivale a cerca de **R$ 74 bilhões**, considerando PIB nominal de 2025 em **R$ 12,388 trilhões**

Reserva de emendas

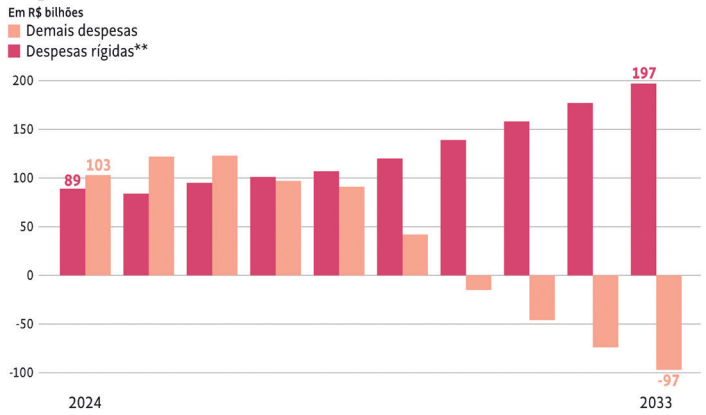
A Receita Corrente Liquida (RCL) de 2024 tem o valor de **R$ 1,454 trilhão**.



Fontes: Ministério do Planejamento, SPE (Secretaria de Política Econômica) e Tesouro Nacional

Os pisos de saúde e educação

Despesas discricionárias no cenário de referência*



Regra atual dos pisos de Saúde e Educação

Piso da Saúde — **15% da RCL (Receita Corrente Líquida)**

Piso da Educação — **18% da RLI (Receita Líquida de Impostos)**

Cenários alternativos

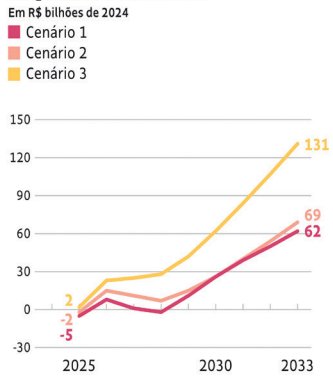
Cenário 1
Crescimento real dos pisos pela mesma regra do novo arcabouço fiscal (entre 0,6% e 2,5% ao ano)

Cenário 2
Crescimento real dos pisos pela alta do PIB per capita no ano anterior

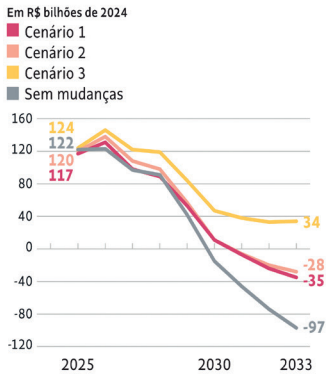
Cenário 3
Crescimento real dos pisos pela alta da população no ano anterior, de forma a manter gasto per capita constante

Ponto de partida > Valores absolutos dos pisos em 2024, medidos em % da RCL ou da RLI

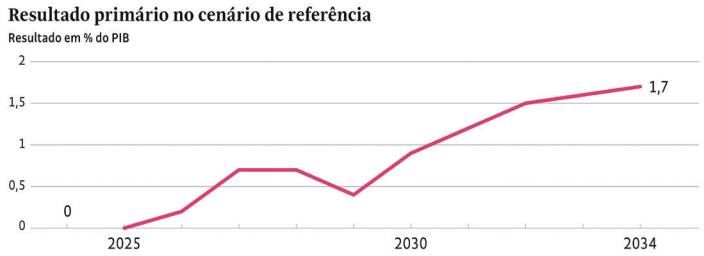
Espaço adicional nas demais despesas discricionárias



Cenários para as demais despesas discricionárias, em R$ bilhões de 2024



Resultado primário no cenário de referência



* O cenário de referência considera o cumprimento das metas de 2024 (déficit zero), 2025 (0,5% do PIB) e 2026 (1% do PIB), além do alcance de um resultado primário que estabilize a dívida nos anos seguintes
** Incluem pisos de saúde e educação e emendas parlamentares de execução obrigatória

Fonte: Tesouro Nacional

Negócios

Taco Bell quer que Brasil se torne o maior operador da rede fora dos EUA

A rede de comida mexicana Taco Bell está com um plano de expansão um tanto quanto ambicioso no Brasil — até 2030, a empresa quer abrir 200 lojas em território nacional, o que deve fazer do país o maior operador da companhia fora dos Estados Unidos.

A Taco Bell chegou ao país em setembro de 2016, e atualmente possui mais de 30 unidades. Mas esse número ainda passa muito longe da soma de restaurantes abertos pelo mundo — ao todo, são mais de 8 mil unidades em 32 territórios.

Até o fim deste ano, a expectativa é de que sejam inauguradas ao menos 15 lojas, entre pontos em shoppings e de rua, com o serviço de drive-thru. O investimento estimado é de R$ 36 milhões. Já o número de empregos diretos pode chegar a 200.

Para 2025, a rede de comida mexicana quer abrir outras 20 novas lojas.

"Com investimento médio de R$ 1,8 milhão em cada loja, a Taco Bell chegará, inicialmente, aos estados de Espírito Santo, Goiás, Paraná e no Distrito Federal, além de Bauru, no interior paulista, com unidade de rua. O plano de expansão também prevê unidades nos principais aeroportos do Brasil", afirma o diretor-geral da Taco Bell Brasil, Jeferson Mariotto.

O executivo garante que há investidores interessados na marca em diversas regiões do país, mas destaca que o foco da expansão está inicialmente centrado em áreas do Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Sul.

"Temos capacidade logística para atender todo o país", acrescenta.

A expansão da rede é um sonho antigo, mas que precisou ser postergado devido à pandemia da Covid-19.

"No Brasil, temos um trabalho intenso de popularização da marca. A expansão nacional, por meio de investidores nos grandes centros, permitirá que a marca se torne ainda mais conhecida e desejada por novos públicos. Ainda neste semestre abriremos lojas em novos estados", conclui Mariotto. CNN

CVC anuncia mudanças em alto escalão e ações caem no Ibovespa

A CVC (CVCB3) comunicou na segunda-feira (8) mudanças relativas aos cargos de diretor financeiro (CFO), relações com investidores (RI) e compliance. As ações da companhia lideram perdas na terça-feira (9) no Ibovespa.

No intradia, as ações CVCB3 caíam 3,37%, cotadas a R$ 2,58. No mês, os papéis da CVC caem 9,65% e no acumulado do ano, o recuo é de 25,14%.

Segundo a CVC, José Carlos Wollenweber deixa os cargos de diretor financeiro (CFO), de relações com investidores (RI), de governança corporativa e compliance. Para os cargos de CFO e RI, Wollenweber será substituído por Felipe Pinto Gomes, que tomará posse nos respectivos cargos no dia 1 de maio de 2024.

A CVC apresentou um prejuízo líquido de R$ 456,9 milhões — alta de 5,4% no comparativo com o ano anterior, segundo balanço de resultados divulgado no fim de março.

Nos últimos três meses do ano, no entanto, as perdas reduziram 23% — indo de 96,8 milhões no quarto trimestre de 2022 para um prejuízo de R$ 74,5 milhões.

A receita líquida da CVC apresentou um crescimento de 9,6% no trimestre ante ao mesmo período do ano anterior — a R$ 352,2 milhões. Segundo a administração, o resultado da CVC no 4T23 se deve ao aumento de vendas diretas ao consumidor (B2C) e a operação argentina. No ano, a linha do balanço cresceu 5,8% (R$ 1,2 bilhão).

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, na sigla em inglês) apresentou queda de 34,3% no trimestre. No ano, o recuo foi de 46,9%, a R$ 88 milhões.

Já o Ebitda ajustado, com desconto de despesas financeiras e eventos não recorrentes, a CVC mostrou recuperação. Entre 2022 e 2023, o crescimento foi de 165,8% — a R$ 193 mi. Suno

Natura segue líder em beleza e cuidados pessoais na AL e cresce mais que o mercado

Apesar dos desafios que enfrentou em nível global para reequilibrar seu negócio no ano passado, a Natura segue líder em beleza e cuidados pessoais no Brasil e na América Latina, de acordo com o mais recente relatório da empresa de pesquisa de mercado Euromonitor International, divulgado na segunda-feira, 8. A empresa cresceu mais que o setor e continua à frente de nomes como LOréal e Boticário.

O tamanho do mercado de cosméticos, fragrâncias e cuidados pessoais na América Latina se manteve estável no último ano, mas no Brasil cresceu 12,7%. Ainda assim, a marca Natura cresceu acima da média (15%) no Brasil. Na América Latina, seu crescimento foi de 35%.

Em 2023, a Natura & Co América Latina – que também inclui as operações da marca Avon na região – teve uma receita bruta consolidada de R$ 27 bilhões. No mesmo período, o GMV (Volume Bruto de Mercadorias, na sigla em inglês), gerado apenas para cosméticos, ficou em R$40 bilhões. Considerando também itens não relacionados a cosméticos, fragrâncias e cuidados pessoais, o número sobe para R$44 bilhões. O GMV, métrica reportada ao Euromonitor para fins de comparação, faz referência ao valor total das mercadorias vendidas.

Em 2023, o crescimento da receita da marca Natura foi de 35% na América latina hispânica e 15% no Brasil. No território nacional, categorias-chave cresceram uma média de 20%, como perfumaria, cabelos, sabonetes e maquiagem. Atualmente, a Natura conta com cerca de 900 lojas físicas, sendo 150 inauguradas em 2023.

A companhia viveu em 2023 uma reestruturação em nível global. Depois da compra da Avon, que resultou em alto endividamento, a Natura &Co teve de se desfazer de um ativo valioso: a Aesop, marca de luxo; bem como vender outro ativo problemático, a The Body Shop. Ainda em processo de arrumação, a empresa agora avalia uma listagem separada da operação internacional da Avon. IstoéDinheiro